



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA,
DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**

VANESSA FRANCISCA CHAGAS DE OLIVEIRA

**CIDADANIA INTERROMPIDA: O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO AO USO DE
DROGAS ENTRE ADOLESCENTES EM BOA VISTA - RORAIMA**

Boa Vista
2020

VANESSA FRANCISCA CHAGAS DE OLIVEIRA

**CIDADANIA INTERROMPIDA: O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO AO USO DE
DROGAS ENTRE ADOLESCENTES EM BOA VISTA - RORAIMA**

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pesquisa e Pós-graduação como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Mestre em Segurança Pública, Direitos
Humanos e Cidadania pela Universidade
Estadual de Roraima.**

Orientador: Dr. Rildo Dias da Silva

Boa Vista
2020

Copyright © 2020 by Vanessa Francisca Chagas de Oliveira

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a fonte.

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Coordenação do Sistema de Bibliotecas
Multiteca Central
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F, Bairro Canarinho
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR
Telefone: (95) 2121.0945
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48c Oliveira, Vanessa Francisca Chagas de.
Cidadania interrompida: o papel da escola na prevenção ao uso de drogas entre adolescentes em Boa Vista - Roraima. / Vanessa Francisca Chagas de Oliveira. – Boa Vista (RR) : UERR, 2020.
135 f. : il. Color 30 cm.

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Segurança Pública do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, da Universidade Estadual de Roraima, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, sob a orientação do Prof.º Dr. Rildo Dias da Silva.

Inclui apêndices.
Inclui anexos.

1. Cidadania 2. Escola 3. Prevenção 4. Adolescentes 5. Drogas
I. Silva, Rildo Dias da (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Título

UERR.Dis.Mes.Seg.Pub.2020 CDD – 370.115

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária
Leticia Pacheco Silva – CRB 11/1135 – RR



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO.
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, DIREITOS HUMANOS E
CIDADANIA

Termo de Autorização para Publicação de Teses e Dissertações Eletrônicas

Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Universidade Estadual de Roraima - UERR a disponibilizar através do site <http://www.uerr.edu.br>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação da material bibliográfico () Tese (x) Dissertação

2. Identificação do(a) autor(a) e do documento

Autor: Vanessa Francisca Chagas de Oliveira

RG: 4942469 SSP/RR CPF: 663.014.402-34 E-mail: vane_chicachagas@hotmail.com

Título: Cidadania Interrompida: o papel da escola na prevenção ao uso de drogas por adolescentes em Boa Vista – Roraima

Orientador: Rildo Dias da Silva CPF:244.261. 561-49 E-mail: rildodisilva@ig.com.br

Membro da Banca: Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato CPF: 081. 944.288-74

Membro da Banca: Prof. Dr. Edson Damas da Silveira CPF: 412.163.269 - 91

Membro da Banca: Prof. Dr. Francisco Rafael Leidens CPF: 007.212.150-50

Membro da Banca: Prof. Dr. Fernando César Costa Xavier

Data de Defesa: 07/12/2020 Instituição de Defesa: Universidade Estadual de Roraima

Grau: Mestrado

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania

Área de Concentração: Linha de Pesquisa I – conflitos, crimes, violência e direitos humanos.

Palavras-chave: Prevenção. Drogas. Adolescentes. Escola. Cidadania.

Key words: Prevention. Drugs. Teens. School. Citizenship.

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O referido autor:

- a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Roraima os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

3. Informação de acesso ao documento:

Liberação para publicação: (x) Total () Parcial

Assinatura do(a) autor(a): Vanessa Francisca Chagas de Oliveira

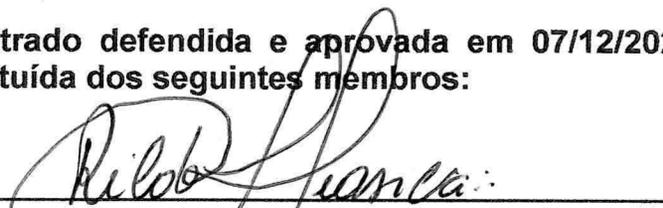
Data: 07/12/2020

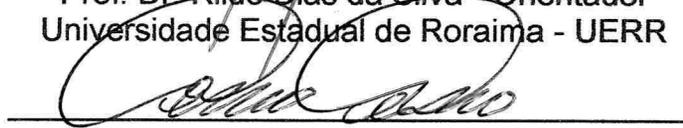
VANESSA FRANCISCA CHAGAS DE OLIVEIRA

**CIDADANIA INTERROMPIDA: O PAPEL DA ESCOLA NA PREVENÇÃO AO USO DE
DROGAS ENTRE ADOLESCENTES EM BOA VISTA – RORAIMA**

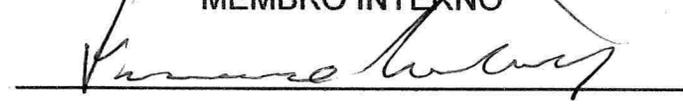
Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania pela Universidade Estadual de Roraima - UERR.

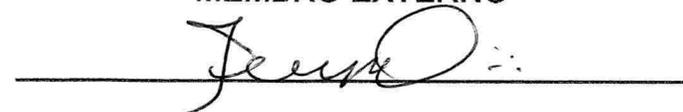
Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em 07/12/2020, perante a Banca Examinadora, constituída dos seguintes membros:


Prof. Dr. Rildo Dias da Silva - Orientador
Universidade Estadual de Roraima - UERR


Prof. Dr. Cláudio Travassos Delicato
Universidade Estadual de Roraima - UERR
MEMBRO INTERNO


Prof. Dr. Edson Damas da Silveira
Universidade Estadual de Roraima - UERR
MEMBRO INTERNO


Prof. Dr. Francisco Rafael Leidens
Universidade Estadual de Roraima - UERR
MEMBRO EXTERNO


Prof. Dr. Fernando César Costa Xavier
Universidade Estadual de Roraima - UERR
MEMBRO INTERNO

A presente pesquisa é dedicada, em primeiro lugar, ao grande arquiteto do universo (Deus), por ter me dado sabedoria para conduzir todo o processo com comprometimento científico e humildade. A minha fé me manteve forte até aqui. Dedico ao meu esposo Alberto Correia de Oliveira Filho e às minhas filhas Ana Beatriz Chagas de Oliveira e Maria Eduarda Chagas de Oliveira, que contribuíram com o momento cultural desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Ao meu bom Deus;

Ao meu orientador Prof. Dr. Rildo Dias da Silva por ter acreditado em meu potencial desde a banca de arguição do projeto para ingressar no programa de mestrado, e por ter permitido que eu o escolhesse para fazer parte desta minha caminhada. Hoje, posso dizer que ganhei um amigo, o qual faço questão de ter sempre por perto;

À coordenação do programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima, por toda a contribuição nesta fase, pois, ao desenvolver eventos de excelência, permitiu que eu avançasse na qualidade do aprendizado;

A todos os professores do programa de MPSPDHC - UERR pela excelência da qualidade técnica de cada um. Tenham certeza, nada seria possível sem vocês;

A Prof.^a Dr.^a. Janaine Voltolini de Oliveira que sonhou comigo este sonho a partir de seus primeiros ensaios. Procurei-a por inúmeras vezes no decorrer do curso e exerceu o papel de minha co-orientadora. Sempre que recorria a ela, logo me enviava uma série de indicações de leituras e se colocou à disposição para contribuir;

Aos amigos que fiz no MPSPDHC e tornaram os dias de lutas menos tortuosos. Me fizeram rir e até me presentearam com uma festa de aniversário. Saibam que vocês foram incríveis nesta caminhada.

Não posso deixar de agradecer alguns nomes parceiros (as) no âmbito da pesquisa científica. Adria Aragão Leidens, que tive a alegria de conhecer ainda na graduação e acabamos passando no mesmo processo de seleção de mestrado, desenvolvemos artigos, submetemos e apresentamos em eventos. Posso dizer que vivemos algumas emoções.

Agradeço à amiga que o mestrado me deu de presente - Nannibia Cabral, que contribuiu para que eu tivesse meu primeiro artigo publicado em um livro, resultante do Congresso Internacional em Segurança Pública, que ocorreu em 2019 na capital Salvador/BA, depois

não paramos mais, viajamos juntas para participar de eventos e nos tornamos parceiras de pesquisas.

Teço o meu especial agradecimento à instituição da Polícia Civil de Roraima, que permitiu a coleta dos dados atualizados que compuseram à pesquisa.

Aos parceiros na efetivação do Webnário de capacitação de professores: Mauro Campello, Cristina Rocha, Álvaro Sanches, Simone Muniz, Flávio Corsini Lirio, Cássia Nathalia Alves Dias, Yasmim Leitão, Mozart de Andrade e Clarissa Alvarenga, minha eterna gratidão por tornarem possível esse evento.

Aos professores das escolas Luiz Ribeiro de Lima e Maria Sônia de Brito Oliva por entenderem a importância de receberem capacitação para atuarem na prevenção cotidiana da aproximação de substâncias psicoativas por adolescentes. Estendo os meus agradecimentos as gestoras pedagógicas Ana Cláudia Negreiros e Neli Alves Pereira, por terem articulado junto aos educadores para que participassem do Webnário.

Minha família, quanto tenho à agradecer! Em primeiro lugar ao meu esposo que é meu maior incentivador e contribuiu de várias formas para que eu subisse mais um degrau em minha qualificação. Esteve comigo em todos os momentos, sempre muito atencioso e cuidadoso com nossas filhas, o que me deixou tranquila para me ausentar e dedicar-me a pesquisa. Gratidão eterna Alberto Correia de Oliveira Filho.

Minhas filhinhas Maria Eduarda Chagas de Oliveira e Ana Beatriz Chagas de Oliveira, só gratidão a vocês meus amores, por terem compreendido às vezes que precisei ficar focada e não pude dar à atenção que merecem. Eu as amo incondicionalmente e prometo compensar cada ausência com muito amor e carinho.

Gratidão eterna!

Consideramos que um projeto de prevenção ao uso de drogas possa ser pautado no envolvimento do adolescente como protagonista e sujeito de sua própria história, participando de atividades culturais, esportivas e de lazer, práticas desenvolvidas com a finalidade principal de levá-lo a se conhecer. Neste sentido, o diálogo é relevante por possibilitar ao educador a aproximação do aluno para conhecê-lo em seus dilemas e inquietudes, o que gera condições para apontar-lhe opções de vida nas quais o consumo abusivo de álcool ou outras drogas não faça parte. (Confederação Nacional de Municípios - CNM, 2016).

RESUMO

A questão das drogas é apontada como uma das principais preocupações da sociedade e a escola tem sido considerada um espaço privilegiado para o trabalho preventivo. A pesquisa se processou com o objetivo geral de compreender o papel da escola pública no município de Boa Vista/RR, na prevenção ao uso de drogas por adolescentes como tema transversal, tendo em vista que a aproximação com tais substâncias é um aspecto que, muitas vezes, impossibilita a construção de cidadania por esse público. Utilizaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998 para fundamentar as previsões de ações que envolvam a temática transversal de cidadania, por ter sido a direcionadora da aplicabilidade do Webnário de capacitação de professores como forma de contribuição para a atuação no âmbito da prevenção às drogas nas escolas. O evento de capacitação é produto de Mestrado Profissional e foi inscrito na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Estadual de Roraima (UERR). A capacitação ocorreu no modo online, como forma de atender aos decretos municipal e estadual que versam sobre as regras de distanciamento social em tempos de pandemia do Corona Vírus. Teve-se a adesão de duas escolas estaduais que estão inseridas na zona oeste de Boa Vista. Zona esta, que se configurou ao longo da pesquisa em vulnerável às drogas, através de pesquisas em *sites* de Instituições da Segurança Pública do estado, imprensa local, em pesquisas já construídas e em levantamento realizado no Núcleo de Estatísticas da Polícia Civil de Roraima. Emerge-se, desta forma, a relevância social da aplicabilidade do referido Webnário, que teve como ideia central, impactar de forma positiva a vida dos adolescentes que vivem neste espaço geográfico e estudam em instituições educacionais inseridas neste contexto. Para tanto, utilizou-se a técnica de pesquisa bibliográfica para subsidiar teoricamente a compreensão no que tange aos Parâmetros Curriculares Nacionais 1997/1998, o papel da escola na prevenção às drogas e metodologias científicas. Realizou-se estudo de caso do Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, por meio de aplicação de entrevista com perguntas estruturadas à gestora pedagógica, analisou-se o Projeto Político Pedagógico do colégio e aplicou-se a técnica de pesquisa observacional que possibilitou o discurso detalhado a respeito das ações preventivas desenvolvidas e das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos estudantes. A pesquisa tem caráter qualitativo, pois analisou-se os dados de forma indutiva por ser um estudo de cunho descritivo.

Palavras-chave: Prevenção. Drogas. Adolescentes. Escola. Cidadania.

ABSTRACT

The issue of drugs is pointed out as one of the main concerns of society and the school has been considered a privileged space for preventive work. This research was carried out with the general objective of understanding the role of the public school, in the municipality of Boa Vista / RR, in the prevention of drug use by adolescents as a cross-cutting theme, bearing in mind, that the approach with such substances is an aspect which often makes it impossible for citizens to build citizenship. The National Curriculum Parameters of 1997/1998 were used to support the predictions of actions involving the cross-cutting theme of citizenship, as this was the driving force behind the applicability of the Webnário for teacher training as a way of contributing to preventive action to drugs in schools. The training event is the product of a Professional Master's Degree and was registered with the Dean of Extension and Culture at the State University of Roraima-UERR. The training took place online, as a way of meeting the municipal and state decrees that deal with the rules of social distance in times of the Corona Virus pandemic. Two state schools joined the West Zone of Boa Vista. This zone, which was configured throughout the research on vulnerable to drugs, through searches on the websites of Public Safety Institutions of the state, newspapers of relevant local circulation, in surveys already built and in a survey carried out at the Civil Police Statistics Center of Roraima. In this way, the social relevance of the applicability of the referred webnary emerges, which had as its central idea, to positively impact the lives of adolescents who live in this geographic space and study in educational institutions inserted in this context. To this end, the bibliographic research technique was used to theoretically support the understanding of the National Curriculum Parameters 1997/1998, the school's role in drug prevention and scientific methodologies. A case study of the Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima was carried out, through the application of an interview with structured questions to the pedagogical manager and the political pedagogical project of the school was analyzed, which made possible the detailed speech about the preventive actions developed and social vulnerabilities experienced by students. The research has a qualitative character, since the data was analyzed inductively, as this is a descriptive study.

Keywords: Prevention. Drugs. Teens. School. Citizenship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Prisão em flagrante por tráfico de drogas na Zona Oeste de Boa Vista...	57
Figura 2	Fachada do CEMLRL.....	62
Figura 3	Quadro de evolução na avaliação do IDB do CEMLRL.....	62
Figura 4	Ginástica laboral para os professores.....	79
Figura 5	Execução da coreografia Recomeço.....	79
Figura 6	Apresentações de <i>ballet</i> clássico.....	81

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa da rota de entrada de drogas na capital Boa Vista - Roraima.....	44
Mapa 2	O Município de Boa Vista com destaque para Zona Oeste.....	54

LISTA DE ABREVIATURAS

BV	Boa Vista
CF	Constituição Federal
CEP	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPLAN	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento
CI	Constituição Imperial
CIDC	Convenção Internacional dos Direitos da Criança
CMB	Carta Magna do Brasil
CSE	Centro Sócio Educativo
CEMLRL	Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima
DENARC	Departamento de Narcóticos
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DRE	Delegacia de Repressão ao Entorpecente
DPSE	Departamento de Proteção Especial
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMHUR	Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
GEED	Grupo Executivo de Enfrentamento às drogas
ICE	Instituto de corresponsabilidade pela educação
INEPEAT	Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MPSPDHC	Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania
NEAC	Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
PF	Polícia Federal
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PPE	Sistema Procedimentos Policiais Eletrônicos

SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas
SISAM	Seminário Internacional em Segurança da Amazônia SISAM
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFAM	Universidade do Estado do Amazonas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	ASPECTOS TEÓRICOS: A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS POR ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR COMO PROPULSORA DE VIDA CIDADÃ E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE 1997/1998.....	23
1.1	A escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento dos temas transversais inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998.....	23
1.2	Adolescentes e drogas, a prevenção nas escolas.....	25
1.3	A construção da cidadania no âmbito educacional brasileiro.....	30
2	O MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RORAIMA E A QUESTÃO DAS DROGAS.	39
2.1	Contextualização histórica do município de Boa Vista – Roraima.....	39
2.2	A questão das drogas no município de Boa Vista – Roraima.....	43
2.2.1	Breve contextualização da Zona Oeste de Boa Vista – Roraima.....	52
3	O ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO MILITARIZADO LUIZ RIBEIRO DE LIMA DE BOA VISTA-RR	59
3.1	O colégio estadual Militarizado Luiz Ribeiro de lima.....	59
3.2	O papel da escola na prevenção a aproxima às drogas por adolescentes como propulsor de construção de vida cidadã e a contribuição do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima.....	65
3.2.1	A entrevista com a gestora pedagógica do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima e as teorias que a embasaram.....	67
4	PRODUTO DA PESQUISA: WEBNÁRIO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES.	76
4.1	Qualificação do objeto.....	76
4.2	Apresentação do produto.....	78
4.3	Webnário Educação e Prevenção: capacitação de professores como ferramenta para transformação de trajetórias de adolescentes.....	78
4.3.1	O contributo multidisciplinar na prevenção às drogas nas escolas.....	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE A - Questionário Aplicado.....	130
	APÊNDICE B - Arte principal do Webnário de capacitação de professores.....	131
	APÊNDICE C - Programação do Webnário de capacitação de professores.....	132
	ANEXO A - Uso de drogas e tráfico de drogas em Boa Vista Infratores adolescentes.....	133

INTRODUÇÃO

A questão do consumo de drogas não é um fenômeno recente, pensar desta forma leva-se a um equívoco. “Sua presença se revelou de múltiplas formas em diferentes sociedades ao longo da história do homem”. (PUC/RIO, 2005). Porém, o que se observa é os novos engendramentos da geopolítica das drogas e diferentes formas de produção, que tornam as substâncias psicoativas cada vez mais destrutivas para a saúde dos usuários. Neste contexto de drogas, a fase da adolescência é motivo de preocupação para muitos especialistas e instituições. A Sociedade Brasileira de Pediatria (2017) descreve no manual de orientação do Departamento Científico de Adolescência que “[...] o envolvimento precoce com esse tipo de substâncias, ainda que de forma curiosa e experimental, poderá causar danos ao desenvolvimento cognitivo e fisiológico, além de atraso no desenvolvimento da capacidade de autocontrole dos adolescentes”.

O uso de substâncias psicoativas por adolescentes tem tomado grandes proporções na sociedade brasileira. A terceira edição da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE)¹, realizada em 2015 a partir de convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Saúde, com o apoio do Ministério da Educação, apontou que “considerados somente os escolares que já experimentaram drogas, o consumo atual foi de aproximadamente 47% para o Brasil”. (IBGE, 2015, p. 62). Ao analisarem os estados de forma isolada, Roraima aparece com acentuados percentuais.

Somente as Regiões Nordeste (5,2%) e Norte (6,8%) apresentaram percentuais de escolares com experimentação de drogas ilícitas inferiores ao observado para o Brasil. No Distrito Federal, com 17,8%, encontra-se, relativamente, a maior frequência de escolares de 9º ano que referem uso de drogas ilícitas. Os Estados do Rio Grande do Sul (13,2%), Santa Catarina (12,7%), São Paulo (12,5%), Paraná (12,2%), Roraima e Mato Grosso do Sul (12,0%) compõem a relação de estados com indicadores de uso de drogas ilícitas acima dos níveis nacionais de forma importante (IBGE, 2015, p. 62).

Incontestável a crescente inserção de adolescentes de ambos os sexos nas chamadas zonas de risco, por serem alvos fáceis de serem cooptados para atuar em específico na esfera da distribuição de drogas ilícitas, sendo muitas vezes propulsora para o início do uso e abuso dessas substâncias. Em 2019, por meio dos jornais de grande circulação local, noticiou-se execuções bárbaras de adolescentes por criminosos. A

¹ Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>

Exemplo o caso da menina de 15 (quinze) anos executada com requintes de crueldade por vulgo “tribunal do crime”, e teve seu corpo deixado em uma vicinal de Boa Vista. A tia da adolescente teve envolvimento no crime e disse que antes da execução a questionaram sobre qual organização criminosa pertencia e que teria respondido ser integrante de uma facção rival que vendia drogas em Caroebe (município de Roraima), Sul do estado². Tais execuções de adolescentes por facções criminosas em Boa Vista foram confirmadas através de levantamentos de dados realizados pela pesquisadora na instituição da Polícia Civil de Roraima e encontram-se compilados no primeiro capítulo.

A partir de tais fatos, como forma de contribuir, surgiu o anseio de pesquisar o aspecto preventivo do uso de drogas no âmbito escolar para, então, desenvolver estratégias de intervenção na realidade de adolescentes estudantes de escolas públicas, com a intencionalidade de que haja um norteamento de suas trajetórias de vidas e construção de cidadania. Entende-se que o exercício de cidadania é de fato o acesso a direitos civis, sociais e econômicos, sendo, portanto, um dos temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998 apresentando sua fundamental importância social.

Desenvolveu-se como objetivo geral de análise “Compreender o papel da escola pública, no município de Boa Vista/RR, na prevenção ao uso de drogas por adolescentes como tema transversal”, e os específicos: a) Entender a prevenção ao uso de drogas por adolescentes em escolas públicas, como tema transversal inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais 1997/1998; b) Contextualizar a construção histórica do município de Boa Vista/RR com seus aspectos sociais, políticos e econômicos; c) Realizar estudo de caso em escola pública de Boa Vista/Roraima, como forma de aproximação com as atividades de prevenção às drogas realizada pela escola e das vulnerabilidades vivenciadas pelos adolescentes e d) Desenvolver capacitação para professores com a temática: Educação e prevenção: capacitação de professores como ferramenta para transformação de trajetórias de adolescentes.

De posse destas informações elaborou-se o projeto de pesquisa que foi defendido e aprovado em banca de qualificação dia 18 de fevereiro de 2019. Na oportunidade, a banca examinadora realizou considerações relevantes para a construção da pesquisa de dissertação. Posterior à qualificação, em 02/03/2020, houve a aproximação com o campo de pesquisa que é o Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, para

²<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/09/24/presa-quadrilha-que-matou-e-decapitou-garota-de-15-anos-em-tribunal-do-crime-em-boa-vista.ghtml>.

solicitação formal por meio de Carta de Anuência para pesquisa, que foi prontamente assinada pelo Gestor Administrativo Sr. J.R.S. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Roraima (UERR) em 04/03/2020, onde encontrou-se alguns desafios a serem superados pela pesquisadora, sendo aprovado em 03/06/2020 sob parecer de Nº 4.066.980.

A escolha por realizar intervenção social em escolas localizadas na zona oeste de Boa Vista se deu, no primeiro momento, por meio da informação divulgada na imprensa local sobre o Mapa Falado da Segurança realizado em 2015 pelo programa “braços abertos” da prefeitura de Boa Vista, onde identificou 85 (oitenta e cinco) pontos de drogas em 13 (treze) bairros da capital. A partir desta informação publicada em dois jornais de grande circulação local e no *site* da Prefeitura Municipal de Boa Vista³, solicitou-se por meio de requerimento protocolado no gabinete da prefeita o acesso ao referido Mapa em 01/07/2020. A resposta à solicitação não chegou de maneira documentada. A colaboradora do setor de protocolos informou por meio de ligação telefônica que não seria possível o acesso ao mapa, tendo em vista que havia sido desenvolvido por uma empresa terceirizada e a prefeitura não o tinha em seus arquivos. Entretanto, com base nas divulgações citadas, o mapeamento não foi desconsiderado por ser o único que aponta as áreas de vulnerabilidade às drogas em Boa Vista, havendo a necessidade de levantamentos atualizados no decorrer da pesquisa.

Após ser aprovada pelo CEP da UERR, o Colégio Estadual Luiz Ribeiro de Lima participou de estudo de caso realizado pela pesquisadora como forma de subsidiar o entendimento acerca das ações realizadas pela escola para prevenir o uso de drogas pelos estudantes e conhecer as vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos adolescentes matriculados na instituição. Contudo, este também foi um período que esteve envolto de muitos desafios devido às escolas estaduais instaladas no município de Boa Vista - RR passarem a atender ao decreto estadual Nº 28.587-E de 16/03/2020, que instituiu no primeiro momento as regras de distanciamento social como forma de evitar a disseminação da COVID-19.

Em respeito ao isolamento social colocou-se em prática, em junho de 2020, a entrevista elaborada por meio de roteiro estruturado, que se encontra no apêndice para consulta e está precedida da assinatura do Termo de Consentido Livre e Esclarecido

³<https://folhabv.com.br/noticia/Em-13-bairros-existem-85-bocas-de-fumo/12860>.

<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/08/pontos-violentos-de-boa-vista-sao-mapeados-e-entregues-seguranca.html>.

<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2015/08/prefeita-propoe-pacto-para-resolver-problema-de-violencia-e-droga-em-boa-vista>.

(TCLE). A gestora pedagógica A. C. N. concedeu entrevista na sala onde trabalha e às regras de distanciamento foram seguidas.

A pesquisa está dividida em quatro capítulos. No primeiro, a abordagem teórica a respeito do objeto de pesquisa, onde buscou-se trazer embasamentos para interpretação dos aspectos inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais que subsidiam a atuação de escolas na prevenção a aproximação às drogas por estudantes, como propulsor da construção de cidadania e atendendo o primeiro objetivo específico. Desenvolveu-se, também, abordagem sobre adolescentes/drogas e a prevenção nas escolas, sendo finalizado o capítulo com a interpretação sobre a construção da cidadania no âmbito educacional brasileiro a partir de obras já construídas: Constituições Brasileiras, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) de 1990.

O segundo capítulo atende ao segundo objetivo específico e é composto pela contextualização do município de Boa Vista. No primeiro ponto, realizou-se um levantamento em artigos científicos e jornais de relevante circulação local, para construir a linha cronológica da capital roraimense como forma de entendimento a respeito das questões políticas, econômicas e sociais que fazem parte de sua história.

Na perspectiva de atualização da expansão geográfica do município de Boa Vista - Roraima, por meio de construção de mapa, encontrou-se inúmeros desafios. No dia 05/08/2020 protocolou-se documento de solicitação de dados atualizados junto à Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (EMHUR), cadastrado sob o NUP 00000.9.113658/2020. A pesquisadora realizou reiteradas ligações para o setor com o objetivo de acompanhar as fases do processo, pois no site da prefeitura apenas aparecia que estava em análise. No dia 09/09/2020, ao entrar em contato com o setor, a secretária anotou o telefone da pesquisadora com a justificativa de que iria passar para os responsáveis pela informação.

A busca terminou em 10/09/2020, quando uma servidora da EMHUR enviou mensagem via *WhatsApp* para informar que a construção do mapa deveria ser embasada pela legislação 1232/2010 e alterações. Informando que, com relação aos loteamentos, tinham aprovados, em consulta prévia, irregulares e clandestinos e que ainda tem bairros que não foram regularizados oficialmente, citando o caso do bairro Pedra Pintada.

Ao levar a situação ao conhecimento do orientador desta pesquisa, Prof. Dr. Rildo Dias da Silva, a pesquisadora foi orientada a solicitar tais informações à instituição da

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN). Protocolou-se em 10/09/2020 requerimento que foi atendido em 19/10/2020, na ocasião, a instituição enviou por e-mail um mapa que fora construído em 2014 e foi utilizado como base para construção do mapa desta pesquisa. A referida construção se deu com a parceria do Sr. Ricardo Lopes da Silva e utilizou-se o programa *Corel Draw* para delinear a arte.

O segundo ponto apresenta um compilado de informações extraídas de *sites* da Polícia Federal de Roraima, Polícia Civil de Roraima, imprensa local, pesquisa realizada por Oliveira em 2016 a respeito dos determinantes e consequências do uso de drogas por adolescentes em Boa Vista e obras que abordam as expressões da violência que emergem a partir da problemática das drogas em Boa Vista.

No terceiro ponto do segundo capítulo apresenta-se um retrato da realidade vivenciada pela zona oeste de Boa Vista. Mostra-se que a problemática das drogas se encontra acentuada neste espaço, sendo merecedor de intervenções preventivas cotidianas. Para essa construção contou-se com a contribuição da Delegacia Geral de Polícia Civil de Roraima por meio do delegado geral Sr. H. de A. C. que atendeu ao requerimento protocolado no dia 14/07/2020 pela pesquisadora, onde se solicitou as estatísticas de adolescentes apreendidos com drogas por bairros na capital Boa Vista, em 2019 até o mês de junho de 2020. Os dados foram levantados pelo Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal (NEAC) em conjunto com o Departamento de Narcótico (DENARC) da Polícia Civil de Roraima. O NEAC informou em memorando ao Delegado Geral de PC, que as estatísticas foram compiladas por meio do Programa DW do Sistema Procedimentos Policiais Eletrônicos (PPE).

Os dados possibilitaram a compreensão de que os bairros da zona oeste são os que apresentaram maior incidência nas apreensões de adolescentes envolvidos com substâncias entorpecentes ilícitas no período citado.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de caso do Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, que atende ao terceiro objetivo específico. Apresentou-se no primeiro subtópico análise do Projeto Político Pedagógico da escola de 2019. Este documento foi viabilizado pela Gestora Pedagógica Sr.^a A. C. N. S. em atendimento a solicitação da pesquisadora. Por meio do PPP compreenderam-se os aspectos históricos e políticos que a escola está envolta no desenvolvimento das atividades cotidianas. No segundo subtópico encontram-se as respostas ao questionário de entrevista elaborado pela pesquisadora, com a finalidade de entendimento no que concerne às ações preventivas que o colégio tem desenvolvido para possibilitar que adolescentes não se aproximem do contexto das drogas

e tenham perspectivas de construção de cidadania. Procurou-se, também, compreender a relação família/escola como instituições garantidoras de proteção aos estudantes e as vulnerabilidades sociais vivenciadas por eles.

No quarto capítulo há uma transcrição do Produto de Mestrado Profissional, que é o Webnário de capacitação para professores. O evento intitulado “Educação e Prevenção: capacitação de professores como ferramenta para transformação da trajetória de adolescentes” foi desenvolvido a partir do contexto de pandemia, tendo em vista que se inviabilizou a efetivação do projeto de intervenção social e cultural que havia sido delineado para aplicação aos adolescentes de escola pública de Boa Vista - Roraima. A escola beneficiária da ação seria o Colégio Luiz Ribeiro de Lima, por ter feito parte do estudo de caso e por estar inserido na zona oeste da capital. Diante da impossibilidade de colocá-lo em prática, entrou-se em contato com a gestora pedagógica a Sr.^a A. C. N. S. e fez-se a proposta de aplicar projeto de capacitação aos professores. A gestão da escola aceitou de pronto e relatou a real necessidade de se trabalhar o aspecto de prevenção às drogas com os docentes como forma de se prepararem para a atuação cotidiana, tendo em vista que muitas vezes um mesmo professor leciona em mais de uma escola.

O evento foi realizado em dois momentos. Na primeira versão, participaram somente os professores do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima. Dos 55 (cinquenta e cinco) professores, participaram um quantitativo de 35 (trinta e cinco). Para a divulgação da capacitação elaborou-se um *folder* contendo os palestrantes na arte principal e informações pertinentes ao evento, também se desenvolveu uma programação onde constavam os horários e títulos das palestras e qualificações dos profissionais voluntários.

As atividades foram realizadas nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 2020 por meio de reuniões agendadas na plataforma digital *Google Meet*. Contudo, por não ser um projeto de extensão universitário, não foi possível a emissão de certificação pela Universidade Estadual de Roraima (UERR) aos participantes da capacitação. A partir de então, a pesquisadora entendendo a relevância social de um evento de capacitação para prevenir drogas nas escolas, propôs sob orientação do Prof. Dr. Rildo Dias da Silva uma segunda versão do evento, porém como projeto de extensão universitário. Para sua elaboração foi necessário buscar orientação na Pró-reitoria de Extensão, sendo atendida pela Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Melo Araújo. A segunda etapa do Webnário contou com a adesão do momento cultural musical e mais uma palestra ministrada por psicóloga representante do Conselho Regional de Psicologia de Rondônia.

A Escola Estadual Maria Sônia de Brito Oliva participou como receptora da capacitação dos professores, pois ao tomar conhecimento da ação que seria realizada no Colégio Luiz Ribeiro de Lima, solicitou a gestora A. C. N que interviesse junto à pesquisadora para que o evento fosse efetivado naquela instituição por terem problemas cotidianos com drogas e facções criminosas. Na ocasião a gestora não apresentou maiores detalhes.

As atividades do projeto de extensão tiveram início no dia 02/09/2020 e, para este momento, foi realizada uma ginástica laboral para os professores e posteriormente os presenteou com uma apresentação de *ballet* clássico pela profissional da dança Cristina Rocha, como forma de efetivar o primeiro momento cultural do evento. Na sequência, o Prof. Dr. Mauro Campello realizou palestra que abordou o papel dos Conselhos Tutelares em articulação com as escolas no enfrentamento às drogas. A temática incentivou um debate posterior, com inúmeras participações de docentes.

No dia 03/09/2020 contou-se com a contribuição do palestrante educador Álvaro Sanches, que fomentou um debate sobre empatia educacional e das inúmeras possibilidades de se identificar habilidades e talentos nos estudantes por meio de testes, que podem ser aplicados cotidianamente nas escolas. A palestrante psicóloga Simone Muniz abordou as formas de percepção do uso de drogas por adolescentes. Na ocasião, teve-se a participação do Sr. Claudemir Lúcio Moraes dos Santos – Diretor Técnico da Secretaria de Desenvolvimento Social do estado de São Paulo, que relatou alguns exemplos de sucesso na prevenção às drogas e realizou a indicação de cursos relevantes para que os professores pudessem se qualificar na área e, também, disponibilizou alguns *links* de inscrições no *Chat* do evento.

O Webnário de capacitação de professores encerrou dia 04/09/2020 com duas palestras e dois momentos culturais. A primeira palestra foi ministrada pelo Prof. Dr. Flávio Corsini que contribuiu relatando experiências de atuação e resultados de pesquisas que realizou como forma de entendimento no que concerne aos comportamentos violentos de estudantes nas escolas. A profissional da dança Cristina Rocha apresentou uma mensagem reflexiva sobre o fazer profissional dos professores e exibiu duas coreografias de *ballet* clássico. O público participante externou contentamento em contemplar tais apresentações por meio do *chat* e, com isso, revelou a importância dos aspectos culturais no cotidiano educacional.

A segunda palestra foi realizada pelas psicólogas Cássia Nathalia Alves Dias e Yasmin Leitão Rosas. Realizaram dinâmicas com os professores, onde induzia a percepção

por parte dos docentes, do que é mito ou verdade na abordagem da temática das drogas com os adolescentes. Houve significativa participação do público que se manifestou de maneira positiva ao proposto. No fechamento do evento o músico Mozart de Andrade realizou execução musical como forma de levar um momento de descontração e lazer para os professores. Na ocasião, a pesquisadora solicitou que utilizassem o *chat* do Webnário para deixarem opiniões a respeito do evento e relatarem se contribuiu para o fazer profissional, no que tange a prevenção às drogas nas escolas. Todas as palestras foram gravadas, posterior ao evento, passaram por edição e estão em formato *Mp4* personalizado onde serão disponibilizadas para a Coordenação do MPSPDHC da UERR e para as escolas participantes. Atingiu-se um público de 54 (cinquenta e quatro) professores nos dois momentos de capacitação e todos os participantes serão certificados pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UERR, com carga horária de 8h. Tais palestras estão transcritas no capítulo quatro e evidenciam saídas para a atuação frente à prevenção às drogas e articulação à rede de atendimento.

1 ASPECTOS TEÓRICOS: A PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS POR ADOLESCENTES NO ÂMBITO ESCOLAR COMO PROPULSORA DE VIDA CIDADÃ E OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DE 1997/1998

Dentre as funções da escola está o papel de organismo de prevenção. Ao instituir temas transversais nos Parâmetros Curriculares Nacionais ainda em 1997/1998, pelo Ministério da Educação (MEC), abriu-se um leque para a disseminação de assuntos pertinentes a uma sociedade. No que tange ao assunto drogas, vislumbra-se no documento um ponto fundamental que subsidia o trabalho preventivo a aproximação de adolescentes com as drogas nas escolas, que é o tema cidadania, pois entende-se que são múltiplos os aspectos que podem ser trabalhados nesse âmbito como forma de orientar os adolescentes sobre os perigos das drogas e proporcionar a eles a percepção de construção de uma vida cidadã, desconectada dessa expressão social. No entanto, foi salutar a apreensão referente ao aspecto cidadania no âmbito educacional brasileiro.

1.1 A escola como espaço privilegiado para o desenvolvimento dos temas transversais inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998

Ao longo da história brasileira o tema drogas sempre esteve envolto a muitos tabus e foi preciso romper com a tática do silêncio para que esse aspecto pudesse ser disseminado de forma preventiva dentro do ambiente escolar. A partir dos anos de 1995/1996 começa-se a elaboração de forma mais acentuada dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que tinha como um dos pontos fundamentais,

compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres, políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito. (BRASIL, 1998).

Nos anos de 1999 e 2000 foram iniciados os primeiros passos para materialização dos PCN's. Porém, os temas transversais foram recebidos com muita crítica por parte de educadores e gestores, pois, para disseminá-los, seria necessária a qualificação do quadro de recursos humanos, pelo fato dos temas não estarem relacionados a uma ou outra disciplina específica e sim haver uma interdisciplinaridade de

conhecimentos, não constando uma forma considerada correta de aplicá-los no dia a dia dos estudantes.

O Ministério da Educação (MEC) trata que “os temas transversais na educação estão voltados para a compreensão e para construção da realidade social, dos direitos e responsabilidades relacionadas com a vida pessoal e coletiva”. (BRASIL, 1998). Visando garantir que este caminho fosse seguido pelas escolas de todo o país, o MEC estipulou, através dos PCN's, que assuntos de cunho social e de grande urgência para a sociedade contemporânea como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo fossem trabalhados em sala de aula.

De acordo com o PCN (1997) a contribuição da escola é a de articular um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitem intervir na realidade para transformá-la. Entende-se que os temas transversais expressam conceitos e valores básicos que constituem a cidadania e correspondem a questões importantes e urgentes para a sociedade.

Com relação a prevenção ao uso de drogas pode-se trabalhá-la, também, dando ênfase no âmbito da saúde por ser um aspecto que não deve ser ignorado quando se almeja a construção de cidadania. Todavia, é preciso que haja parceria entre família e escola, onde a temática necessita ser iniciada ainda na primeira instituição (família) e cabe à segunda (escola) proporcionar aos estudantes estímulos para que possam desenvolver uma visão crítica sobre essa expressão, como forma de evitar que os adolescentes se aproximem de substâncias destrutivas (drogas), que podem implicar em uma formação cidadã. Portanto,

a família e a escola desempenham o papel de agentes construtores das relações sociais, que podem influenciar na forma como os adolescentes reagem à ampla oferta de droga na sociedade atual, bem como, devem andar juntas com o objetivo de construir e desenvolver habilidades que promovam o bom desempenho dos seus filhos e educandos, pois é preciso priorizar condições para lidar com as situações adversas que a vida lhes impõe. (PIAI, 2015).

Entende-se que um ponto de relevância que consta no PCN na correlação com o problema de pesquisa é que deve ser proporcionado aos adolescentes o conhecimento do próprio corpo para dele cuidar, valorizar e adotar hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agir com responsabilidade em relação à sua saúde e da coletividade. Compreende-se que a escola tem papel fundamental na promoção da saúde e pode ser o meio pelo qual o problema da droga seja amenizado, por ter em suas “mãos” famílias e indivíduos que precisam ser orientados contra esse aspecto.

Piai (2015), trata que “a escola tem papel fundamental na promoção da saúde”. Trabalhar com temas que estão presentes no dia a dia dos alunos e orientar sobre seus perigos e desafios é de extrema importância para que nossos adolescentes tenham uma posição reflexiva e crítica dentro e fora dos muros da escola e, dessa forma, desconstruam o mito da droga. No entanto, se torna imperioso que haja a participação da sociedade civil nessa construção de novos saberes e perspectivas, colocando em prática as prerrogativas defendidas na Constituição Federal Brasileira de 1998, mais especificamente em seu artigo 227, onde também trata das instituições responsáveis pela proteção de crianças e adolescentes.

Por fim, considera-se primordial a articulação das intuições escolares como atores sociais para que se desenvolvam trabalhos que contraponham ao consumo de drogas por pessoas em desenvolvimento físico e psicológico. Sabendo que a educação formal é um dos meios no qual se faz a conscientização, a educação e a prevenção ao abuso de drogas por estudantes, buscou-se pelo entendimento ao aspecto da prevenção a aproximação de drogas por adolescentes nas escolas.

1.2 Adolescentes e drogas, a prevenção nas escolas

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, revogou o Código de Menores de 1979 (Lei 6.667, de 10 de outubro de 1979) e instituiu uma nova referência à infância e adolescência no Brasil com a Doutrina da Proteção Integral. Essa Doutrina foi aprovada e difundida através da Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989. Assim, é “baseada numa concepção educativa, voltada para a garantia dos direitos de cidadania a essa população, em detrimento da antiga visão repressiva, punitiva e assistencialista imposta pelo Código de Menores”. (ECA, 1990).

A Constituição da República Federativa do Brasil traz em seu texto que “o Estado, a sociedade civil e a família têm o dever de assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, e colocá-los a salvo de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão”. (BRASIL, 1988, art. 227). A violação de direitos dispensa aos adolescentes uma situação de vulnerabilidade da qual tratam Kaztman e Figueira (2006, p. 71), “chamamos de vulnerabilidade ante a pobreza ou a exclusão social às situações que surgem quando as configurações de recursos que controlam e podem movimentar os domicílios não são suficientes para aproveitar as estruturas de oportunidade de acesso ao bem-estar”.

Percebe-se que o não acesso a bens e serviços viabiliza os riscos que podem ser desencadeados no cotidiano de muitos adolescentes, não podendo aqui refutar-se do entendimento no que diz respeito a aproximação com as drogas como forma de atender o objetivo geral da pesquisa e por ser um fato merecedor de debates cada vez mais ampliados.

De acordo com o ECA, o Adolescente tem sua fase definida entre a faixa etária de 12 a 18 anos de idade incompletos. Essa fase é marcada por transformações físicas, psicológicas e cognitivas. Nesse sentido, a fase da adolescência deve ser entendida como um período importante do desenvolvimento humano, “um momento no qual se criam e compartilham experiências geracionais que, apesar de serem bastante diversas, conformam um conjunto comum de experiências cujas especificidades precisam ser reconhecidas”. (MEDINA, 2011, p. 115).

Apreende-se que cada vez mais os adolescentes vêm sendo colocados em situação de vulnerabilidades e risco social, e

a passagem do círculo social familiar, o qual é bastante restrito, para o mundo que é um universo muito mais amplo e abrangente coloca o adolescente a uma maior exposição a inúmeros fatores considerados de risco e que pode levá-lo ao início do uso de drogas. A identificação destes fatores é de fundamental importância, a fim de que se possam realizar intervenções para inibir ou retardar o uso e abuso destas substâncias. (BAVARESCO; CARVALHO, 2017, p. 5).

Silva (2012) aponta que oriundos de uma lógica perversa na qual as relações sociais estão submetidas a uma intervenção estatal, que historicamente tem ignorado as determinações estruturais e as diferentes condições sociais e econômicas a que estão sujeitas os indivíduos na sociedade, adolescentes expostos a fatores de vulnerabilidade e risco à violência tornam-se alvos privilegiados das ações de repressão estatal, bem como de ações de grupos criminosos. A autora afirma que,

embora com o ECA as crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos, no que tange ao tratamento aos adolescentes em conflito com a lei, a realidade das instituições de internação no Brasil historicamente revelam uma insuficiência de condições para a garantia dos direitos assegurados legalmente aos mesmos e persistindo uma desconsideração às garantias legais enunciadas na lei 8.069/90. (SILVA, 2012, p. 103).

Rocha (2011) aborda que não há como acabar com a droga em si, e ela não é a única causa de violência na sociedade, porém já se tornou evidente que o consumo de drogas por adolescentes e sua relação com a criminalidade é tema que vem preocupando há muito os profissionais que atuam na área da Infância e da Juventude e, especialmente, os operadores do Sistema de Justiça que têm como dever legal a observância do princípio

da proteção integral e do respeito à condição peculiar da criança e do adolescente, como ser em desenvolvimento. Necessita-se que essa questão seja cada vez mais vista pelo viés da prevenção e como problema de saúde pública e não somente como problema de segurança no âmbito da repressão aos usuários de drogas.

Entende-se que o consumo de drogas por adolescentes constitui um dos principais problemas da sociedade. O uso dessas substâncias revela o aspecto mais cruel dessa realidade e, em um contexto de pré-julgamentos e discriminação, o adolescente é tipificado de acordo com o que aparenta no seu cotidiano pelo senso comum. Para que isto não aconteça é imperioso que se realize, de forma cuidadosa, a análise de categorias que podem ser determinantes no uso de drogas por adolescentes.

Apreendeu-se que a busca pela satisfação momentânea das suas necessidades como a fome, carências afetivas, exclusão social pelo não pertencimento a determinada classe e o não recebimento de orientações de base familiar e educacional, tornam-se propulsoras do consumo de drogas na adolescência, contribuindo para o distanciamento da cidadania em sua plenitude.

Depreende-se que o fato de crianças e adolescentes estarem sendo cada vez mais colocados em situação de risco para suprir as necessidades básicas da família, tem as deixado vulneráveis às violências que o ambiente externo pode ofertar, sem proteção e orientação são convidadas a entrar para o contexto das drogas. Os argumentos são muitos, e um deles é a questão de se tornar 'avião' (distribuidor de drogas) e, em troca, ter uma renda que lhe possibilitará continuar ajudando em casa ou comprar coisas que antes não tinham como adquirir. (FONSECA et al, 2013).

Compreende-se que é nesse momento que o sujeito aceita conhecer diferentes situações, abstraindo desses experimentos uma nova definição de vida e redefinindo sentimentos e valores. Muitas vezes, com essas experiências, o adolescente remete-se a vivências que marcaram sua infância e é esse novo ser que, na conjuntura em que vive, adotará novas formas de se posicionar diante da vida. Então, a criança que recebia os questionamentos de seus pais, obedecia às regras e gostava de sua companhia, modificase, e se torna um adolescente indisciplinado escolhendo estar só ou na presença de amigos.

Os amigos preenchem o vácuo do progressivo desprendimento da tutela dos pais e são tratados, pelos jovens, como se fossem os primeiros em importância na sua vida. Compreender esses aspectos é fundamental para a transição saudável do adolescente, podendo ser negociados, com sucesso, numa relação estruturada no afeto e apoio mútuo entre pais e filhos. (SCHENKER E MINAYO, 2006, p.302).

A sociedade e a mídia, muitas vezes de forma condenatória, colocam os adolescentes drogados como os únicos culpados por sua condição de dependência química. Quando não há uma base de vida comum o julgamento ganha mais força e nesse momento dividem a situação da drogadição por classes, onde em algum imaginário isso seja possível na contemporaneidade.

É sabido que as drogas estão inseridas nos mais variados ambientes e espaços sociais, e

geralmente, quando nossos filhos são pequenos e ouvimos falar sobre drogas ilícitas e dependência química, imaginamos que este problema atinja somente pessoas de baixa renda ou com famílias desajustadas. Porém, os dados mostram que as coisas não são bem assim e, basta olharmos com atenção ao nosso redor, para comprovarmos estes dados. O acesso e o apelo ao uso de drogas ilícitas entre adolescentes e até mesmo entre crianças é cada vez maior. As drogas podem estar disponíveis no clube, nas baladas, na festa de 15 anos de uma amiga, na casa de um amigo, pasmem, na escola. (MARCONDES, 2015, p. 1).

Tiba (2007) argumenta que não só os filhos de lares desestruturados consomem drogas. Os nascidos em famílias estruturadas nas quais nunca faltou amor, também o fazem. Nesse aspecto, observa-se que o uso de drogas não pode ser analisado somente por um viés, se fazendo necessário o delineamento das suas múltiplas facetas. Deve-se promover uma reflexão séria que leve em conta o sistema social e os dispositivos de poder que capturam indivíduos, contribuindo para colocá-los no mundo das drogas.

A questão necessita de olhares ampliados, pois a família é muitas vezes responsabilizada de forma isolada pela problemática, não levando em consideração os determinantes que norteiam os seus contextos sociais, isto é, as condições reais e concretas pela não efetivação dos direitos sociais na sociedade capitalista, principalmente nos contextos periféricos.

Berger e Luckmann (2001) tratam que a situação face a face permite conhecer o real do outro e suas subjetividades. No caso dos adolescentes dependentes químicos a apreensão de sua realidade só se torna possível com essa aproximação, para a partir de então, estabelecer categorias de análises que evitam os prejulgamentos. Os autores contribuem ainda citando que “nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da subjetividade presentes na situação face a face”. (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 47).

Contudo, vê-se no aspecto do conhecimento da realidade de adolescentes usuários de drogas uma forma positiva de trabalhar os julgamentos da sociedade, não havendo essa garantia “as tipificações da interação social tornam-se progressivamente

anônimas à medida que se afastam da situação face a face”. (BERGER; LUCKMANN, 2001, p. 47). Não se limita ao tirar suas próprias conclusões e, muitas vezes, sem buscar um entendimento da problemática em sua totalidade. Esse assunto precisa ser considerado de forma coletiva, Intersetorial e integrada pelos diferentes atores sociais envolvidos. As análises sócio-históricas devem servir para compreender as múltiplas expressões sociais que levam adolescentes a se aproximarem das substâncias psicoativas.

Cerqueira (2016) discorre que a escola, que poderia ser a pedra fundamental transformadora para prevenir crimes no Brasil, termina não explorando determinados efeitos potenciais desejados em face de um modelo educacional que não reconhece diferenças individuais e sociais. Algumas categorias de análise deveriam ser levadas em consideração pelas instituições educacionais, para trabalhar de forma positiva a questão da prevenção à criminalidade com adolescentes. São elas: “boa nutrição; espaço para estudar em casa; ausência de conflitos envolvendo violência doméstica em suas vidas; atenção, orientação e supervisão dos pais etc.”.

O autor aborda ainda que,

a escola é a instituição primordial para reforçar e internalizar nas mentes das crianças e dos jovens a ideia da cidadania, em que o indivíduo goza de benefícios e direitos, ao mesmo tempo em que contrai determinadas obrigações com os outros. Nesse ponto, a questão da promoção da sociabilidade e de lidar com as diferenças é crucial. Contudo, a questão aí consiste em como inculcar tais valores se a criança ou o jovem sofre diuturnamente com a violência que: muitas vezes, nasce dentro dos lares, com famílias desestruturadas; é material ou simbolicamente sentida a partir da realidade da truculência policial nas comunidades pobres; ou na falta de tempo, atenção e autoritarismo que acontece, muitas vezes, dentro da própria escola. (CERQUEIRA, 2016, p. 30).

Bavaresco e Carvalho (2016) defendem que é importante que oportunize ao adolescente o acesso a diferentes atividades, as quais os levem a fazer escolhas e desenvolver habilidades a partir de algum esforço que gera prazer. Como sugestão são os jogos cooperativos, brincadeiras, teatro, música, sempre respeitando o interesse pessoal. Tudo isso se contrapõe a ideia do prazer imediato ocasionado pelas drogas e é possível se a mensagem transmitida aos filhos for de tolerância e aceitação dos seus limites, deixando transparecer amor e respeito.

Entende-se que a construção de um projeto de vida só se torna possível quando se vislumbra perspectivas nos ambientes em que se encontram os sujeitos, e que os sentidos que definem essa construção estão muitas vezes no ambiente familiar e escolar, e é a partir destes espaços que os adolescentes refletem e revelam as relações que estes estabelecem com o mundo.

Gomes et al. (2016) definem que ao trabalhar Projeto de Vida com adolescentes é propiciado um espaço de discussão dos seus sonhos, planos para o futuro, de promoção do autoconhecimento e da realidade que o cerca, enxergando-o como um sujeito que tem potencial para agir enquanto adolescente, não encarando esse período como um vazio no desenvolvimento humano ou como afirmado, muitas vezes, pelo senso comum, como “uma fase que vai passar”.

O ambiente escolar é um espaço onde se pode promover o protagonismo dos adolescentes, por ser espaço privilegiado com efeitos potenciais na prevenção às drogas, para isso é necessário que se reconheça as diferenças individuais e sociais com o objetivo de conquistar as mentes e os corações de adolescentes, para que não se aproximem das substâncias psicoativas e vejam perspectivas de delinear um projeto de vida desconectado do mundo das drogas.

Esperam-se, do espaço escolar, ações que incidam de forma transformadora e emancipadora no cotidiano de estudantes. Porém, o que se vislumbra é a existência de algumas fragilidades no modelo educacional brasileiro, que não se apresenta moldado para reconhecer as diferenças sociais e individuais, e a partir de então, se fundamentar para atuar no enfrentamento das diversas expressões sociais e possibilitar a construção de projetos de vida cidadã.

Contudo, é salutar a realização do resgate histórico-teórico a respeito do aspecto cidadania e sua disseminação no âmbito educacional brasileiro, para que se possa contrapor o que está escrito nas leis instituídas no Brasil e os fatores determinantes da não garantia desses direitos postos na realidade e que serão analisados no próximo subitem desse estudo.

1.3 A construção da cidadania no âmbito educacional brasileiro

Nesse ponto se deu a reflexão acerca do conceito de cidadania e sua construção no âmbito educacional brasileira, com base em teorias já construídas, tendo em vista que a pesquisa propõe com seu resultado a perspectiva de reflexão por parte dos adolescentes da possibilidade de delinear projetos de vida cidadã.

Para tanto, fez-se necessário o entendimento de que cidadania recebe variadas interpretações dependendo do contexto e da sociedade, porém a ideia que se defende neste estudo não se relaciona a de alguns autores que apontam como sendo o aspecto político, ou seja, o exercício de votar e ser votado que tão somente a caracteriza. Entende-

se que o conceito de cidadania se apresenta em contornos ampliados, que extrapolam o sentido de apenas atender às necessidades políticas e assumem como objetivo a busca por condições que garantam uma vida digna às pessoas. Portanto,

[...] entender a cidadania a partir da redução do ser humano às suas relações sociais e políticas não é coerente com a multidimensionalidade que nos caracteriza e com a complexidade das relações que cada um e todas as pessoas estabelecem com o mundo à sua volta. Deve-se buscar compreender a cidadania também sob outras perspectivas, por exemplo, considerando a importância que o desenvolvimento de condições físicas, psíquicas, cognitivas, ideológicas e culturais exerce na conquista de uma vida digna e saudável, que leve à busca virtuosa da felicidade, individual e coletiva. (ARAUJO; KLEIN, 2006).

Muitos foram os avanços na construção do ser cidadão. “Na antiguidade a cidadania era atrelada ao ideal de governar e ser governado. A cidadania moderna se apresenta com a ideia de pertencer a um sistema de direitos e deveres no qual o cidadão terá que consentir ao outro o direito de governar”. (CARVALHO, 2001). O conceito de cidadania é historicamente definido e complexo, cada país tem a sua trajetória.

A origem da palavra cidadania vem do latim *civitas*, que significa cidade. O conceito de cidadania teve origem na Grécia clássica, sendo usado para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente dos negócios e das decisões políticas. Mais tarde a palavra cidadania foi usada na Roma antiga para indicar a situação política de uma pessoa e os direitos que tinha ou podia exercer. No entanto, durante muitos séculos este conceito foi perdido, tendo sido retomado mais tarde, no século XVIII, associado a duas ideias fundamentais: liberdade e igualdade⁴.

Com suas características fundantes na Grécia Antiga, a cidadania, ao longo do tempo, vem se modificando e se adaptando ao seu respectivo período histórico, até chegar ao que conhecemos hoje. O significado de cidadania nos tempos contemporâneos engloba uma série de direitos e deveres que assegura o pertencimento à vida em sociedade e que só foi possível esse delineamento por meio de lutas de uma coletividade.

Coutinho (2005, p. 2) cita que cidadania “não é dada para os indivíduos de uma vez para sempre, de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando um processo histórico de longa duração”. Contudo, amplia-se o significado de classes subalternas “a todas as classes oprimidas da história da civilização moderna, a todos os marginalizados do

⁴DALLARI, Dalmo de Abreu. Dalmo Dallari explica o conceito de cidadania. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HmZ3pj5R1oI>. Acesso em: 11/03/2020.

processo histórico, tanto os que resistem à dominação, quanto os que se encontram completamente à margem”. (SCHLESENER, 2016. p. 135).

Desse modo, a dimensão atual de cidadania deve ser vista de maneira horizontal, com o envolvimento de todos e em pé de igualdade no acesso aos direitos e no cumprimento dos deveres, implicando uma relação de intersubjetividade e solidariedade, para que cada vez mais haja o fortalecimento das ações em prol da redução das desigualdades sociais e se alcance a denominada vida cidadã.

Gorczewski e Martin (2011) evidenciam que cidadania ou o pertencimento a uma comunidade é um processo histórico e em constante evolução. Assim, ao definir-se a qualidade de cidadão deve-se sempre considerar o contexto social a que se está referindo, porque com isso ela adquire características próprias que se diferenciam conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas.

No que tange ao exercício de cidadania no Brasil, há um retrato posto dos reflexos do clientelismo, patrimonialismo e do não investimento em educação até épocas bem recentes, isso influenciou de forma negativa na formação de cidadãos consciente de seus direitos e capazes de fazer frente a uma situação política de manipulação e opressão. Passou-se a investir em educação no país somente após o processo de industrialização, que ocorreu na segunda metade do século XX, sobretudo para formar pessoas para operar os sistemas industriais.

Na análise de Carvalho (2001) nos países em que a cidadania se desenvolveu com maior rapidez, inclusive a Inglaterra, a educação popular permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

Para Galvão (2014) educar é um ato que visa à convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política. A educação escolar, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a incumbência de preparar as pessoas para o exercício da cidadania; é entendida como o acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e ainda significa o exercício pleno dos direitos e deveres previstos pela Constituição da República. Entretanto, as constituições brasileiras tiveram por longo período, textos que excluía grande parte da população do exercício de cidadania.

A Constituição Imperial do Brasil de 1824 trata em seu art. 179, da inviolabilidade dos Direitos Cívicos e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Suas garantias estão nos incisos XXXII e XXXIII que

asseguram a instrução primária e gratuita a “todos” os cidadãos, colégios e universidades, aonde seriam ensinados os elementos das Ciências, Artes e Letras. Não obstante, ao buscar compreender quem a Constituição Imperial caracterizava como cidadão, observou-se o seu caráter excludente, conteúdo este, que está posto em seu art. 6º.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os illegitimos de mai Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em serviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação”. (BRASIL, 2012, online).

Ao realizar a leitura do citado artigo interpreta-se que a própria Constituição de 1824 não considerava os escravos como cidadãos. Pode-se dizer que durante o período de vigência da referida Carta Magna não existiu, sob o aspecto constitucional, uma atribuição clara e precisa de competências entre as pessoas políticas para seu desenvolvimento. “O que havia era a disciplina da matéria por meio da legislação ordinária, com a consequente descentralização, que não trouxe benefícios para o progresso da educação no país”. (TEIXEIRA, 2008, p. 151).

Conclui-se por meio dos referenciais apresentados, que as Constituições Federais do Brasil, até os citados períodos, não tratavam a cidadania como algo que era do alcance de todos, mas apontava em seus artigos que abordavam a educação, o público a qual deveria atender. Nota-se o caráter excludente da participação social na política, tendo em vista que um dos critérios basilares era a alfabetização que não incluía os menos abastados. A questão de segregação educacional percorreu um longo caminho no Estado brasileiro e que foi debatido de forma ampla e inclusiva somente com a Constituição de 1988.

Cristovam e Araújo (2017) citam que “[...] no início dos anos de 1900, as preocupações dos nossos governantes eram centradas na economia e de formar mão de obra barata para trabalhar nas indústrias que estavam surgindo no país, principalmente nas regiões sul e sudeste”, contribuindo para que haja o entendimento que o cunho educacional que se tinha não era emancipador, mas sim segregador, pois com a instrução que os

brasileiros recebiam não havia brechas para o pensamento reflexivo-crítico, mas sim, a formar mão de obra barata para trabalhar na reprodução de um capital do qual não participariam.

No contexto histórico de 1920 até início de 1930, houve um entusiasmo na defesa da educação e no desenvolvimento de projetos que aperfeiçoavam o pedagógico de uma política nacional educacional que valorizava os diversos níveis. Todavia, anos mais tarde perdeu força com a instauração do Estado Novo em 1937 e a centralização do poder no governo, a educação também se tornou refém e o ensino foi usado como instrumento de exaltação dos 'projetos' do governo. (CRISTOVAM; ARAÚJO, 2017, p. 5).

Ao avançar para o século XXI, tem-se no contexto o processo de redemocratização do país e a instituição da Carta Magna do Brasil em 1988. Nela consta um amontoado de leis e garantias que passam por desafios constantes para sua efetivação. Logo em seu artigo 6º reconhece "a educação como um direito fundamental de natureza social". (BRASIL, 2016, p. 29). Sua proteção tem uma dimensão que ultrapassa, e muito, a consideração de interesses meramente individuais.

A Constituição Brasileira que foi promulgada em 05 de outubro de 1988 ficou conhecida como Constituição Cidadã. Ao tratar da educação, descreve em seu art. 205 que "a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade civil". (BRASIL, 2016, p. 102), sendo, desta forma, os três elementos citados corresponsáveis pela disseminação da educação. O artigo 205 trata também que "a educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (BRASIL, 2016, p. 102), caracterizando o tripé que será utilizado como parâmetro no desenvolvimento de projetos de cunho educacional.

Ao trabalhar os elementos da educação, a lei 8.069 (1990) - Estatuto da Criança e Adolescente defende, em seu art. 53, que "a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho", configurando a consonância como descrito no artigo 205 da Constituição Federal e apresentado no parágrafo anterior. Deste modo, vê-se que o preparo para o exercício da cidadania está posto nos dois artigos dada a importância da sua construção no âmbito educacional, pois se entende que é por esse viés que se possibilita o pensar crítico e que em muitos casos viabiliza a emancipação humana. Ioanna Noula (2018, p. 2) cita em seu artigo que:

estudiosos do campo da Pedagogia Crítica enfatizam a relação entre cidadania democrática e pensamento crítico, concluindo que os estudantes e os cidadãos democráticos precisam pensar criticamente para conseguir decifrar as desigualdades sociais, a luta de classes e as relações de poder. Mais especificamente, localizam a ameaça à democracia nas tendências contemporâneas de analfabetismo cívico.

Entende-se que há necessidade de que a educação priorize o desenvolvimento e fortalecimento de habilidades do pensamento, incentive o espírito crítico e possibilite aos estudantes que analisem ideias de forma mais racional para que possam ter possibilidades de romper com círculos de inércia geracionais que, muitas vezes, acompanha grande parte das famílias brasileiras e que possam, dessa forma, participar das decisões do Estado que influenciam diretamente no cotidiano.

Ao instituir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/1996, normatiza-se o que está posto nos artigos sobre educação na Constituição Federal de 1988 em todo território nacional, apresenta o seu caráter abrangente, flexível e democrático que pode ser observado logo no seu art. 1º, onde trata que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996), o que amplia a educação para além do âmbito escolar e familiar.

A lei 9394/1996 apresenta, em alguns artigos, a temática da cidadania. O artigo 2º define que a educação “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1996), ratificando o descrito na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e Adolescente de 1990. É notório que o embasamento legal utilizado até este ponto trata o exercício da cidadania como elemento fundamental, mas vale ressaltar que a construção de uma vida cidadã depende, em muito, do que se é trabalhado de forma concreta no cotidiano de crianças e adolescentes no âmbito escolar, familiar e na sociedade.

Alguns aspectos influenciam de forma negativa na construção da cidadania no âmbito educacional, “entre os quais, a necessidade de trabalhar e o não-reconhecimento da experiência de vida do educando e sua cultura no currículo escolar”. (ZIZEMER, 2006, p. 54). Sendo assim, o campo torna-se fértil para a evasão escolar, e isso coloca um número elevado de adolescentes na ociosidade e sem perspectivas de evolução no campo da cidadania.

A analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Sra. Betina Fresneda, cita em entrevista que "Idealmente, o sistema de ensino devia oferecer igualdade de oportunidades para todos, independentemente da origem, para que a pessoa pudesse desenvolver seus potenciais. Mas ele reflete a estrutura social do país". (AGÊNCIA IBGE DE NOTÍCIAS, 2019). Ela demonstra por meio de sua fala, que o caráter transformador de realidades no âmbito educacional deveria estar subsidiado pela qualidade de execução de conteúdos e ações que possibilitassem aos estudantes a igualdade de competitividade e exercício dos direitos e deveres de cidadania.

Guimarães (2017) defende que o que se vislumbra no contexto brasileiro é a desigualdade aparente que está expressa em grande parte da sociedade. Tendo em vista que a concentração da riqueza, da terra e dos bens socialmente produzidos tem estado, portanto, nas mãos de poucos – os que detêm os meios de produção, enquanto a maioria da população que vende a sua força de trabalho vive em condições injustas e desumanas, que se expressam entre outros aspectos: na miséria, na pobreza, no desemprego ou em situações de precarização de trabalho, no analfabetismo ou em baixos índices educacionais, em condições precárias de habitabilidade, saúde, etc.

Esse retrato da desigualdade afeta a construção da cidadania, pois se entende que para acessá-la os sujeitos necessitam ter seus direitos garantidos para se tornarem pessoas capazes de cumprir com seus deveres. Paulo Freire (1987, p. 2) descreve que "cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso de direitos e o direito de ter deveres de cidadão". Para tanto, acredita-se que no âmbito educacional há inúmeras possibilidades de contribuir para que crianças e adolescentes se tornem cidadãos em uma sociedade e, para que isto ocorra, é preciso que se promovam cotidianamente reflexões críticas acerca da realidade.

O adolescente que tem seus direitos cerceados, busca em caminhos tortuosos as formas de suprir suas carências, acarretando sérios prejuízos em seu desenvolvimento educacional. Pode-se aqui elencar alguns fatores que podem contribuir para que ocorra o fenômeno da evasão escolar: "destaca-se a necessidade de trabalhar para ajudar a família e, também, para seu próprio sustento. O ingresso no mundo do crime e na violência e a precariedade de ensino são pontos comuns para tal evasão". (CABRAL, 2016, p. 17).

Cabral (2016) apresenta que a educação pode e deve contribuir para diminuir as desigualdades sociais, bem como para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os novos paradigmas da educação colocam os alunos como autores e sujeitos do mundo no centro do conhecimento, tornando-se concreta quando o aluno entra no processo e assume

seu papel de objeto e sujeito da educação. É desta forma que a escola, apesar dos resquícios tradicionais, precisa ampliar sua visão e se adequar às diversidades culturais e tecnológicas, se abrir para as modificações nos seus currículos, elaborando e executando novos projetos.

No Brasil, conforme citado em sessão anterior, os PCN's (1997/1998) apontam em seus textos que a educação tradicional já não é mais, por si só, capaz de dar conta dos anseios societários, adotando de forma complementar a inserção de temas transversais que contribuem, se bem aplicados, para a redução dos índices de evasão escolar, pois com as constantes mudanças globais é preciso que haja o acompanhamento por parte do sistema educacional público, para que os estudantes tenham condições de competir de forma digna no mercado de trabalho e ter garantido parcela do exercício de cidadania.

Porém, ao acompanhar a divulgação do maior estudo sobre educação do mundo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), realizado no Brasil em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pode-se apreender que o Brasil tem baixa proficiência em leitura, matemática e ciências, se comparado com outros 78 países que participaram da avaliação. A edição divulgada mundialmente em 03/12/2018 revelou que 68,1% dos estudantes brasileiros com 15 anos de idade não possuíam nível básico de matemática, o mínimo para o exercício pleno da cidadania. Em ciências, o número era de 55% e em leitura 50%. Vale salientar que os índices estão estagnados desde 2009. (BRASIL, 2019).

Realizado a cada três anos, o PISA tem o objetivo de mensurar até que ponto os adolescentes de 15 anos adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para a vida social e econômica. Em 2018, 79 países e 600 mil estudantes participaram do teste, que ocorreu desde 2000. O INEP divulgou que o estudo também revelou que,

[...] observando as quatro edições do PISA, o desempenho escolar não caminhou junto dos altos investimentos do Governo Federal na educação básica. Em 2009, primeiro ano do período de estagnação dos índices, foram gastos R\$ 18 bilhões. Já em 2018, o número saltou para R\$ 39 bilhões, um aumento de 116%. (BRASIL, 2019).

A pesquisa demonstra que há uma divergência entre o arcabouço legal apresentado e a realidade posta no contexto brasileiro. As leis pertinentes à educação expressam o que seria ideal na condução de suas políticas, porém o desposto viabiliza a compreensão de que há necessidade de grandes avanços na prática educacional para que os estudantes de escolas públicas desenvolvam potencialidades e tenham a possibilidade de se tornarem protagonistas sociais.

Entretanto, cidadão é aquele que em uma determinada comunidade política usufrui plenamente “dos direitos civis (liberdades individuais, direito de escolhas), dos direitos políticos (direito de participação em coletividade) e dos direitos sociais (direito a educação, saúde, emprego, moradia etc.” (CORRÊA; CRISTINA; ROMIG., 2015, p. 3). Pode-se, dessa forma, considerar cidadão aquele que tem participação de fato na sociedade, e a escola dentro da sua função social pode contribuir em grande parte para que isto ocorra, pois seu fazer ultrapassa às questões internas.

Na análise do papel da escola na prevenção às drogas no município de Boa Vista - Roraima tem-se a possibilidade de evidenciar aspectos que poderão contribuir para o enfrentamento à questão das drogas pelo viés preventivo no âmbito educacional, por ser este, o espaço de convívio social e protagonista de ações que podem ser propulsoras na construção de vidas cidadãs. Contudo, para que haja compreensão de fatores inerentes ao espaço delimitado para o estudo, será necessário realizar a sua contextualização como meio de explicitar as peculiaridades políticas, sociais e econômicas da capital. A questão das drogas no município será abordada concomitante ao resgate histórico, para que se possa dimensionar a problemática delineada.

2 O MUNICÍPIO DE BOA VISTA - RORAIMA E A QUESTÃO DAS DROGAS

O capítulo tem por objetivo apresentar o resultado da contextualização e caracterização do espaço geográfico onde o estudo foi desenvolvido – o município de Boa Vista - Roraima e os desafios no que concerne ao enfrentamento às drogas ao longo da história da capital. Para tanto, realizou-se levantamentos em estudos já constituídos no tocante a construção, aos problemas estruturais, sociais e econômicos que acompanham a expansão da malha urbana boa-vistense. Fez-se um retrato da zona oeste, que teve como fontes de buscas o setor de estatísticas da Polícia Civil de Roraima, divulgações na imprensa local e em *sites* institucionais, no que tange às apreensões de drogas e as implicações destas neste espaço.

2.1 Contextualização histórica do município de Boa Vista - Roraima

Uma das técnicas norteadoras foi a da pesquisa de campo, que ocorreu em uma escola pública inserida no espaço geográfico do município de Boa Vista - Roraima. Suertegaray (2002) defende que o trabalho de campo é um instrumento de análise geográfica que permite o reconhecimento do objeto e, que fazendo parte de um método de investigação, permite a inserção do pesquisador no movimento da sociedade como um todo.

Com relação ao contexto em que a pesquisa perpassa, o autor Vale (2007) apresenta que o município de Boa Vista é capital do estado de Roraima, localizado no extremo norte brasileiro. Limita-se com a República Bolivariana da Venezuela a Norte e a Oeste, com a República Cooperativista da Guiana a Norte e a Leste, com o Estado do Amazonas ao Sul e a Oeste, e com o Estado do Pará a Sudeste, possuindo 1.922 km de fronteiras internacionais e ocupando uma área de 225.116,1 km, que representa 2,7% da superfície total do Brasil.

A cobertura vegetal de Boa Vista está localizada nos "Campos de Roraima", que se caracterizam por uma cobertura vegetal rasteira e descontínua denominado de "lavrado" e pela ocorrência de espécies arbóreas, predominando o caimbé nas partes mais altas. Outra característica da cobertura vegetal localiza-se nas galerias ao longo da maior parte de igarapés, que são marcadas pelo açaí e pelo buriti. (SEPLAM/RR, 2014).

A cidade surgiu em meados de 1830 (mil oitocentos e trinta) a partir da chamada Fazenda Boa Vista, "esta fazenda pecuária estimulou a ocupação em suas proximidades e

propiciou o desenvolvimento do porto fluvial na região do alto rio Branco”. (MORAES; FILHO, 2009, p. 143). Os autores observam ainda, que em sua formação inicial o município contou com a economia agropecuária, que a princípio tinha como base a exportação de gado para o Amazonas. Entretanto, a atividade da pecuária não foi suficiente para capitalizar a região que, durante muito tempo, sofreu com um desenvolvimento irrisório. (MORAES; FILHO, 2009).

A obra de Braga (2002) *apud* Veras (2009) relembra que em 1858 a fazenda Boa Vista tornou-se Vila e, em 09 de julho de 1890, através do Decreto Estadual nº 49, passou a ser cidade do recém-criado município de Boa Vista, então província do Amazonas. Na década de 1920 Boa Vista já possuía uma malha urbana com ruas paralelas, à margem do Rio Branco. “A população era escassa e a atividade comercial ainda incipiente. (BRAGA, 2002, *apud* VERAS, 2009).

A cidade começa a ganhar novos contornos na década de 1940 e “outro fato histórico foi o Projeto Urbanístico elaborado por Darcy Aleixo Derenusson, entre 1944 e 1950”. (SILVA, 2015, p. 200). Esse traçado foi construído no governo do Capitão Ene Garcez, primeiro governador do então Território Federal do Rio Branco. Nele as principais avenidas do centro convergem para a Praça do Centro Cívico Joaquim Nabuco, onde se concentram as sedes dos três poderes estaduais: Executivo, Legislativo e Judiciário, além de pontos culturais e turísticos importantes como: teatro, palácios, hotéis, bancos, correios, catedrais religiosas, monumentos etc. (FARIAS; VERAS; PAIXÃO, 2010, p. 122).

A arquitetura moderna de Boa Vista também trouxe reflexos de segregação, tendo em vista que as atividades políticas e econômicas ficaram, por muito tempo, concentradas na parte central da capital, o que a colocou em um formato no qual não a diferencia de muitas cidades brasileiras, onde seus projetos empurram a parte menos abastada para o outro lado chamado periferia.

O autor Veras (2010) versa que o planejamento propiciou a diferenciação do espaço urbano já naquele momento, pois criou um acesso seletivo e desigual das pessoas, visto que só contemplava o núcleo embrionário e a área delimitada no projeto e não toda a cidade, afirmando ainda que,

[...] o Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intra urbanas e formação de territórios precários, que até hoje são presenciados. (VERAS, 2010, p. 14).

Em sua obra, Freitas (1993, p. 91) contribui citando que “os governadores nomeados, ainda na década de 1950 para o Território, eram substituídos em muitos casos com menos de um ano, levando assim a uma descontinuidade administrativa”. Acrescenta ainda que “os 44 (quarenta e quatro) governadores de modo geral desconheciam o lugar, desconheciam as tradições locais e, quase sempre, as tradições e valores eram violados ou desrespeitados”. (FREITAS, 1993, p. 92).

A intervenção da classe política local torna-se evidenciada por meio do discurso de posse do Brigadeiro da Aeronáutica Ottomar de Souza Pinto como governador em 1979, quando afirmou a necessidade de incentivar a migração. Santos (2004, p.142) destaca a fala de Ottomar, onde diz “que venham, sem demora, nossos irmãos do Centro-Sul e do Nordeste! Que tragam seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo, extraordinários fermentos que farão crescer e crescer muito o bolo de nossa economia”.

Com o processo migratório que se intensificou a partir de 1980 houve o expansionismo do tecido urbano da capital, com destaque no aumento das classes de pessoas menos favorecidas e os processos de invasão de terras que se tornaram comuns no estado e na capital (FALCÃO, 2015). Pode-se interpretar que este foi e é um fator gerador de novos contingentes urbanos em áreas periféricas e que necessita de políticas de integração social. Porém, na capital de Roraima, ao longo dos anos, as ações políticas e a facilitação de emissão de títulos de terra incentivaram ainda mais o processo migratório e o povoamento desordenado com base em conjuntos habitacionais e doações de lotes urbanos, o que refletiu em sérias consequências como, por exemplo, problemas ambientais e socioeconômicos. (MENEZES; COSTA, 2007).

O crescimento populacional desordenado da malha urbana de Boa Vista apresentou uma série de implicações sociais, pois de um lado tem-se a cidade com todo o aparato de infraestrutura e por outro lado, vê-se o aviltamento social aparente em alguns bairros, que muitas vezes são provenientes de invasões irregulares onde não há o mínimo de estrutura como, a exemplo, o saneamento básico. As invasões irregulares na capital mostram a face mais cruel da desigualdade, onde:

[...] em vários pontos geográficos, evidencia que esses fatores ainda são fontes de formação de irregularidades, juntamente com a falta de uma política de moradia eficaz para abrigar a população necessitada. E, geralmente, o problema dessa ocupação do solo tende a sobrecarregar a infraestrutura em algumas áreas e subutilizar em outras, além de gerar maiores distâncias a serem percorridas pela população, empurrá-la para as zonas periféricas e com isso fornecer bases para a criação de bairros cada vez mais distantes da cidade. (MORAIS, 2017).

A partir de 2015 a ocupação irregular da cidade de Boa Vista toma contornos ainda maiores, pelo fato de o município receber forte demanda de imigrantes advindos da Venezuela, que atravessa por problemas políticos, econômicos e sociais. A imigração venezuelana traz consigo novos desafios para o poder público local, pois as políticas públicas⁵ não tinham previsibilidade para tal demanda. Este fato que tornou possível comprovar por meio do inchaço dos serviços públicos que já apresentavam inúmeras deficiências no atendimento aos usuários brasileiros.

Ressalta-se que a imigração fez emergir o descaso com que os representantes públicos já vinham tratando as políticas de atendimento social, pois aos estrangeiros deve ser assegurado o princípio da dignidade da pessoa humana, cabendo ao Estado garantir o mínimo vital a este público, previsto no artigo 4º da Lei de Migração 13.445, de 24 de maio de 2017.

A prefeita do município de Boa Vista, Maria Teresa Saenz Surita Guimarães, relatou em entrevista ao *site* da prefeitura em 28/08/2019 que:

Boa Vista está no centro da crise e no limite de sua contribuição. Temos feito de tudo, dentro das nossas possibilidades, para manter o atendimento em todas as áreas. Boa Vista tem um dos menores orçamentos entre as capitais do país, a economia local não gera empregos, a ajuda federal é pequena e os recursos emergenciais para a crise dos refugiados é destinada exclusivamente à população dos abrigos. (PREFEITURA DE BOA VISTA, 2019).

A citada reportagem aponta que apenas 6.500 (seis mil e quinhentos) venezuelanos recebem assistência e alimentação dentro dos abrigos que são atendidos pela Operação Acolhida, do Governo Federal, que é administrada pelo exército brasileiro. Porém, há um número maior de imigrantes que vivem em casas cedidas, alugadas, prédios públicos abandonados e até mesmo nas ruas. Em 2019 o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância divulgou que quase 32 mil venezuelanos residiam em Boa Vista. Na referida divulgação há projeções das autoridades locais e agências humanitárias que apontaram um número de 1,5 mil venezuelanos que estavam em situação de rua na capital, entre eles quase 500 tinham menos de 18 anos de idade. (UNICEF, 2019).

O pesquisador Pereira (2020) ressalta que:

⁵Para o autor Boneti (2011, p. 17) "políticas públicas são ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social".

tais números podem não impressionar numa metrópole, mas são extremamente significativos para uma capital isolada geograficamente, que abruptamente passa a conviver com dez por cento de sua população composta de imigrantes, muitos dos quais nas ruas e semáforos com cartazes dizendo “procuró trabajo”, não raro acompanhados de crianças pequenas - debaixo do causticante sol roraimense de mais de 30°.

Muitos são os desafios para os gestores públicos de Boa Vista - Roraima, dentre eles estão: o trato de forma digna e humanizada à questão da imigração, pois esse não é um fenômeno que tem data para encerrar e, também, o avanço econômico no âmbito comercial como meio de geração de empregos formais e o enfrentamento a disseminação de drogas ilícitas na capital.

No próximo ponto se buscou apresentar um retrato da questão das drogas em Boa Vista, como forma de compreender seus engendramentos nas distribuições, os pontos de maiores vulnerabilidades e suas consequências para adolescentes residentes na capital de Roraima.

2.2 A questão das drogas no município de Boa Vista - Roraima

Além dos problemas de ordem político-econômica que o município de Boa Vista enfrenta têm-se, também, questões de ordem ilícita postas em sua malha urbana, pois o desafio da segurança local é o avanço no monitoramento da entrada e distribuição de drogas ilícitas, por ser um dos espaços geográficos que compõe parte da região amazônica e suas múltiplas fronteiras, estando inserida na geopolítica do tráfico de entorpecentes.

Na tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana o fluxo migratório é intenso e faz parte do dia a dia das pessoas que vivem tanto nas cidades fronteiriças (Lethem/Bonfim; Pacaraima/Santa Elena do Uairén), como em Boa Vista (Brasil) e Bartica (Guiana). Desta forma o trânsito de pessoas e mercadorias nas fronteiras do Brasil, Venezuela e Guiana é uma constante e tem se intensificado nos últimos anos. (GRUPO DE ESTUDO INTERDISCIPLINAR SOBRE FRONTEIRAS, 2012)

Para Neumann (2008) “a tríplice fronteira Brasil/Venezuela/Guiana tem se constituído em um espaço social transnacional à medida que as populações destas transfronteiras mantêm vínculos comerciais” que permitem a existência de fluxos cotidianos de pessoas, capitais, mercadorias e informações, fazendo com que também se manifestem atividades como contrabando, biopirataria, tráfico de pessoas, lavagem de dinheiro e principalmente o tráfico de drogas. (COUTO, 2020). O município de Boa Vista tem sido palco de ações de organizações criminosas que:

[...] criam estruturas de poder que conectam o local e o global nas relações transnacionais do comércio de drogas, de forma que estas redes têm na região suas articulações e bases operacionais, territorializando-se e articulando-se em facções ou comandos do crime organizado, os quais controlam as principais rotas de interesse do circuito espacial de distribuição, beneficiamento e consumo da droga. (COUTO, 2020, p.3).

Boa Vista é capital do estado de Roraima que faz fronteira com os países da Venezuela e Guiana Inglesa. Apreendeu-se no III Seminário Internacional em Segurança da Amazônia ocorrido na cidade de Manaus - AM, em 24/05/2019, que as organizações criminosas se utilizam dessas rotas e ampliam sobremaneira sua escala de atuação em diferentes etapas e, por isso, manifestam estratégias de produção, distribuição e consumo da droga. Pode-se citar “a conexão de Bogotá, capital da Colômbia até Pacaraima e Boa Vista passando pela Venezuela”. (COUTO; OLIVEIRA, 2017). Este fato, demonstra a atuação precária do Estado brasileiro nas questões transfronteiriças. O mapa 1 expõe as possibilidades de entrada de drogas na capital de Roraima.

Mapa 1 - Mapa da rota de entrada de drogas na capital Boa Vista - Roraima



Fonte: <https://mudancaedivergencia.blogspot.com>. Em 2018.

O jornalista Ramalho (2019) divulgou matéria no UOU notícias em 10/09/2019 às 04h02 onde mostrou, em partes, a articulação de uma facção criminosa do país da Venezuela com facções que atuam no Estado brasileiro, afirmando que há presença na região de células do Prato, como se autodenomina a organização. A reportagem cita ainda que foi constatado pela Polícia Federal (PF) e setores de inteligência do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) e da Secretaria de Segurança de Roraima,

as participações de membros desta facção no massacre ocorrido em penitenciária localizada no espaço geográfico do município de Boa Vista em 2017.

Segundo Ramalho (2019), o então Secretário de Segurança Pública de Roraima informou que “cerca de 5% dos presos no estado são do país vizinho e quando são levados aos presídios, parte deles se identifica como integrante do Prato”. Entende-se que as informações expostas no *site* UOU com contribuições de organismos da segurança pública brasileira, mostram que alianças entre organizações criminosas ultrapassam as fronteiras do Brasil, tendo também como foco o espraio de drogas ilícitas no contexto brasileiro.

Em Boa Vista é recorrente divulgações por meio da imprensa local e em *sites* de órgãos da Segurança Pública, de inúmeras apreensões de drogas ilícitas ao entorno de escolas públicas, como mostra a publicação feita pela polícia civil de Roraima,

a Polícia Civil através da Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE/ Departamento de Narcóticos DENARC, e 2ª e 5ª Delegacias de Polícia Distritais, em uma investigação conjunta, prenderam na tarde desta segunda-feira (09), flagrante um traficante que atuava principalmente vendendo drogas em escolas da rede estadual de ensino de Boa Vista. O suspeito R.S.S estava sendo monitorado há algumas semanas e no dia de hoje foi visto vendendo drogas para alguns usuários. (POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA, 2017).

O fato exposto revela a face mais cruel da criminalidade, que se utiliza da fragilidade de estudantes para manutenção do tráfico de drogas. É sabido que ao aproximar-se destas, os alunos fragilizam o aprendizado, tendo em vista que causam danos irreparáveis que estão atrelados ao sistema cognitivo da pessoa em desenvolvimento. A dependência química é um fator que traz sérios problemas ao comportamento humano “é um grave problema de Saúde Pública, que atinge o indivíduo de diferentes maneiras. Ela afeta crianças, adolescentes, homens e mulheres de qualquer classe social, sem distinção de sexo, credo ou cor”. (ALVAREZ; GOMES; XAVIER, 2014).

A prevenção ao uso de drogas é um aspecto de construção de cidadania que cabe a todos trabalhar, porém quando as substâncias entorpecentes se aproximam do contexto escolar pede-se um olhar por parte da política educacional e de seus colaboradores, daí se percebe a importância de mapear pontos de risco às drogas em uma sociedade.

O *site* do jornal G1 do dia 20/08/2015 divulgou que o município de Boa Vista teve suas áreas de vulnerabilidade às violências mapeadas por meio de estudo realizado pelo programa “Braços Abertos” da prefeitura, onde apontou 85 pontos de drogas em 13 bairros da capital. Os dados apontados no levantamento são de relevância social, pois por meio de estudos dessa natureza torna-se possível o trabalho em rede das políticas públicas de

atendimento em comunidades que estão vulneráveis aos riscos que as drogas ofertam. Porém, muitas mudanças aconteceram na capital de 2015 a 2020, havendo a necessidade de análise de dados mais atualizados como os apresentados pela Polícia Federal e que mostraram a rota do tráfico proveniente do estado Amazonas com destinos a Boa Vista e Pacaraima.

[...] A Polícia Federal deflagrou a operação Conexão Pacaraima com o objetivo de reprimir o tráfico de drogas em Roraima. Foram cumpridos 5 Mandados de Busca e Apreensão, 6 Mandados de Prisão Preventiva, sendo 4 em Pacaraima/RR e 2 em Boa Vista/RR, e 1 Mandado de Condução Coercitiva. As medidas foram em desfavor de investigados por tráfico de drogas. Um dos investigados presos preventivamente era responsável por trazer a droga de Manaus/AM e fornecer aos traficantes de Pacaraima/RR e Boa Vista/RR, tendo confessado a prática criminosa que vinha sendo investigada há três meses. Houve apreensão de drogas, contabilidade, dinheiro, celulares utilizados para o crime, anotações e petrechos do tráfico de drogas investigado. Além da prisão em flagrante de três pessoas e lavratura de dois Termos Circunstanciados de Ocorrência. (POLÍCIA FEDERAL DE RORAIMA, 2019).

O que se observa com a divulgação da Polícia Federal é que a rota do tráfico, que tem como destino o município de Boa Vista, não se limita a via de mão única, ela apresenta contorno de mão dupla, pois tanto vai como também vem do estado amazonense a depender do engendramento das organizações criminosas e suas demandas, o que insere a capital de Roraima na geopolítica do tráfico de drogas que compõe a região amazônica e suas múltiplas fronteiras, tornando um desafio para o poder público já que todo aparato de segurança implementado com o objetivo de conter a entrada de substâncias entorpecentes ilícitas não têm sido suficiente, como mostram as autoras.

A Amazônia, região de grande importância pela sua rica biodiversidade e infinidade de recursos que despertam interesses de vários atores sociais, vem, nas últimas décadas, sendo palco de intensos conflitos pelo uso do território, sobretudo em sua imensa fronteira com os países limítrofes, que também possuem em parte de seus territórios um pouco da Amazônia. A estratégia de defesa do estado brasileiro com a implantação do Projeto Calha Norte (1986) e do Projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) (2001) não foi suficiente para amenizar esses conflitos e eliminar as atividades ilegais que “explodem” ao longo da fronteira. (COUTO E OLIVEIRA, 2017, p. 54).

A questão da Segurança nas fronteiras foi debatida no III Seminário Internacional em Segurança da Amazônia (SISAM), que aconteceu de 22 a 24 de maio de 2019 no Teatro do Centro Educacional Século na capital Manaus. O SISAM reuniu profissionais da área de segurança, acadêmicos, gestores públicos e integrantes da sociedade civil para discutir os problemas de segurança da região a partir de um enfoque interdisciplinar, por meio de painéis, conferências e palestras. O evento teve como resultado a elaboração de uma carta

de recomendação entregue ao então Ministro da Justiça e Segurança Sérgio Moro. Dentre as recomendações foi destacada a necessidade de se firmar parcerias com instituições científicas da região amazônica, como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), a Universidade do Estado do Amazonas (UFAM) e todas as Universidades dos Estados amazônicos, a fim de compartilhar informações de qualidade, aprimorar os recursos científicos e formar profissionais capacitados para atuar na Segurança Pública⁶. A recomendação apresenta a importância dos aparatos de ciência, tecnologia e Segurança se complementarem para atuar no enfrentamento ao tráfico de drogas.

Em Boa Vista - RR ocorre de forma similar a vários municípios do Estado brasileiro, onde essa problemática de circulação das drogas é fomentada por pessoas como as apresentadas na operação Ponte Aérea deflagrada pela Polícia Federal, que se valiam da posição social por serem das classes alta e média para praticar o crime de tráfico em boates e festas frequentadas por jovens com alto poder aquisitivo, bem como empregavam no transporte de drogas pessoas que aceitavam correr o risco de serem presas por uma pequena fração dos lucros. (POLÍCIA FEDERAL DE RORAIMA, 2018). A divulgação que foi exposta em 21/02/2018 no portal da Polícia Federal de Roraima, chama a atenção pelo engendramento interestadual que o grupo realizava, onde, segundo informações da PF, mantinham residências em três estados e utilizavam voos domésticos para o espraçamento da droga, ostentavam muitos veículos importados e bens adquiridos com dinheiro ilícito. (POLÍCIA FEDERAL DE RORAIMA, 2018).

A atuação de facções criminosas no município de Boa Vista - RR tem atingido o público alvo desta pesquisa que são os adolescentes. Segundo dados levantados no Núcleo de Estatísticas e Análise Criminal da Polícia Civil do estado de Roraima de 2018 a 2019 houve 56 (cinquenta e seis) homicídios de adolescentes que passaram por julgamento do “tribunal de crime”. As autoras Pessalacia; Menezes e Massuia (2010) citam que “Devido a sua condição de “pessoa em desenvolvimento”, o adolescente traz em si uma condição intrínseca de vulnerabilidade, necessitando de proteção física, psíquica e moral, com atenção integral”. A estatística apresentada demonstra que houve falhas no sistema de garantias de direitos e proteção ao público em questão.

Como forma de trazer para a pesquisa o entendimento no que tange aos determinantes e consequências da aproximação às drogas por adolescentes em Boa Vista - RR, utilizou-se o estudo de Oliveira (2016) que teve como campo de pesquisa o Centro

⁶O conteúdo da carta de Manaus pode ser acompanhado no seguinte endereço: <https://bncamazonas.com.br/municipios/carta-manaus-presidente-bolsonaro/>. Acesso em 11/05/2020.

Socioeducativo Homero de Souza Cruz Filho localizado na capital de Roraima. Ao analisar 25 casos que foram disponibilizados pelo setor psicossocial da instituição e com autorização do Departamento de Proteção Especial (DPSE), foi identificado pela pesquisadora que em todos os processos analisados havia a descrição de uso de substâncias entorpecentes ilícitas e que os socioeducandos eram provenientes de famílias que viviam em bairros menos favorecidos da capital boa-vistense e apresentavam inúmeros fatores que contribuiriam para que entrassem para a órbita do crime.

Tornou-se possível compreender que tais fatores foram elencados, como: situação econômica dos grupos familiares analisados, casos de pais envolvidos com drogas e, em consequência, vivendo separados. Alguns em cumprimento de pena na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo (ausência de afetividade familiar), a necessidade de trabalhar para ajudar em casa e, em virtude disto, o afastamento da escola (não inserção em espaço de orientação e convivência social), a precária condição de moradia, dentre outros. (OLIVEIRA, 2016).

Em 2016, mesmo ano da pesquisa mencionada nos parágrafos anteriores, três adolescentes, sendo dois de treze anos e um de 14, foram detidos em uma escola estadual no bairro Cauamé na zona oeste de Boa Vista, suspeitos de comercializar drogas nas dependências da instituição. Na ocasião, eles foram surpreendidos por um professor que comunicou a direção da escola e direção acionou a polícia que os levou para a Delegacia da Infância e Juventude (DDIJ). Um dos adolescentes de 14 anos tinha dentro da mochila uma quantidade de maconha que se assemelhava ao tamanho de uma laranja. A delegada que realizou o procedimento relatou que "ele disse que tinha adquirido a droga com um homem do bairro onde mora, que oferecia constantemente para ele vender, e disse que nunca tinha aceitado, mas como os pais estavam com a luz cortada há dois dias, aceitou a proposta". (FÉLIX, 2016).

Na leitura do caso pode-se compreender que as drogas ilícitas não se limitam aos contextos externos dos muros das escolas, também é disseminada nos interiores das instituições educacionais tornando, dessa forma, um desafio maior para os educadores trabalharem. Contudo, há que se levar em consideração a realidade vivenciada pelos adolescentes no âmbito exterior à escola como forma de trazer a luz do entendimento os aspectos norteadores da aproximação deste público com as drogas.

A divulgação do Jornal G1 (2015) do dia 20/08/2015, que trata sobre o levantamento realizado pelo Programa Braços Abertos da Prefeitura de Boa Vista, expôs os locais vulneráveis as violências na capital, que são: ruas, avenidas e praças públicas

nos bairros Senador Hélio Campos, Cauamé, Santa Tereza, União, Asa Branca, Tancredo Neves, Alvorada, Equatorial, Buritis, Santa Luzia, Cidade Satélite, Professora Araceli Souto Maior e Pintolândia. Neste levantamento fica clara a proporcionalidade que as drogas vêm tomando na capital. Esse delineamento nos convida a uma reflexão sobre a necessidade de políticas de prevenção, para que a sociedade roraimense não veja seus filhos se perderem nas drogas e serem usados pelo sistema do tráfico.

Retornando aos resultados da pesquisa de Oliveira (2016) pode-se observar que constatou por meio da análise documental realizada nos arquivos do setor psicossocial do Centro Socioeducativo Homero de Souza Cruz Filho, localizado no espaço geográfico de Boa Vista - Roraima, que disparidades e desigualdades apresentadas nos contextos dos adolescentes dos casos estudados, como a pauperização, falta de emprego e políticas públicas efetivas possibilitaram o surgimento de outros determinantes, como por exemplo: ausência de moradia, de transporte de qualidade, de educação, de saúde, dentre outros. Esses determinantes ensejaram consequências como: carência afetiva, violências sofridas ou praticadas pelos adolescentes, evasão escolar e a inserção em grupos de risco que, conseqüentemente, favoreceram o uso de drogas por adolescentes. A pesquisa apresentou ainda que:

[...] entre as causas que têm impulsionado o uso de drogas na adolescência considera-se a falta de emprego e renda adequada e a ausência de um trabalho articulado das escolas para garantir uma educação continuada dos adolescentes. Além disso, sabe-se que há pouca abrangência de programas que trabalhem a questão da dependência química e o trabalho preventivo de forma continuada e não pontual, nas unidades de saúde e educacionais, o que acarreta novas determinações para o uso e abuso de drogas, na medida em que faltam esclarecimentos aos adolescentes e familiares. Esses determinantes refletem no uso abusivo de drogas que resultam nas violências sofridas ou cometidas pelos sujeitos da pesquisa, na fragmentação familiar e evasão escolar. (OLIVEIRA, 2016, p. 64).

Ao analisar o citado estudo, pode-se compreender que são inúmeros os influenciadores do uso de drogas por adolescentes e que estes problemas apresentados podem ser propulsores para a entrada deste público para a criminalidade. Este fato foi observado na pesquisa realizada por Oliveira (2018) e que confirma a premissa anterior, tendo em vista que identificou um número expressivo de adolescentes que foram atendidos pela Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de Roraima e que se declararam usuários de drogas. Dos 550 processos analisados, “501 (91%) deles afirmam já ter experimentado ou fazer uso de algum tipo de substância psicoativa – lícita (cigarro, cerveja, cachaça, whisky ou vodka) ou ilícita (maconha, crack, cocaína e pasta base de cocaína são

os mais citados)". (OLIVEIRA, 2018, p.170). Vale ressaltar que a autora analisou casos de adolescentes em conflito com a lei do município de Boa Vista - RR.

É sabido que a prefeitura de Boa Vista tem desenvolvido programas de atendimento a adolescentes como forma de prevenir a aproximação com as drogas, para que esse público tenha a possibilidade de exercer o direito de cidadania, porém percebe-se que o trato a essa questão no âmbito educacional é insipiente, não contemplando os descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998, ao descrever o tema cidadania e incluí-lo nos currículos educacionais brasileiro. Entende-se que são válidos os programas instituídos pelo executivo da capital, mas também, se defende a ampliação de atividades preventivas de maneira contínua no ensino básico e com a contribuição de profissionais especialistas na área social e psicológica.

[...] a presença destas (es) profissionais na perspectiva de criar estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar". (CFESS, 2019).

Amaro (1997, p. 17) descreve que "o cenário escolar é um espaço social rico e fecundo. Nele, as contradições sociais, os jogos de força e a luta pelos direitos de cidadania estão vivos e pulsantes, espelhando a realidade tal como ela é". Sendo assim, se torna imperioso a realização de trabalho com equipe multiprofissional, pois a população que frequenta a escola (principalmente a pública) é a mesma atendida em outras instituições sociais. Famílias desagregadas, desemprego, fome, violência, sofrimento e injustiça social também frequentam as escolas, através de crianças e adolescentes, agitados, frágeis e cheios de esperança. (AMARO, 1997).

Com relação ao defendido e exposto nos parágrafos anteriores, há a previsibilidade legal de inserção de equipe especializada nas escolas para que tais demandas recebam trato humanizado com conhecimento da realidade dos estudantes. A lei 13.935/2019, promulgada pelo governo federal e publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11/12/2019, trata que:

[...] as equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais. O trabalho deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. O texto diz ainda que os sistemas de educação terão um ano, a partir da data de hoje, para tomar as providências necessárias ao cumprimento das disposições. (AGÊNCIA SENADO, 2019).

No que concerne a competência dos profissionais de serviço social e psicologia, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em parcerias com a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), Federação Nacional de Psicólogos (FENAPSI) e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) apresentaram subsídios para a regulamentação da Lei 13.935/2019 e sua efetivação nas redes públicas de educação básica em 05/02/2020, visando orientar os sistemas educacionais da federação, estados e municípios. Ao Serviço Social compete, dentre outros:

criação de estratégias de intervenção frente a impasses e dificuldades escolares que se apresentam a partir de situações de violência, uso abusivo de drogas, gravidez na adolescência, assim como situações de risco, reflexos da questão social que perpassam o cotidiano escolar. Atuação junto às famílias no enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos humanos e sociais, como a própria educação. Fortalecimento e articulação de parcerias com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS, unidades de saúde, movimentos sociais dentre outras instituições, além de espaços de controle social para viabilizar o atendimento e acompanhamento integral dos/as estudantes. (CFP; CFESS, 2020).

Entende-se que quando situações de expressões da violência como as apresentadas não são tratadas com olhar cuidadoso, coloca-se estudantes em riscos que demandam, muitas vezes, de ações por parte da segurança pública como o caso exposto por jornal de grande circulação local, onde disse que:

[...] uma ação de combate ao tráfico de drogas, realizada por policiais do DENARC (Departamento de Narcóticos) e da DRE (Delegacia de Repressão a Entorpecentes) resultou na prisão de R. S. L., de 22 anos no final da tarde desta quarta-feira. O acusado vinha sendo monitorado e as investigações apontam que ele mantinha uma "boca de fumo", nas proximidades de uma escola estadual e tinha os alunos como alvo principal como "clientes". De acordo com o delegado titular da DRE, Leonardo Barroncas, os policiais vinham monitorando a ação do acusado no tráfico de drogas e constatado que ele "captava" adolescentes de uma escola estadual localizada no bairro Senador Hélio Campos para o comércio ilegal de tráfico de drogas. (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2019).

A reportagem mostra a ação da Polícia Civil de Roraima nas mediações de uma instituição educacional em Boa Vista reafirmando a necessidade da efetiva atuação da rede de proteção, pois uma das características de traficantes é a capitania de comunidades vulneráveis pela inércia nas ações do poder público, da família e sociedade. Os criminosos incluem perversamente os adolescentes no mundo da criminalidade, em especial, no tráfico de drogas.

De acordo com Costin (2020) novos desafios são postos no âmbito da prevenção as expressões da violência no meio educacional no Brasil, com o advento da pandemia do Corona Vírus.

A chegada do novo Corona Vírus ao Brasil, não só afetou os setores ligados à saúde e bagunçou a economia, como também, em acerto em cheio a Educação. Sem planejamento, treinamento e acessibilidade digital, professores e alunos encontraram um abismo no novo processo de aprendizado. A situação trouxe à tona outro problema recorrente no país: a falta de oportunidade educacional para muitos brasileiros.

No contexto de pandemia do novo Corona Vírus (Sars-Cov-2), “torna imprescindível que sejam implementadas ações voltadas para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes”. (IPEA, 2020, p. 9). As escolas estaduais instaladas no município de Boa Vista passaram a atender ao decreto estadual 28.587-E de 16/03/2020, que instituiu, no primeiro momento, as regras de distanciamento social como forma de evitar a disseminação da COVID-19. Apreendeu-se em divulgação exposta no *site* do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), do dia 31/03/2020, que os conteúdos e tarefas escolares chegariam aos alunos da rede estadual com a utilização de aplicativos, redes sociais como *Whatsapp* ou *Facebook*, *blogs*, *sites*, ou em guias e cartilhas educativas enviadas por via terrestre para as localidades que não dispõem de acesso à *internet*. (CONSED, 2020).

É sabido que o distanciamento social se torna essencial nesse contexto de pandemia para que se evite maior proliferação do Corona Vírus, porém as políticas públicas voltadas para o público infanto-juvenil precisam ser preservadas, adequadas ao momento atual e planejadas para o futuro próximo. Entre as questões mais urgentes estão à proteção contra as consequências da pobreza e da fome, a promoção de ações de cuidados à saúde, a implementação de medidas de compensação à interrupção da frequência à escola e a promoção de assistência e proteção aos grupos de riscos. (IPEA, 2020).

2.2.1 Breve contextualização da zona oeste de Boa Vista - Roraima

O espaço de coleta de dados para construção do estudo de caso é o Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima (CEM - V Luiz Ribeiro de Lima), mantido pelo Governo do Estado e administrado pela Secretaria de Educação e Desportos. Está localizado na Rua Antônio Batista de Miranda, nº 1183 - bairro Equatorial, no município de Boa Vista - RR.

O bairro Equatorial se localiza na zona oeste da capital, onde concentra o maior número de bairros e teve como influenciador de seu expansionismo inicial: “a corrida do ouro que provocou uma corrente migratória entre 1987 e 1990, quando Boa Vista dobrou o seu número de habitantes. (SILVA; ALMEIDA; ROCHA, 2009, p. 47). Outro fator que contribuiu para que houvesse esse crescimento de modo irregular foi o defendido por Staevie (2011, p. 77), onde descreve que,

na zona oeste, aproximadamente 85% dos residentes são migrantes, que residem em áreas doadas pelo poder público, numa clara política de criação de currais eleitorais, sobretudo pelo governo de Ottomar Pinto, entre 1979-1983 e 1991-1995. São áreas ocupadas por pessoas de baixo poder aquisitivo, ali assentadas com fins eleitoreiros, ou invasores que se apoderaram de terrenos desocupados.

A gênese da zona oeste permite o entendimento de que a forma como se deu a sua ocupação fez emergir um cenário de segregação urbana, onde muitos de seus moradores enfrentam na atualidade problemas de ordem social como os apresentados por Oliveira e Costa (2018).

[...] a população da periferia da zona Oeste precisa cruzar a cidade para ter acesso a serviços públicos, concentrados na área central (três hospitais, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, por exemplo). Nesta zona, estão os grupos sociais de menor renda, além dos empreendimentos da faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, que necessitam de transporte público ou de vias de locomoção.

Quando a população é empurrada para as zonas periféricas menores serão as possibilidades de inserção nas estruturas de oportunidades, gerando maiores desigualdades sociais. O autor Nunes (2007) *apud* Veras (2009) sinaliza que a abertura de loteamentos de alto padrão na zona leste e a construção de conjuntos habitacionais sob a legitimação do Estado promove a expansão urbana da cidade e acentua a precariedade territorial das áreas urbanas de pouco interesse imobiliário, resultando no aprofundamento das desigualdades socioespaciais urbanas e predominando, nestes lugares opacos da cidade, os padrões de exclusão social fruto da produção desigual e contraditória do espaço urbano.

No que diz respeito a expansão do espaço urbano de Boa Vista, na década de 90 e, mais recentemente, nos anos de 2007 e 2008, o governo do estado juntamente com a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA), construiu financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF) novos conjuntos habitacionais nos bairros mais afastados da parte central da cidade, como: bairro Bela Vista, Operário, Jôquei Clube, Jardim tropical, Olímpico, Pintolândia, Silvio Botelho, Santa Luzia, Senador Hélio Campos, Dr. Silvio Leite,

pelas políticas públicas, levando-se em consideração as especificidades do local. Tais fatos podem ser compreendidos nos parágrafos subsequentes.

Observou-se em matéria jornalística que há relatos de adolescentes moradores de conjunto habitacional da zona oeste de Boa Vista, de situações de vulnerabilidades sociais⁷ e econômicas as quais vivenciam. Ao serem indagados sobre o cotidiano disseram que pela manhã estudam, à tarde jogam bola em um campinho de areia e à noite não fazem nada. Todos garantiram que usam droga, mas um admitiu que já furtou - “mas foi porque eu não tinha o que comer”, justificou. (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2016).

A divulgação expôs que naquele período crianças e adolescentes moradores da zona oeste não tinham a garantia de seus direitos fundamentais de educação, cultura, alimentação, esporte e lazer, conforme preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu artigo 53, pois:

[...] a Folha conversou com seis adolescentes que procuravam serviço, batendo palma na porta das casas. “A gente tem que trabalhar para ajudar em casa. Minha mãe não trabalha e não tenho pai, por isso procuro serviço”, disse um menino de 11 anos, morador de conjunto”. (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2016).

A exposição de pessoas em desenvolvimento a riscos como os apresentados na matéria citada, demonstra o quanto as instituições responsáveis pela proteção deste público tem falhado no cumprimento do art. 4º do ECA, que aponta como “dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos relacionados a crianças e adolescentes”. (BRASIL, 1990). Tal previsão também se encontra no art. 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

A negação de direitos fundamentais de proteção aos adolescentes provoca consequências graves no cotidiano deste público. Em pesquisa de campo realizada na zona oeste de Boa Vista - Roraima, como forma de conhecer as gangues que atuavam neste espaço urbano, os pesquisadores Filho e Souza identificaram que os bairros Pintelândia, Santa Luzia, Equatorial, Senador Hélio Campos, Cruviana e Silvio Botelho, concentravam a maioria da população de baixa renda da cidade e que havia muitos jovens sem estudar,

⁷[...] a ideia da vulnerabilidade social tem sido eficaz para chamar a atenção sobre as condições estruturais que colocam as pessoas em risco, para além do seu comportamento individual: desta forma, nega-se uma “tradição ‘psicologizante’, essencialista, individualista, culpabilizadora e a histórica, que renega qualquer reflexão sobre os contextos culturais, sociais e políticos ‘onde’ e ‘como’ as pessoas sofrem e adoecem” (BELLENZANI E MALFITANO, 2006, p.119).

por isso ficavam ociosos durante muito tempo, formando, assim, os grupos de galeras⁸ ou “galerosos” como são conhecidos na cidade. (FILHO; SOUSA, 2016)

Nota-se que a violência tem se dimensionado na zona oeste de Boa Vista - RR e resgatar dados históricos deste espaço possibilita a compreensão de que aspectos que estiveram envolvidos a expansão urbana da capital, como as especulações imobiliárias, as questões migratórias e as invasões de áreas de preservação ambiental, possibilitaram o surgimento de consequências segregacionistas de ordem econômica e social.

No caso específico da zona citada, não é raro deparar-se com notícias de expressões da violência envolvendo adolescentes. O jornal Folha de Boa Vista, em publicação do dia 27/11/2018, mostrou o caso do estudante P. G. P. L. de 17 anos que teve sua cidadania interrompida de maneira definitiva com vários tiros. A reportagem descreve que:

[...] algumas testemunhas revelaram que três homens e uma mulher conversaram com a vítima antes do crime. O Relatório da PM também revela que a vítima confessou ao irmão e à namorada que estaria sofrendo ameaças de morte por querer se desvincular da facção. Os policiais também souberam que na tarde do domingo, Pablo bebia com alguns amigos no bairro Centenário, zona oeste e chegou a declarar que naquele dia iria “matar ou morrer” e saiu. Por fim, a guarnição também foi comunicada de que naquela mesma noite, Pablo seria batizado na facção criminosa. (JORNAL FOLHA DE BOA VISTA, 2018).

Destarte, não há um único motivo e sim uma série de fatores determinantes que levam adolescentes a inserir-se em uma facção criminosa. A autora Mayo (2015) disserta que a pobreza na vida destes adolescentes acaba por se instituir como um tipo de violência, pois agride e dificulta sistematicamente às suas possibilidades de inclusão social. “Assim, não é o adolescente pobre que é violento, mas às condições de vulnerabilidades geradas pela pobreza que contribui na criminalização deste adolescente”. (MAYO, 2015).

O comércio ilícito de drogas vem avançando na zona oeste de Boa Vista, o que mostra a necessidade de realização de trabalhos mais eficazes de prevenção a aproximação das drogas por adolescentes. No *site* da Polícia Civil de Roraima há um

⁸A expressão galera tem sido cada vez mais popularizada em Boa Vista - RR para qualificar turmas de jovens. De modo geral, os meios de comunicação local, a polícia e o imaginário social tomam gangue (galera) e turma de jovens envolvidas em ações delituosas como termos correlatos, não fazendo distinção entre: as consideradas (formas legítimas) de agregação juvenil, que levam os jovens a estarem juntos por interesses bem alheios à violência, mas que não os impedem de cometer transgressões e delitos; e as (formas delinquentes) de agregação, nas quais a transgressão e violência são norma. (FILHO; SOUSA, 2016).

compilado de notícias de apreensões de pessoas usadas pelo tráfico de drogas para estarem na linha de frente desta distribuição, a exemplo do exposto na figura 1.

Figura 1 – Prisão em flagrante por tráfico de drogas na zona oeste de Boa Vista.



Fonte: <http://pc.rr.gov.br/index.php/noticias/item/387-dre-prende-trafficante-que-comercializava-drogas-no-zona-oeste-de-boa-vista>, (2019).

A Figura 1 apresenta a prisão em flagrante realizada por agentes do Setor de Investigação do Departamento de Narcóticos (DENARC) e da Delegacia de Repressão ao Entorpecente (DRE) de M.S.V por tráfico de drogas no dia 19/07/2019. De acordo com dados da polícia ele mantinha um ponto de venda de drogas no bairro Jóquei Clube, zona oeste de Boa Vista. Ainda, segundo a divulgação, na residência do investigado foi encontrado,

dentro de uma lata de massa corrida, invólucros plásticos contendo substância esbranquiçada, aparentemente cocaína, e em uma caixa de uísque sete invólucros na cor preta contendo Skunk (super maconha). Além da droga foi apreendida uma balança de precisão digital e a quantia de R\$ 11.165,00". (POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA, 2019).

Atendendo a requerimento da pesquisadora, o delegado geral de Polícia Civil de Roraima, Dr. Herbert de Amorim Cardoso disponibilizou as estatísticas de adolescentes de 12 a 18 anos incompletos apreendidos com drogas na capital Boa Vista - RR em 2019 e 2020, até o mês de junho. O documento está detalhado por bairros, o que tornou possível a compreensão de que no marco temporal apresentado houve a apreensão de 164 (cento e sessenta e quatro) adolescentes com drogas, dos quais 134 foram em bairros na zona

oeste e 30 nos demais bairros. Os dados corroboram com as divulgações realizadas pela imprensa e informações institucionais apresentadas no decorrer do capítulo e que mostram a realidade vivenciada por muitas famílias boa-vistenses.

Abstraiu-se da obra de Santos (2016) que os sujeitos, em especial os adolescentes excluídos ou subintegrados economicamente, atuam na ilicitude sob o manto da invisibilidade que os cobre. Segue descrevendo que:

[...] se já não são vistos e reconhecidos pelo meio social como sujeitos de direitos, efetivamente, então não veriam motivo para conservarem-se na seara da licitude que os ignora, se os caminhos delituosos poderiam oferecer-lhes, no mínimo, vantagens econômicas imediatas, apesar dos riscos inerentes às veredas do crime. (SANTOS, 2016).

Para encontrar ressonância na realidade e, dessa forma, intervir de maneira responsável no cotidiano dos adolescentes estudantes de escolas públicas e vulneráveis economicamente, defende-se a ideia do trato humanizado por parte do centro educacional ao qual pertencem, pois é sabido que o público alvo desta pesquisa tende a confiar nas mensagens que incorporam suas vozes e nas políticas que os veem como sujeitos merecedores de inserção nas estruturas de oportunidades.

O próximo capítulo busca delinear as ações preventivas que uma escola de Boa Vista - RR vem desenvolvendo para prevenir a aproximação de estudantes com as drogas. O próximo capítulo aborda o estudo de caso do Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima. Os aspectos relacionados à aplicabilidade do tema cidadania, descrito nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998 foram estudados no Projeto Pedagógico da escola e as vulnerabilidades que perpassam os estudantes foram levantadas através de entrevista que foi realizada com a coordenadora pedagógica da instituição.

3 O ESTUDO DE CASO DO COLÉGIO MILITARIZADO LUIZ RIBEIRO DE LIMA DE BOA VISTA – RR

Pretende-se, com este capítulo, abordar questões que trazem um viés interpretativo do papel da escola na prevenção ao uso de drogas por adolescentes, como forma de colocar em prática o descrito nos PCN's (1997/1998) no que se refere as possibilidades de intervir na realidade do público, delineado com o objetivo de ser propulsor de construção de vida cidadã. Para o entendimento concernentes às vulnerabilidades sociais e econômicas apresentadas pelos estudantes, que podem influenciar na aproximação de substâncias psicoativas e as ações de prevenção a esta expressão da violência, desenvolveu-se estudo de caso do Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima. A partir deste ponto, se encontra exposta a compilação dos dados abstraídos em entrevista realizada com a gestora pedagógica da instituição e por meio da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP).

3.1 O Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima

Por meio de informações contidas no PPP (2019) foi possível apreender que a Escola Estadual Luiz Ribeiro de Lima iniciou às atividades educacionais em 18 de abril de 1994, através do Decreto 1070-E de 16/10/95, sendo uma das unidades escolares construídas no estado pelo então governador Ottomar de Souza Pinto. O nome da escola foi escolhido em virtude de homenagem realizada pelo governo do estado a um empresário local. A instituição está inscrita no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com o N° 14001152.

Em 1998 a escola realizou os trabalhos de implantação do plano de desenvolvimento da Escola (PDE), do Programa de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA) e do Ministério da Educação (MEC), que orienta as unidades escolares a desenvolver sua própria identidade de trabalho através da sistematização de metas, ações e missões definidas. A partir de 2002 a escola começou a atender o 2º segmento da Educação para Jovens e Adultos (EJA,) devido à necessidade da comunidade de concluir os estudos.

Ressalta-se que a EJA tem uma ligação direta com o mundo do trabalho e com públicos vulneráveis socialmente. O perfil dos estudantes é de jovens e adultos

trabalhadores, populações quilombolas e indígenas. A modalidade de ensino estabelece idade mínima para matrícula no ensino fundamental que é de 15 anos e para o ensino médio de 18 anos. (CHAGAS, 2018). Em entrevista ao *site* da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) do dia 23/02/2018, a então diretora regional do Sindicato dos profissionais de Educação do Ensino Municipal de São Paulo (SINPEEM) Célia Cordeiro (2018) citou que “é necessário que o Brasil se comprometa com uma escola pública que não exclua ninguém para que todos tenham a formação correta no tempo correto”.

A comunidade escolar do Luiz Ribeiro de Lima é, em sua maioria, do bairro Equatorial e proximidades, sendo oriundos de famílias carentes. As atividades econômicas do bairro são comerciais, mas boa parte de seus moradores trabalham em outros bairros, em empresas, autônomos ou empregos públicos. Por ser um bairro periférico e distante do centro foi apenas em 2006 que iniciaram as obras de pavimentação e drenagem do bairro. Os moradores sofreram por muito tempo com a poeira e as alagações. (PPP LUIZ RIBEIRO DE LIMA, 2019).

Segundo o descrito no PPP (2019), em 2007 a Escola Luiz Ribeiro de Lima apresentou sérios problemas estruturais, como pichações por todo ambiente escolar, grades quebradas, quadra sem condições de uso, colunas quebradas, banheiros interditados, quadros depredados, ou seja, um ambiente não propício à aprendizagem. Assim, em dezembro de 2007 o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação e Cultura, realizou as obras de reforma atendendo aos anseios da comunidade.

Por meio do PPP (2019) pode-se compreender que em 2018 a escola passou a ser Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, por meio do decreto 24.851-E, de 05 de março de 2018. No ato da implantação foi incorporado aos recursos humanos da instituição 16 Militares, sendo que hoje tem 11 componentes, um Coronel, um Major, dois 1º Tenentes, dois 2º Tenentes, três Subtenentes e duas Soldados. Para Alves e Ferreira (2019) “Nesse cenário, em que o desmonte⁹ caracteriza o cenário educacional, ganham relevo as chamadas escolas cívico-militares. Essas instituições recebem nomenclaturas

⁹A transformação das escolas públicas de educação básica em colégios militares e a defesa da gestão educacional militarizada conduzida pela PM como solução dos problemas da educação pública expressam o retrocesso social em curso no país. Significa declarar a inviabilização da gestão educacional democrática, consagrada na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394 de 1996) e na Meta 19 do Plano NACIONAL de Educação - PNE (Lei 13.005, de 2014), que trata da Gestão Democrática da Educação, transformando-a em uma questão de segurança e controle. (EDITORES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, 2016).

distintas em alguns estados brasileiros: escolas militares, colégios militares, colégios da Polícia Militar (PM)”.

Oliveira (2016) sinalizou em sua obra que ao instituir a militarização os governantes pautam-se na ideia de que os jovens de hoje são mais violentos do que os de antigamente, bem como na associação desses jovens com o mundo da criminalidade. O autor defende, também, que este modelo escolar “constitui um risco para a formação humanística da juventude, uma vez que a “pedagogia militarista” se sobrepõe à pedagogia humanística”. (OLIVEIRA, 2016). O autor aborda que esse modelo disciplinar busca reproduzir uma lógica de organização social na qual a disciplina possibilita produtividade, mas acredita-se que não se pode considerar que isso seja uma forma de conhecimento de saber. (OLIVEIRA, 2016).

Há nos PCN's de 1997 que “[...] é imprescindível adotar uma posição crítica em relação aos valores que a escola transmite explícita e implicitamente mediante atitudes cotidianas”. O texto segue apresentando que “A consideração positiva de certos fatos ou personagens históricos em detrimento de outros é um posicionamento de valor, o que contradiz a pretensa neutralidade que caracteriza a apresentação escolar do saber científico”. (BRASIL, 1997).

Ao visitar o campo de pesquisa no dia 02 de março de 2020, a pesquisadora constatou que o colégio conta com 01 (uma) sala multifuncional, 01 (uma) biblioteca e sala de leitura, 01 (uma) sala dos docentes, 01 (uma) sala de coordenação pedagógica, 01 (uma) sala da gestão pedagógica, 01 (uma) sala do diretor militar, 01 (uma) sala de monitoramento militar, 01 (uma) sala do Comando do Corpo de Alunos (C.C.A), 01 (um) laboratório de informática, 01 (uma) secretaria, 01 (uma) sala de arquivo morto, 01 (uma) sala de orientação educacional, 01 (uma) copa/cozinha, 01 (um) refeitório, 01 (um) depósito para armazenar alimentação, 01 (um) depósito para materiais pedagógicos, 01 (uma) quadra coberta, 01 (uma) cantina e 01 (um) pátio interno. Notou-se que o ambiente físico tinha um processo de assepsia adequado.

Figura 2 - Fachada do CEMLRL



Fonte: Google Maps (2020).

No PPP (2019) está descrito o que se entende por problemas cotidianos do colégio, e entre eles estão:

[...] a falta de compromisso com os estudos por parte dos discentes, baixa autoestima, famílias desestruturadas social e economicamente, indisciplina, falta de postura no ambiente escolar, falta de zelo com o patrimônio público, ausência dos pais no processo ensino e aprendizagem e evasão dos alunos na modalidade EJA.

A descrição expõe as inúmeras consequências que são geradas a partir do momento em que as instituições responsáveis por garantir a proteção e fomento de direitos adquiridos para crianças e adolescentes não os efetivam. E, também, quando famílias, Estado e sociedade civil deixam de exercer o papel de guardiões do exposto no artigo 227 da CF (1998) e os descritos na lei 8.069, de 13/07/1990 (ECA), que dispõem das competências desta proteção. O PPP (2019) trata, ainda, que as expressões apresentadas influenciaram no baixo rendimento do colégio nos Índices Educacionais (IDEB) ao longo da sua história, como observado no quadro abaixo:

Figura 3 - Quadro de Evolução na avaliação do IDB do CEMLRL

ESCOLA	MUNICÍPIO	OBSERVADO						PROJETADO							
		2005	2007	2009	2011	2013	2015	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima	Boa Vista	3,6	3,3	3,2	3,2	3,0	3,2	3,6	3,8	4,1	4,5	4,8	5,1	5,3	5,6

Fonte: PPP do Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima (2019).

Nota-se que de 2005 a 2009 a média IDEB do CEMLRL permaneceu na casa dos três pontos, começando a ascender de forma lenta a partir de 2011 e chegando à marca dos cinco pontos a partir de 2017. O IDEB inclui tanto provas, quanto taxa de aprovação para evitar que as escolas promovam exclusão de certos alunos para garantir boas notas nas provas. A criação do IDEB foi possível devido a avanços anteriores na coleta de dados educacionais no Brasil, com a consolidação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e do Censo Escolar. (TRAVITZKI, 2020).

O CEMLRL funciona com 32 (trinta e duas) turmas distribuídas nos turnos matutino, vespertino e noturno. Seu quadro de discente é de 978 alunos regularmente matriculados, distribuídos em: Ensino Fundamental 497, Ensino Médio Regular 318 e Ensino Médio Terceiro Segmento Educação de Jovens e Adultos (EJA) 163. (PPP LUIZ RIBEIRO DE LIMA, 2019).

Um dado que chamou atenção da pesquisadora no PPP (2019) é a defesa da “pedagogia crítico-social dos conteúdos”¹⁰, que segundo o descrito, assegura a função social e política da escola por meio do trabalho com conhecimentos sistematizados, a fim de colocar as classes populares em condições de uma efetiva participação nas lutas sociais.

Entende-se que não basta ter como conteúdo escolar as questões sociais atuais, mas que se tenha domínio de conhecimentos, habilidades e capacidades mais amplas para que os alunos possam interpretar suas experiências de vida, defender seus interesses de classe e manter-se afastado de expressões da violência que possam implicar na construção de uma vida cidadã. Há no PPP do CMLRL (2019) a defesa de que:

como prática social, a Educação deve ocorrer em espaços e tempos pedagógicos diferentes, para atender às demandas diferenciadas, tendo como espaço privilegiado a escola, como ambiente de garantia de direitos, tendo por objetivos básicos: Socializar o saber sistematizado e possibilitar que seja criticamente apropriado pelos alunos; Aliar o saber científico e a cultura aos conhecimentos prévios dos alunos; Aperfeiçoar, por meio da prática, a vivência democrática permitindo o agir e interagir com a comunidade e contribuir na construção de uma sociedade com igualdade, humanidade e justiça.

¹⁰A Pedagogia Crítica dos Conteúdos defende a difusão dos saberes historicamente acumulados e sistematizados pela humanidade, apropriados criticamente pelos alunos, de forma a que possam instrumentá-los para desvelar a realidade social em que vivem, preparando-os para nela interferirem e transformá-la em uma sociedade mais justa. (LEITE; BARBOSA; AZEVEDO, 2011).

O PPP (2019) trata que “a organização e programação curricular de cada nível de ensino obedecerão à legislação vigente, Lei de Diretrizes e Base 9394/96, Resolução Estadual 033/02, os Parâmetros Curriculares Nacionais e Documento Curricular de Roraima”. Abordando que os temas transversais relevantes para o processo formativo do aluno permeiam os Componentes Curriculares da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, associados à interdisciplinaridade como: Educação Ambiental, Educação para o Trânsito, Educação Sexual, Direito, Cidadania, Ética e História da Cultura Afro-brasileira. De tal maneira transcendendo os objetivos específicos de cada área do Conhecimento individualmente, promovendo a interação de diferentes saberes que se articulam e relacionam entre si. (PPP LUIZ RIBEIRO DE LIMA, 2019).

Neste ponto identificou-se a defesa da aplicabilidade dos temas transversais que estão inseridos nos PCN's (1998) e que se entende serem de relevância disseminá-los no cotidiano escolar, tendo em vista que se abre um leque de possibilidades para desenvolver atividades de cunho preventivo e, dessa forma, promover a construção da cidadania de cada estudante. Ao propor uma educação comprometida com a cidadania, ao PCN's elegeram, baseados no texto constitucional, princípios segundo os quais orientam a educação escolar.

Tais princípios são descritos como: a) Dignidade da pessoa humana - que implica em respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo, acesso a condições de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas; b) Igualdade de direitos - que refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania. Para tanto, há que se considerar o princípio da equidade, isto é, que existem diferenças (étnicas, culturais, regionais, de gênero, etárias, religiosas etc.) e desigualdades (socioeconômicas), que necessitam ser levadas em conta para que a igualdade seja efetivamente alcançada; c) A participação - que como princípio democrático traz a noção de cidadania ativa, isto é, da complementaridade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe, étnicas, religiosas etc. É, nesse sentido, responsabilidade de todos a construção e a ampliação da democracia no Brasil; d) A corresponsabilidade pela vida social - que implica em partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva. (BRASIL, 1998)

Entende-se que, ao incorporar a questão da prevenção ao uso indevido de drogas e a aproximação de tais substâncias para fins ilícitos como tema transversal, se proporciona ao estudante à formação cidadã, mas é algo que necessita transcender à proposta escrita e atingir a efetividade. Santos et al. (2011) defendem que “a escola é o local propício para ajudar na prevenção das drogas, no sentido em que reúne várias qualificações que colaboram para a difusão de tal perspectiva na comunidade e na sociedade”. Dessa forma, a escola deve estar aberta para encarar conjuntamente com a sociedade todas as problemáticas que possam surgir. Todavia, atualmente convivemos com o problema da aproximação de drogas, principalmente por adolescentes, e a escola se encontra em situação de acesso a esse público, o que a torna um ambiente favorável para combater o uso de drogas por meio de ação preventiva. Segundo os especialistas, a prevenção é a melhor forma de lidar com essa questão, assim a escola é apontada como local primordial para o início dessas atividades. (SILVA et al., 2008 *apud* SANTOS et al., 2011).

Por fim, se defende no PPP (2019) do Colégio Estadual Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, que:

[...] a organização curricular extrapola o “fazer” pedagógico abrangendo elementos como grade curricular, disciplina e conhecimento. É necessário resgatar os saberes que o aluno traz de seu cotidiano. Elencando o objeto do conhecimento, este não deve ser trabalhado de forma superficial e desvinculado da realidade. Está enraizada, em nossa ação pedagógica diária, uma metodologia tradicional que entende o conhecimento como um produto pronto para apenas ser repassado, considerando somente a integração unilateral entre professor e aluno. Todavia, é preciso que o objeto do conhecimento seja tratado por meio de um processo que considere a interação/mediação entre educador-educando como uma via de “mão dupla” em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente.

Fatos que poderão ser estudados a partir do próximo tópico onde está posto o desenvolvimento da entrevista realizada com a gestora pedagógica, como forma de entender o papel da escola na prevenção às drogas em Boa Vista - Roraima. Para tanto, fez-se necessário compreender aspectos voltados para integração família/escola, atividades extracurriculares que auxiliam no preenchimento da ociosidade dos adolescentes entre outros.

3.2 O papel da escola na prevenção da aproximação às drogas por adolescentes, como propulsor de construção de vida cidadã e a contribuição do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima

É sabido que a escola é espaço de socialização e troca de saberes, mas também, se mostra como agente no âmbito da prevenção as expressões da violência, pois “Sendo a escola o espaço da regra, da formalização das relações que conduzem ao ambiente para o estudo, para a descoberta de conhecimentos e construção da cidadania, a escola não pode ficar alheia a realidade de seus alunos”. (LORENZETTI, 2015). Atentar-se para as vulnerabilidades sociais¹¹ as quais perpassam os estudantes e com atenção especial aos adolescentes, pois estão em uma espécie de transformação que afeta todas as dimensões de sua vida que extrapolam o âmbito familiar. A autora Lorenzetti (2015) ressalta que:

[...] o ato de prevenir o abuso de drogas admite três níveis de intervenção: primária, secundária e terciária. Na primária o objetivo é intervir antes que o consumo de drogas ocorra realizar processos de suporte as pessoas promovendo a saúde e o bem estar. Cabe à instituição escolar promover um estilo de vida saudável nos alunos, desde crianças bem novas até o jovem adulto. A prevenção secundária destina-se as pessoas que apresentam uso leve ou moderado de drogas, que não são dependentes, mas que correm este risco. A instituição escolar precisa estar atenta ao perfil de seus alunos e sua equipe estar preparada para o manejo humanizado e profissionalizado das situações de risco identificadas. A prevenção terciária dirige-se ao usuário dependente. No caso as pessoas que já consomem drogas. A contribuição da escola é prestar auxílio ao aluno na procura de terapia, apoiar a recuperação e reintegrá-lo na escola, no grupo de amigos, na família. Vale advertir que não compete à escola o tratamento, mas sim, encaminhar adequadamente o caso.

A intervenção no nível primário envolve inúmeros aspectos que estão relacionados ao conhecimento das vulnerabilidades e, dessa forma, contribuir para que não aconteça a aproximação com as substâncias entorpecentes. Para tanto,

[...] a Secretaria de Educação tem sob sua responsabilidade a elaboração e gestão de um Programa Preventivo que decorra de um Plano de Intervenção. Deve buscar parcerias com entidades e instituições que se disponham a essa finalidade para um conhecimento no âmbito geral escolar e familiar”. (LORENZETTI, 2015).

Para melhor interpretação sobre como esse aspecto é trabalhado em escola pública de Boa Vista - Roraima foi realizada entrevista com a gestora do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima que evidenciou inúmeras expressões da violência sofridas por

¹¹Para Abramovay (2002) *apud* Guareschi; Reis; Bertuzzi, (2007), a vulnerabilidade social é definida como situação em que os recursos e habilidades de um dado grupo social são insuficientes e inadequados para lidar com as oportunidades oferecidas pela sociedade. Essas oportunidades constituem uma forma de ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais. Assim, o conceito de vulnerabilidade social está indiretamente vinculado com o de mobilidade social, posto que as possibilidades que indivíduos em vulnerabilidade social possuem de se movimentarem nas estruturas sociais e econômicas são restritas em termos de modificação de inscrição social.

estudantes da instituição e contribuiu para o entendimento da aplicabilidade dos temas transversais no cotidiano escolar, que implicam na construção de uma vida cidadã.

3.2.1 A entrevista com a gestora pedagógica do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima e as teorias que a embasaram

Neste ponto está a compilação da entrevista realizada no dia 20/07/2020 com a gestora pedagógica Sr.^a A. C. N. S. que foi guiada por roteiro de entrevista aberta, onde teve total liberdade para solicitar que a entrevistadora sanasse dúvidas relacionadas às perguntas, o que fizeram surgir novas pautas dentro da temática abordada possibilitando, dessa forma, que a pesquisadora pudesse ter maior exploração das informações. Foram utilizadas teorias o que já pode ser observado a partir da primeira questão apresentada.

Pergunta 1 - Quais são as vulnerabilidades evidenciadas pelos alunos e suas famílias que a escola tenha conhecimento?

Resposta da Gestora: “Temos casos isolados. A questão da droga, onde sempre uma mãe reclama, fala da questão que eles passam dias fora de casa. Alunos nossos já foram pegos por facções”. A gestora discorre também que “um aluno é faccionado e já foi pego pela facção rival e passou pelo tribunal do crime. Ela também diz que “temos a questão de os pais serem ausentes, onde às vezes a mãe viaja e deixa as crianças e adolescentes com padrastos o que faz com que eles passem dias fora de casa, então temos alunos que não tem assistência familiar”. Relata que há um grupo de alunos que vai à escola só por causa da merenda, por não ter comida em casa. Cita que alunos já desmaiaram nas formaturas que é das 7h às 7h30m, “muitos desmaiam, aí a escola fornece café e chama os pais. Percebemos que às vezes não têm condições financeiras para aquisição de alimentação”.

A gestora cita que os adolescentes do turno vespertino são mais envolvidos com trabalho. Trabalham de manhã e vão para escola à tarde, então a escola abre uma exceção até 13h30m para entrarem no colégio. Os que não trabalham entram 12h45m e ressalta que a maioria é do programa menor aprendiz¹².

Ela apresentou como vulnerabilidade um caso de abuso sexual sofrido por aluno (a) em 2019, onde uma das crianças contou para o professor e ele levou ao conhecimento da gestão. Esta, por sua vez, entrou com todo processo de realização de relatórios,

¹²O Estatuto da criança e do adolescente de 1990, trata em seu art. 60 que é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

chamaram os pais, o conselho tutelar e fizeram todo o procedimento para chamar em juízo os pais. Segue relatando que às vezes existem casos com padrastos também.

Percebeu-se com os relatos da gestora na pergunta 1, que as vulnerabilidades sociais apresentadas são diagnosticadas na escola por meio da emergência das expressões da violência que chegam na instituição através dos alunos. A questão das drogas foi tratada como algo que já se encontra no último estágio, onde os adolescentes se distanciam das famílias e se aliam a facções criminosas. “O intuito é trabalhar a prevenção primária; e o sentido desta palavra quer dizer “evitar”, “chegar antes”, e que se deve sim, debater nas nossas escolas tais assuntos”. (LORENZETTI, 2015).

A pesquisadora descreve ainda que,

[...] a escola não deve esperar que o problema surja na sala de aula, nos banheiros, no pátio, no portão para discutir a questão. Informação correta e coerente, para uma boa prevenção não depende da quantidade de informações, mas do crédito dado a ela e isto começa desde muito cedo. (LORENZETTI, 2015).

É demonstrado, desta forma, o quão urgente é a incorporação de maneira efetiva de temas transversais no cotidiano educacional. A negação de direito como o de alimentar-se, a necessidade de antecipar a vida laboral à violência sexual contra vulneráveis e a omissão familiar, estão na fala da gestora. Tais aspectos incidem na situação de risco que para Andi (2015) *apud* Brasil (2018), descreve que:

[...] crianças e adolescentes em situação de risco são àquelas que vivem situações de vulnerabilidade pessoal e social em vários contextos (nas ruas, em casa ou pela ausência ou ineficácia das políticas públicas). Alguns indicadores que ajudam a identificar contextos de risco são: a qualidade da assistência à saúde e da alimentação ou a escolaridade da população. Ou seja, dizem respeito a fatores que ameaçam os direitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pode ocorrer por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.

Nos casos apresentados pela entrevistada é visível que há falhas na proteção ao público delineado, a proteção integral que está consagrada nos direitos fundamentais inscritos no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988 e posteriormente posto nos artigos 3º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990). Entende-se que o aspecto preventivo tem o caráter de proteger e na sua ausência podem ampliar-se as vulnerabilidades sociais, conforme sinaliza Abramovay et al (2002),

[...] as crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social são aquelas que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais; da pobreza e da exclusão social; da falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização; da passagem abrupta da infância à vida adulta; da falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura; da falta de recursos materiais mínimos para sobrevivência; da inserção precoce no mundo do trabalho; da falta de perspectivas de entrada no mercado formal de trabalho; da entrada em trabalhos desqualificados; da exploração do trabalho infantil; da falta de perspectivas profissionais e projetos para o futuro; do alto índice de reprovação e/ou evasão escolar; da oferta de integração ao consumo de drogas e de bens, ao uso de armas, ao tráfico de drogas.

Quanto ao uso e tráfico de drogas acredita-se que os inúmeros influenciadores descritos por Abramovay et al (2002) podem levar adolescentes a tais estágios, sendo salutar a intervenção escolar com educadores bem preparados para intervir. Portanto, é fundamental a formação adequada dos professores, pois em decorrência de sua formação incipiente tendem a desenvolver um trabalho acrítico, abordando a questão das drogas baseados em crenças pessoais, incorrendo muitas vezes em preconceitos e discriminações ou, então, se valendo de um discurso “que apela mais para uma argumentação baseada em repressão e medo [...]”. (CRUZ, 2002). Outro fator relevante é a incorporação de profissionais qualificados como psicólogos e assistentes sociais no quadro de recursos humanos para atuar frente às expressões da violência no âmbito educacional.

Entende-se que ao adentrar no espaço escolar a psicologia busca contribuir para uma formação escolar mais humana, que respeite a diversidade para a constituição de relações interpessoais que promovam equidade e emancipação para a construção de funcionamentos institucionais mais saudáveis e de uma sociedade democrática, ética e promotora das potencialidades individuais e coletivas. (LIMA et al, 2015).

Já o Serviço Social, como área do conhecimento, tem a realidade social como seu núcleo de ação e atua diretamente junto às diferentes expressões da questão social. No espaço escolar, o Serviço Social tem o objetivo de refletir junto aos demais profissionais da Educação sobre essas diferentes expressões nesse contexto, tais como atitudes e comportamentos agressivos e violentos, evasão escolar, baixo rendimento, distanciamento da escola com relação à comunidade, dentre outros. (CFESS, 2001; 2011).

Faz-se necessário para este momento, apresentar o exemplo do projeto de intervenção às drogas, implementado na Escola Estadual José Bernardino Lindoso de Manaus - Amazonas, oferecido por uma de suas idealizadoras - professora Adriana Maciel,

em entrevista a *Amazon Sat* em 2013 e publicada no canal do *You Tube*¹³. Maciel cita que o projeto é composto por três etapas, sendo que a primeira etapa é a realização de um diagnóstico com Assistentes sociais como forma de identificação dos alunos e famílias com histórico relacionado à problemática das drogas e todo contexto vivenciado por eles (mediação escola/família).

No segundo momento, os alunos que apresentam dificuldades ou envolvimento com as substâncias psicoativas têm a possibilidade de realizarem terapias com psicólogos. A terceira etapa, que se entende que deva estar em todas as fases, é o fortalecimento de parcerias para que o aspecto preventivo seja disseminado na escola. Percebe-se com a entrevista que, em 2013, já havia a preocupação por parte de professores em inserir uma equipe multiprofissional na escola para atender às demandas relacionadas às drogas e todas às expressões da violência que se apresentam no cotidiano escolar e na comunidade na qual está inserida.

Pergunta 2 - Poderia descrever as ações e/ou as medidas adotadas pela escola para contribuir no enfrentamento dos aspectos relatados?

Resposta da Gestora: “Quando detectamos os problemas relatados, conversamos com o aluno em particular, chamamos os pais e passamos para eles as instituições competentes para atender o caso”. Segue relatando que aciona principalmente o conselho tutelar por terem uma parceria e que também encaminham os alunos aos psicólogos da Secretaria Estadual de Educação (SEED).

Pergunta 3 - Qual o grau de evasão escolar no ensino médio do colégio Luiz Ribeiro de Lima?

Resposta da Gestora: Foi relatado pela entrevistada que o maior número de evasão de estudantes do colégio está na EJA e acontece pelo fato deles trabalharem e chegarem cansados em casa. Apontou a questão financeira como outro fator que implica na permanência dos alunos na escola, “às vezes é longe o colégio e não tem dinheiro para o ônibus. Alguns vinham de bicicleta e tiveram seu meio de transporte roubado, então são várias situações pelas quais eles acabam desistindo”. Argumenta que em outros turnos (matutino e vespertino) não têm grandes números de evasão.

¹³Amazon Sat. Projeto de prevenção às drogas para adolescentes. You Tube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ykuZHKSi6-8>. Acesso em: 19/08/2020.

Segue afirmando que “a questão da droga não é um influenciador de evasão na escola e atribuo à questão do militarismo. Quem vai à escola sabe que tem o militarismo e já vai consciente que tem que estudar, então quem mais se evade é pela questão do trabalho”. A entrevistada observa que em 2017 havia um movimento grande de drogas na escola, principalmente na EJA. Porém, relata que com a mudança que houve na escola em 2018 (passou a colégio militarizado) muitos alunos desistiram.

Depreende-se do relato da gestora questionada, que com o advento da militarização na escola o trato relacionado à prevenção às drogas não é trabalhado de forma cotidiana, o que pode contribuir para a não compreensão das fragilidades, que não são somente individuais, mas também coletivas e socialmente construídas. “Traduz os objetivos pedagógicos: educar para a autonomia, tornar o sujeito capaz de reflexão e ação protetora de si e de sua comunidade”. (ACSELRAD, 2005).

Pergunta 4 - No que tange a relação alunos, famílias e escola, há reciprocidade e interação?

Resposta da Gestora: Disse que há todo um acompanhamento e que são realizadas reuniões com os pais e “quando eles não comparecem, ligamos e pedimos para virem se inteirar da vida escolar do aluno, principalmente nas reuniões bimestrais onde ficamos preocupados com as notas e também em casos de faltas reiteradas”. A esse respeito Netzel (2016), discorre que:

[...] a participação da família corresponde aos ideais pedagógicos da gestão democrática participativa e na compreensão que, o trabalho conjunto, pode trazer muitos benefícios à escola e aos alunos, garantindo uma prática educativa que de fato promova aprendizagem e produza bons resultados na formação dos cidadãos.

A entrevistada segue relatando que “à adesão dos pais depende muito do horário também, pois muitos trabalham e relatam que não podem sair do trabalho porque o patrão não deixa, mas a maioria dos pais participa”. Neste sentido, Netzel (2016) sinaliza que mesmo “[...] sendo de extrema importância a interação entre família e escola, percebe-se que ainda é relativamente baixa a participação dos pais na escola. Muitos motivos são apontados como a causa da não participação, tanto pela própria escola, como pelas famílias”. Descreve ainda que, entre esses motivos “[...] está o horário das reuniões, que na maioria das vezes, são realizadas em horários que coincidem com os períodos de trabalho da família”. Percebe-se que há uma necessidade de que escola e família caminhem juntas buscando interação, pois somente quando unidas e dispostas a oferecer

o melhor aos alunos/filhos poderão promover mudanças significativas na escola e na vida dos estudantes. Sobre este aspecto defende-se que,

[...] sendo a escola, a instituição responsável pela formação para o exercício da cidadania, faz-se necessário que neste espaço sejam desenvolvidas ações que favoreçam tal prática, incentivando a participação não só da comunidade interna, mas também das famílias e da comunidade externa. (NETZEL, 2016).

A pesquisadora Vieira (2011) sinaliza que:

[...] no âmbito da escola propriamente dita, passa-se de uma concepção de administração do cotidiano das relações de ensino-aprendizagem para a noção de um todo mais amplo, multifacetado, relacionado não apenas a uma comunidade interna, constituída por professores, alunos e funcionários, mas que se articula com as famílias e com a comunidade externa.

Com isto, “os laços afetivos, estruturados e consolidados tanto na escola como na família permitem que os indivíduos lidem com conflitos, aproximações e situações oriundas destes vínculos, aprendendo a resolver os problemas de maneira conjunta ou separada”. (LAJA, 2015). Com relação a tarefa prevenção a aproximação às drogas, família e escola precisam andar de mãos dadas, estimulando hábitos de vida saudáveis e proporcionando o conhecimento sobre os efeitos nocivos dessas substâncias de maneira cotidiana. Contudo, se torna necessário desenvolver estratégias mais criativas que fortaleçam esse vínculo, para que os familiares possam contribuir com a escola apoiando a construção do projeto de vida dos alunos.

Pergunta 5 - De que forma a questão das drogas é abordada no cotidiano da escola?

Resposta da Gestora: “Depois da militarização a gente já deixou mais a questão das drogas, não é algo que a gente aborda tanto, hoje a gente tem outras problemáticas que é o feminicídio, do amor à vida (prevenção ao suicídio), então às drogas a gente não traz mais tanto como trazia antes”. E segue relatando que o colégio procura trabalhar temas que estejam aparentes e que tem muitos casos de suicídios no colégio, principalmente na EJA, onde pessoas já morreram e outras já tentaram tirar a vida. Acrescenta que a escola trabalha de acordo com os problemas que vão surgindo, “mas o tema drogas sempre será atual e é uma problemática social merecedora de atenção, não podendo ser deixado para depois”. Finaliza citando que é um tema trabalhado pela escola, duas vezes ao ano, por meio de palestras e seminários.

Entende-se que todas as expressões da violência precisam ganhar espaço no debate escolar e a questão das drogas é algo que avança sobremaneira nas sociedades.

Piai et al (2015) defendem que “no contexto atual, a questão do uso de drogas vem crescendo demasiadamente e faz vítimas cada vez mais jovens”, ao passo que se prioriza o debate quando do surgimento da demanda, vê-se neste fazer, a fragmentação do aspecto preventivo.

Pergunta 6 - Há orientação aos alunos dos serviços públicos disponíveis em sua comunidade ou adjacências? Exemplos: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), dentre outros.

Resposta da Gestora: “Na verdade não é feito uma socialização com os alunos, somente quando se apresentam os problemas é que mostramos os departamentos que eles podem ser atendidos”. Segue explicando que “não surgindo os problemas a gente não faz essa divulgação, mas é essa a questão nossa, né? porque a gente só toma ação quando já está acontecendo, não há uma prevenção cotidiana”. Disse, também, que “hoje nos preocupamos com o que acontece, porque é muita demanda que vai surgindo e a gente vai encaminhando, não tem como falar de cada serviço e direcioná-los”.

Percebe-se com o relato da gestora pedagógica, que as expressões da violência são atendidas conforme vão se evidenciando e informar aos alunos as possibilidades de atendimentos sociais e de saúde, que podem encontrar na comunidade e em seu entorno, não está na política pedagógica da escola. É sabido que o conhecimento da comunidade na qual a escola está inserida possibilita aos estudantes um protagonismo na construção de seus projetos de vida. O material desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo apontou atividades que podem ser trabalhadas com os alunos, para que conheçam a comunidade e os serviços públicos e privados ofertados nela como forma de contribuir para que este público tenha autonomia nesta interação. Uma das atividades propostas é:

[...] mapeando o bairro da escola: construir mapas e/ou maquetes que representem o entorno da escola; definir estratégias para convidar a comunidade para participar da apresentação; fazer um levantamento dos profissionais da comunidade mais próxima e dos espaços coletivos; identificar as atividades que a comunidade oferece às pessoas ou aos seus membros. Recursos necessários: internet; mapa cartográfico; fotografias; imagens; alfinetes coloridos; diário de Práticas e Vivências. Número de aulas: 2. Você pode localizar com os alunos a comunidade na qual está inserida a escola pesquisando no Google Earth ou no Google Maps, em um mapa cartográfico ou por meio de fotografias e imagens. Caso não seja possível, faça um mapa dos arredores da escola. Delimite uma área com um quadrado e explore todos os lugares e ângulos. Pergunte aos alunos: O que vocês conhecem? Qual o caminho que fazem para chegar à escola? O que lembram que existe nos arredores

da escola? O que gostariam de conhecer? Você pode marcar com alfinetes coloridos o que eles gostariam de conhecer dentro do quadrado. Solicite que respondam às perguntas e façam uma ilustração sobre elas no Diário de Práticas e Vivências. (PROJETO DE VIDA, 2014).

Vislumbra-se que ao trabalhar tais aspectos, se evidencia a responsabilidade social da escola e contribui para que os alunos se aproximem da realidade na qual estão inseridos. O caderno do professor desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo mostra, também, como atividade interativa para ser realizada com os estudantes “conhecendo os serviços prestados no bairro”. Desta forma, proporciona conhecer as instituições públicas e privadas que estão inseridas ao entorno da escola e das residências de muitos alunos. Partindo deste exemplo, vê-se que há possibilidades de a escola conectar o seu público alvo (estudantes) a comunidade, e desta forma, viabilizar a partir do conhecimento dos serviços prestados novas perspectivas de construção de projetos de vida.

Pergunta 7 - A escola encaminha e incentiva o ingresso dos adolescentes em aulas de esportes e artes públicas, como forma de integração entre o corpo, mente e emoção?

Resposta da Gestora: “Temos os projetos da escola e eles já praticam a educação física como uma modalidade e às vezes tem fora também: natação, jiu-jitsu e outras artes marciais, quando a gente abre para os jogos escolares fazemos inscrições de mais de 100 alunos”. A entrevistada segue citando que com relação às modalidades desenvolvidas no colégio “temos o pingue pongue, basquete, handebol e em alguns finais de semana a quadra fica lotada, eles sempre estão conosco no colégio”. A gestora ressalta que todas as atividades são acompanhadas por um professor de educação física e que na ausência de dele, não podem ser realizadas.

Com relação às práticas esportivas, a intenção não deve estar pautada somente no ensinar a praticar determinadas modalidades e conhecer apenas suas formas, suas aplicações e organizações, mas o papel é fazer com que adquiram autonomia para a prática dessas modalidades esportivas com um senso de reflexão crítica sobre como, quando, onde e para que elas se manifestam nas mais variadas situações, nesse caso, no cenário escolar. (SANTOS; NISTA, 2011). Maia e Albuquerque sinalizaram, em 2002, que a atividade física e o esporte já havia se consagrado como elementos indispensáveis na forma de vida do ser humano e que quando associados à qualidade de vida podem provocar efeitos, a médio e a longo prazo, de melhores comportamentos relacionados a saúde.

Em artigo publicado no *site* Viver sem Drogas, Pessoa (2019) descreve que “os efeitos positivos da atividade física são quase imediatos. Logo após o exercício o corpo é invadido por um estado de relaxamento e diminuição da tensão emocional, além do alívio da ansiedade e até um efeito anestésico contra dores”. Complementa ainda que “assim como ocorre no uso de drogas, o corpo passa a ficar dependente dessas sensações só que agora, causadas por uma “droga natural”, a endorfina, que é produzida pelo próprio organismo. Quanto mais se pratica esporte mais feliz e satisfeito fica”. Contudo, destaca-se a importância da implementação de atividades esportivas cotidianas para os adolescentes como forma de prevenir a ociosidade que pode ser propulsora ao consumo de substâncias psicoativas.

O aspecto cultural como prevenção às drogas nas escolas pode apoiar-se no exemplo do projeto “VemSer” do estado de Goiás. Por meio do Grupo Executivo de Enfrentamento às drogas (GEED), em parceria com o Governo Federal via Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) desenvolve, desde 2016, ações de prevenção às drogas nas escolas da rede municipal e estadual. O projeto visa levar a música, a dança e o esporte como forma de prazer e alegria aos adolescentes, focando estratégias para evitar que eles busquem as drogas. (GOVERNO DE GOIÁS, 2019).

4 PRODUTO DA PESQUISA: WEBNÁRIO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

Desenvolveu-se para esse momento um webnário (seminário pela *internet* ao vivo), como forma de contribuir para a capacitação de professores das escolas estaduais Luiz Ribeiro de Lima e Maria Sônia de Brito Oliva, para atuarem de maneira humanizada, empática e técnica na prevenção a aproximação de substâncias psicoativas por adolescentes. A escolha da Escola Luiz Ribeiro de Lima se deu por meio da sua participação no estudo de caso para entendimento das ações preventivas realizadas por ela, suas percepções das vulnerabilidades sociais e econômicas vivenciadas pelos alunos da instituição. A gestora da Escola Maria Sônia de Brito Oliva, ao tomar conhecimento do desenvolvimento da capacitação, solicitou a aplicação para o seu corpo docente, tendo em vista que a escola se localiza na zona oeste de Boa Vista, visto que essa área aparece ao longo dos levantamentos da pesquisa como vulnerável às questões relacionadas às drogas, sendo, desta forma, merecedora de intervenções de cunho preventivo.

O Webnário teve como foco central a prevenção à aproximação de adolescentes ao contexto das drogas, levando em consideração a singularidade dos sujeitos com suas realidades socioeconômicas e culturais e o contexto de distanciamento social, que pode agravar as expressões da violência nos cotidianos do público delineado. Contudo, pretendeu-se, por meio da capacitação de professores, possibilitar aos estudantes a construção de projetos de vida cidadã, pois “projetar a vida é um processo gradual, lógico e reflexivo. É a própria experiência da auto realização, perante nós mesmos, perante aqueles com quem nos relacionamos e perante os compromissos que assumimos com os nossos sonhos”. (ICE, 2016).

4.1 Qualificação do objeto

O uso e abuso de drogas entre adolescentes tem sido uma das questões que mais afligem as sociedades. É uma expressão da violência que vem assumindo uma dimensão descomunal e atinge diversos ambientes e classes, se apresentando dessa forma, como propulsora de grandes mazelas sociais. Portanto, o aspecto preventivo ganha salutar importância neste contexto das drogas que, para Tavares et al (2019),

[...] a prevenção ao uso de drogas em escolas é uma estratégia utilizada mundialmente. Estudo realizado com o objetivo de avaliar a eficácia das ações de prevenção e o abuso de substâncias psicoativas entre adolescentes escolares apontou que, para o tabagismo entre escolares, as intervenções mais efetivas foram os programas de prevenção realizados nas escolas e direcionados às famílias, além das campanhas de mídia; para o uso de álcool, as intervenções de prevenção do álcool no ambiente escolar foram associadas à redução da frequência de beber, enquanto as intervenções de base familiar tiveram pouca efetividade. Quanto ao abuso de drogas ilícitas, as intervenções na escola baseadas no desenvolvimento de competências sociais demonstraram efeito protetor no desenvolvimento dessa habilidade na prevenção do uso de drogas [...].

Como forma de contribuir para o enfrentamento dessa problemática efetivou-se o webnário, com a temática “Educação e Prevenção: capacitação de professores como ferramenta para transformação de trajetórias de adolescentes”, onde foram realizadas palestras com a contribuição de especialistas das áreas da psicologia, ciências sociais e direito, como forma de subsidiar o fazer profissional de professores no âmbito da prevenção à aproximação das drogas por adolescentes.

4.2 Apresentação do produto

Tem-se o entendimento da importância do desenvolvimento de um produto exequível resultante da pesquisa, pois o Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (MPSPDHC) tem como critério basilar a construção de ações que possam impactar de forma positiva a sociedade roraimense. O webnário teve como objetivo principal proporcionar aos professores uma capacitação para que possam transmitir aos adolescentes um despertar para a construção de projetos de vida que possibilitarão, a esse público, o gozo de uma vida cidadã livre do consumo de substâncias psicoativas.

No mencionado webnário foram realizadas palestras com profissionais da área da psicologia, direito e ciências sociais. Os profissionais são: no âmbito da Psicologia a palestra foi apresentada pelas psicólogas Cássia Nathalia Alves Dias e Yasmin Rosas Leitão. As profissionais ministraram palestra intitulada “Dialogando com educadores: prevenção ao abuso de drogas na escola, o que você pode fazer?”, contou-se com a contribuição da psicóloga MSc. Simone Muniz de Oliveira com a palestra “Como identificar comportamento do uso de álcool e outras drogas na adolescência”.

Na área das Ciências Sociais teve-se a contribuição do professor Dr. Flávio Corsini Lirio que ministrou a palestra “Às drogas e seus efeitos: conhecer para intervir”. No que tange ao ramo do Direito a palestra foi proferida pelo professor Dr. Mauro Campello,

com o título “O papel do Conselho Tutelar: ações articuladas e desafios na prevenção ao uso de drogas nas escolas”. O educador especialista em psicopedagogia, Álvaro Sanches, ministrou palestra com o título “Ações práticas para gerar mais empatia em um mundo pós pandemia”.

Houve um momento cultural com a colaboração da professora de *ballet* clássico e empresária Cristina Rocha, que possibilitou aos professores uma interação com a arte da dança e ginástica laboral. A dança esteve presente na abertura e no encerramento do evento. O momento cultural contou com a participação do músico Mozart Augusto de Andrade que executou apresentação de voz e violão no encerramento do webnário.

Devido a Pandemia da COVID -19 o evento foi transmitido no seu modo *on line*, por meio de reuniões previamente agendadas no aplicativo *Google Meet*, onde possibilitou a interação entre palestrantes e professores. Nos três dias de evento teve-se a adesão de toda programação do evento e encontra-se no apêndice 2 desta pesquisa.

4.3 Webnário - Educação e Prevenção: capacitação de professores como ferramenta para transformação de trajetórias de adolescentes

As atividades do evento tiveram início no dia 02 de setembro às 16h (dezesseis horas). No primeiro momento houve a abertura formalizada pela pesquisadora, que cumprimentou e agradeceu aos participantes. Enquanto isso, a organizadora e mediadora do evento foi salutar em evidenciar o objetivo ao público alvo, e os motivos de seu desenvolvimento. Informou que a escolha das escolas se deu a partir de levantamentos de dados realizados, onde foi apontada a zona oeste de Boa Vista como região de vulnerabilidade às drogas. Discorreu que a zona em questão necessita de intervenções preventivas nas comunidades por meio das escolas que estão inseridas neste contexto, por ser este um espaço de interação social e que se pode desenvolver um leque de possibilidades na construção de projetos de vida cidadã.

Na execução do Webnário de capacitação de professores do dia 02 de setembro de 2020, contou-se com a presença da professora de dança e empresária Cristina Rocha, que iniciou sua participação citando que “o professor é a joia do mundo, pois tem a mente aberta e está sempre disposto a aprender”. Preparou uma seção de ginástica laboral para os professores, conforme Figura 3, por entender que é um público que tem sua saúde física impactada com os movimentos repetitivos do fazer profissional e que toda atividade

laborativa precisa ser precedida de alongamentos, principalmente das partes do corpo que são mais exigidas.

Figura 4 - Ginástica laboral para os professores



Fonte: Imagem extraída do Webnário de capacitação do dia 02/09/2020.

Em seguida abrilhantou o evento com apresentações de *ballet* clássico. Uma das coreografias transmitiu uma mensagem de que se deve acreditar que esse momento difícil, imposto pela pandemia do Corona Vírus (COVID 19) irá passar e que será possível recomeçar. As bailarinas obedeceram às regras de distanciamento social e cada uma se apresentou a partir de suas residências, conforme apresentado na Figura 4.

Figura 5 - Execução da coreografia “Recomeço”



Fonte: Imagem extraída das gravações do Webnário de capacitação do dia 12/08/2020.

Em primeiro lugar buscou-se, por meio da dança, surpreender positivamente ao público participante. Teve-se ainda, como propósito, o despertar reflexivo no que tange a importância da cultura no cotidiano escolar, pois tem seu caráter transformador e:

[...] é forma de comunicação e expressão, é uma das manifestações inerentes à natureza do homem, presentes nos acontecimentos de sua vida: nascimento e morte, guerra e paz, celebrações e rituais. Ela estabelece íntima relação com as emoções e sentimentos humanos; antecede como forma de comunicação à própria linguagem falada, característica hoje tão escassa ao homem contemporâneo. (NANNI. 2008).

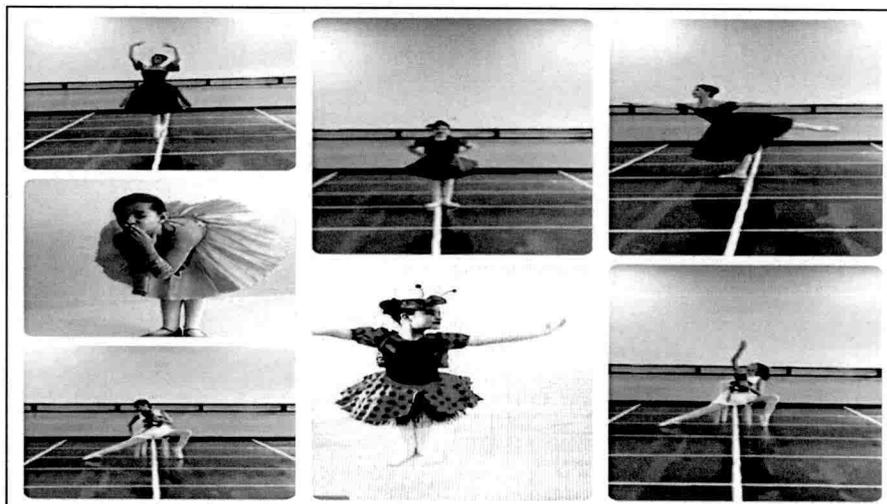
A comunicação por meio da dança foi vislumbrada no evento. Alguns professores se manifestaram pelo *chat* de forma positiva quando da execução da apresentação, onde se pode acompanhar as expressões de alegria por estarem assistindo um espetáculo em meio a pandemia sem precisar sair de casa. Seguem algumas manifestações dos professores:

00:27:52.231,00:27:55.231
 S. F.: 🙌🙌🙌🙌🙌
 00:28:17.474,00:28:20.474
 S. S. P. R.: lindas
 00:28:49.447,00:28:52.447
 M.R.A.S: 🙌🙌🙌🙌
 00:29:01.309,00:29:04.309:
 A. S.: Show 🙌🙌
 00:29:52.504,00:29:55.504
 P. E.: Uau! 🙌🙌🙌🙌🙌 Show 😊
 00:30:16.166,00:30:19.166
 P. E.: 🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌🙌
 00:30:23.498,00:30:26.498
 G. M.: Lindo!!! 🙌🙌🙌
 00:30:29.755,00:30:32.755
 A. M.: 🙌🙌🙌🙌😊
 01:31:25.099,01:31:28.099
 M. L. D. S.: Estou gostando muito! (CHAT GOOGLE MEET, 2020)

A dança, sem dúvida alguma, é um meio de interação, criatividade e bem-estar no que se refere à saúde e qualidade de vida. Vê-se, nesta atividade, possibilidades de proporcionar relevantes transformações ao público delineado na pesquisa. Defende-se, neste ponto, a ideia de Ramos (2012) que vê a possibilidade de desenvolver a dança na disciplina de artes por ter, segundo o autor “[...] uma linguagem visual, teatral, musical da dança para a aprendizagem. A dança desenvolvida por essa disciplina na escola, torna-se mais abrangente, diversificada, como uma ferramenta pedagógica”. Ressalta que “Contribui para que o aluno conheça a si próprio, vivencie de forma completa, além de desenvolver habilidades psicológicas e perceptivas”. (RAMOS, 2012). Tais aspectos puderam ser

observados em cada criança e adolescente bailarina que executou as coreografias nos dias 02 e 04 de setembro de 2020, tais expressões podem ser observadas na Figura 5.

Figura 6 - Apresentações de *ballet* clássico



Fonte: Imagens extraídas da execução do webnário dos dias 02/09/2020 e 04/09/2020.

O momento cultural levou ao público de professores a interação com uma das artes que contribuiu para o desenvolvimento da concentração, do conhecimento pessoal, do equilíbrio físico e mental, da disciplina com o aprendizado e, associado a todos estes aspectos, está o prazer na obtenção de bons resultados. (ROCHA, 2020). Tal relato confirma a importância no desenvolvimento de modalidades da dança em disciplinas do currículo educacional, podendo desta forma contribuir para que os estudantes se conheçam e desenvolvam suas habilidades, que possibilitarão na construção de projetos de vida. O professor A. M. B. expressou via *chat* do evento: “Parabéns pelo trabalho Cristina, a arte é um combustível importante para a formação e o crescimento dessas crianças e adolescentes”.

4.3.1 A contribuição multidisciplinar na prevenção às drogas nas escolas

O Webnário de capacitação de professores recebeu a contribuição de 7 (sete) especialistas que defendem a proteção de direitos da criança e adolescente. O assunto prevenção às drogas nas escolas foi trabalhado por profissionais do Direito, Psicologia e Sociologia.

Palestra 1: A palestra intitulada “O papel do Conselho Tutelar: ações articuladas e desafios na prevenção ao uso de drogas nas escolas” foi proferida pelo Prof. Dr. Mauro Campello. No primeiro momento o palestrante cita a relevância do projeto de intervenção social de prevenção às drogas, por alcançar principalmente os profissionais que estão na ponta no enfrentamento a essa problemática, que são os professores. Relata que, para tanto, “trocar experiências e vivências é de suma importância”. Segue abordando que esta não é uma realidade nova e que as instituições parceiras são relevantes no auxílio à escola, pois não se pode concentrar toda essa responsabilidade nas instituições educacionais. Chama a atenção para o papel dos Conselhos Tutelares na parceria com as escolas para tratar o enfrentamento às drogas de maneira humanizada, a partir da identificação por professores de alunos que são dependentes de substâncias entorpecentes. (CAMPELLO, 2020).

Para tanto, fez-se necessário a contextualização da origem dos Conselhos Tutelares na legislação brasileira. Campello (2020) relatou que se trata de uma instituição nova, pois antes do Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, a lei que vigorava era o código de menores 1979 com uma doutrina totalmente diferente à que se propõe no ECA. Aborda que o citado Estatuto surge a partir da Constituição Federal de 1988 e que se apresentou com a doutrina da proteção integral, contrapondo a ideia da teoria jurídica da situação irregular, que via o público em desenvolvimento como um objeto do direito que merecia apenas proteção, mas não o reconhecia como sujeito de direitos.

A partir da CF de 1988 há a exigência de uma participação maior da sociedade. Porém, foi necessário instituir uma lei infraconstitucional para operacionalizar tal garantia obedecendo aos preceitos do art. 227 da CF. Segundo Campello (2020) os Conselhos Tutelares foram instituídos a partir do ECA de 1990, como forma de instituir a participação social formativa na proteção integral de crianças e adolescentes. O palestrante classifica a Instituição como aquela que se apresenta como “porto seguro para crianças e adolescentes”. É responsável pelo atendimento de demandas que, muitas vezes, refletem a denúncia de direitos ameaçados ou violados por causa da omissão ou ação agressiva por parte da família, do próprio Estado e dessa mesma sociedade. Um exemplo de intervenção por parte dos Conselhos Tutelares descrito pelo palestrante é a garantia de matrícula dos estudantes em instituições próximas de suas residências. Acrescenta que existe uma responsabilidade da instituição na garantia de efetivação das políticas públicas de atendimento dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Ele ainda contribui citando que “pelo fato de seus membros serem eleitos, os tornam representantes da sociedade”, se apresenta como um órgão autônomo, porém

dentro da estrutura de Estado é pertencente e regulamentado pelo município, e os conselheiros desenvolvem função remunerada. Em relação as decisões dos Conselheiros, a parte que não estiver satisfeita cabe recorrer ao juiz da vara da infância e juventude, não havendo interferências do chefe do executivo municipal na atuação dos Conselhos Tutelares. “Há por parte da prefeitura a estruturação material e orçamentária para que a instituição possa funcionar”. (CAMPELLO, 2020).

Na abordagem à questão das drogas, para que os Conselhos Tutelares sejam uma ponte entre as escolas é preciso que haja uma intervenção técnica que vai além do diálogo. O palestrante sugere que a instituição se articule com a rede de atendimento, ressaltando as instituições no âmbito da saúde mental. “O estado necessita, então, se estruturar neste campo para que os adolescentes em situação de dependência química e suas famílias possam ser atendidos por equipe interdisciplinar que irá desenvolver trabalho articulado para recuperação do dependente químico”. Para tanto, a política pública precisa funcionar para que o Conselho Tutelar possa dar um resultado para a escola sobre a intervenção à questão da droga na qual atuou.

Aborda também o aspecto preventivo às drogas tratando que a prevenção passa pelo sistema educacional, que pode ser trabalhada em atividades extracurriculares e em atividades dos próprios conteúdos das disciplinas, onde os alunos possam pesquisar sobre a temática das substâncias entorpecentes e seus malefícios, para que este público saiba dizer não aos amigos que oferecem ou aos traficantes que tentam cooptá-los para o crime. Para ele um aspecto relevante a ser articulado é a Segurança Pública, onde a escola deve estar alerta e encaminhar demandas de ações de traficantes ao entorno das escolas para as instituições pertencentes a esta política. Ressalta que a necessidade de articulação em rede se dá pelo fato de haver a necessidade da intervenção de profissionais que não estão inseridos nas escolas e que foge a competência técnica da direção e dos professores. (CAMPELLO, 2020).

Salienta ainda que ao professor compete, além de trabalhar a temática de forma preventiva na disciplina, levar ao conhecimento da direção os casos de uso de drogas por adolescentes para que se acione o Conselho Tutelar, que assumirá a responsabilidade de realizar os encaminhamentos à rede de atendimento existente no município. A instituição, então, é classificada pelo palestrante como “parceira das escolas”. Segue citando que os espaços educacionais precisam inserir os Conselhos Tutelares em seus cotidianos e também buscarem conhecer com afincado o trabalho desenvolvido por eles.

Campello sugere que ao identificar um estudante em situação de uso de drogas, que o caso não deva ser tratado pela via policial, mas que seja levado ao conhecimento do Conselho Tutelar para que possa buscar as vias de um tratamento de saúde. Porém, na identificação de casos onde o adolescente esteja traficando a substância deve-se haver a intervenção da polícia por trata-se de ato infracional e para que se garanta a saúde dos demais estudantes.

Desta forma, convidou as escolas participantes para integrarem ao debate por meio de relatos de experiências no que tange ao enfrentamento às drogas. A primeira participação veio da professora M. S (2020), que externou a preocupação com a atuação de facções criminosas ao entorno das escolas, citando que “hoje é mais perigoso ainda, pois se trata de facção”, demonstrando insegurança em delatar casos de tráfico de drogas por medo de represarias. O palestrante destaca que “esta é uma questão que vem de muito tempo, pois no passado havia a forte atuação das chamadas “galeras”, que se organizaram cada vez mais para atender às organizações criminosas”. Contudo, destaca que o professor precisa ter a segurança de manutenção do sigilo por parte dos gestores ao relatarem casos de condutas ilícitas.

Na palestra há uma abordagem de que diretores de escolas, quando aceitam a função, sabem dos desafios que irão enfrentar, não podendo se eximir do papel de enfrentamento à criminalidade e às drogas, pois ao professor de sala de aula cabe o encaminhamento à direção da instituição educacional. Acrescenta, que o fazer do profissional de educação tem como desafio cotidiano atuar para transformação de trajetórias de estudantes e possibilitar a construção de cidadanias. O palestrante finaliza parabenizando aos professores que muitas vezes trabalham sem a estruturação por parte das secretarias ou retaguarda de instituições que atuam na proteção de crianças e adolescentes como o Conselho Tutelar que, por sua vez, depende da atuação do Estado com relação ao desenvolvimento de programas de recuperação de dependentes químicos que sejam efetivos, pois o Centro de Promoção e Recuperação Humana, localizado no bairro Jardim Floresta de Boa Vista atende a nível ambulatorial, onde não há possibilidades de internação, o que não contribui para casos em estágios avançados de drogadição.

Com relação ao tratamento de internação a dependentes químicos, Campello contribui citando que há no estado de Roraima a Fazenda Esperança, entidade religiosa que cuida de pessoas usuárias de drogas, pois existem fatores externos que colaboram para a ampliação deste estado, havendo a necessidade de se limitar o convívio social por um tempo. Não obstante, ressalta-se que não há uma estrutura com profissionais técnicos

e a igreja não tem condições para manter tais padrões, necessitando que se tenha investimentos do poder público na área de saúde mental, por ser esta, uma demanda expressiva que pôde ser constatada ainda na sua atuação como Juiz da Vara da Infância e Juventude de Roraima.

A segunda contribuição veio da diretora de uma das escolas participantes. A Sra. N. A. P. relatou que a escola da qual faz parte se encontra inserida em “área de zona vermelha” e que, por este fato, muitos professores veem as situações de uso e tráfico de drogas mais não levam ao conhecimento da direção com medo de serem reprimidos por criminosos. Segue relatando que quando chega à demanda na coordenação realizam o encaminhamento e não revelam a identidade dos profissionais de educação que levam a informação, como forma de resguardá-los.

Ainda, segundo o relato da diretora educacional N.A.P., em sala de aula o professor exerce papéis que muitas vezes fogem à sua alçada, como por exemplo as funções de médico, pai e psicólogo, o que leva ao estabelecimento da confiança que não se deve romper, pois o afastamento do aluno poderá o colocar em situações de riscos ainda maiores. Para tanto, garante-se ao docente absoluto sigilo nesta ponte com a gestão. A diretora citou que a ação da escola diante da demanda é a articulação junto ao Conselho Tutelar, família e obedecendo aos meios legais. Cita que é um trabalho que precisa de um olhar diferenciado por parte do poder público pelo fato de muitos alunos serem de famílias com vínculos rompidos e que tem casos de adolescentes que moram sós e vão à escola embriagados e, também, que já foi possível detectar alunos usuários de drogas.

A diretora relatou que conta com a contribuição da Polícia Militar para inibir ações de pessoas que usam os adolescentes para a distribuição de drogas. Externa que a luta diária é árdua, pois as situações se apresentam de várias formas. Apontou a preocupação com a dificuldade de formar o quadro de recursos humanos pelo fato de que as pessoas não querem atuar na instituição por causa das problemáticas apresentadas e da imagem que se tem da escola. Finalizou chamando a todos para que se engajem na mudança deste cenário e sinalizou que deixa claro para os alunos e professores que eles são a escola e que todos são capazes de ser protagonistas de uma nova construção, que não diferenciara as escolas da periferia das escolas centrais e que é relevante a integração da família que as vezes se omite.

A pesquisadora agradeceu a participação da Diretora e salientou a importância de se conhecer as expressões da violência pelas quais os adolescentes, que são identificados como usuários de drogas, perpassam até chegar a este estágio como forma

de não realizar pré-julgamento e tratar a questão de maneira humanizada e articulada com a rede de proteção de crianças e adolescentes. O palestrante Campello acrescenta a importância de se conhecer as instituições que serão parceiras neste enfrentamento, sugerindo que os gestores realizem visitas a eles para convidá-los a participar do cotidiano escolar e de conhecer a realidade vivenciada pela escola, como também, inseri-los nas pautas das reuniões institucionais. Destaca que a construção do fluxo institucional construído pela diretora N. A. P. é de suma importância e que cada escola precisa criar um como forma de delinear métodos de enfrentamento, conforme a realidade de cada uma.

Houve a sugestão de um professor, sobre a inserção de mais uma disciplina no currículo para trabalhar a prevenção às drogas e criminalidade, onde toda a dinâmica no que tange a esta problemática ficaria focada a um professor. Entende-se que esta situação não torna o enfrentamento efetivo, pois muito se perde quando não há visão do todo e, como já citado, o adolescente pode não se sentir seguro com o profissional que irá desenvolver tal trabalho. O palestrante lembrou que, neste caso, há uma inviabilidade pelo fato de aumentar a carga horária, e que seria interessante cada professor trabalhar a temática dentro de suas disciplinas de forma criativa. Sugeriu que a direção da escola realize reunião com os donos de bares do entorno e estabeleça um contrato social, onde eles se comprometam a não vender bebidas alcoólicas aos alunos, pois o ECA trata que a comunidade é responsável pela garantia de direitos de crianças e adolescentes.

A atuação de equipe interdisciplinar apoiada por psicólogos e assistentes sociais foi defendida na palestra, onde o palestrante cita que o ideal é que as escolas tenham esses profissionais em seus cotidianos, pois são inúmeras as expressões da violência que precisam de um olhar diferenciado e técnico com conhecimento da realidade. Segundo Campello, as intervenções realizadas por equipe técnica, contribui para que o aluno tenha um rendimento escolar maior e para que o professor consiga ministrar as aulas sem grandes interferências.

Advertiu que a questão da prevenção à aproximação das drogas, em estágios anteriores ao da dependência química, precisa de um trabalho contínuo, onde as ações não podem ser pontuais, necessitando a inserção no calendário escolar e que se desenvolvam formas de incluir as famílias neste desafio. Outro aspecto apontado e entende-se que seja fundamental neste enfrentamento é a articulação junto aos diretores e coordenadores de programas e projetos sociais, que poderão possibilitar a inserção de adolescentes em atividades que os tirará da condição de ociosidade, que pode os colocar em risco social.

A diretora N. A. P. realizou uma intervenção onde explicou que as escolas são divididas por territórios e que a instituição na qual atua faz parte do território 7 (sete). Há um grupo de psicólogas (os) da Secretaria Estadual de Educação que acompanha a escola. Relatou que a instituição realiza encaminhamentos de alunos para serem atendidos por estes profissionais em um setor da secretaria e que os professores também são atendidos pela equipe. Contudo, cita que incluirá a atuação de prevenção às drogas no P.P.P que está sendo construído de maneira mais constante, para que atinja não somente ao público interno, mas também a comunidade ao entorno da escola.

Na fala da diretora educacional pode-se entender que muitas escolas pelo fato de o aluno apresentar problemas, o transfere para outra instituição. Porém, relata que ao realizar tal ação não se contribui para que haja o enfrentamento positivo às demandas, apenas as mudam de lugar.

A professora M. I. V. G. contribuiu ao ressaltar que existem experiências bem sucedidas de escolas em outros estados, da valorização da arte no âmbito educacional. O palestrante endossou a ideia relatando que é conhecedor de projetos que colocam os adolescentes como protagonistas de suas próprias histórias, como no caso das peças teatrais onde se sentem livres para interpretar, e que levanta a auto estima deste público e os valoriza, dando oportunidades de se apresentarem para a escola e a sua comunidade, aliando a exposições de pinturas em tela realizadas por eles. Campello cita que quando houver a necessidade, que se invista nos estudantes para que consigam construir suas trajetórias de vida.

Em ato contínuo, Campello relatou a importância de se inserir os adolescentes nas estruturas de oportunidades e cita o caso de adolescente que estava em cumprimento de medida socioeducativa e que, por meio de um projeto desenvolvido pela Promotoria da Infância e Juventude, venceu o concurso de poesia e foi a Brasília participar da nacional, o que fez despertar no estudante um protagonismo e ter a percepção de seu talento. Sinalizou que “adolescentes que usam drogas não sonham, e que o aspecto preventivo às drogas possibilita que este público sonhe e encontrem motivos para realizá-los”. Conclui-se este primeiro momento, em que o convidado Prof. Dr. Mauro Campello salienta que “não adianta o ECA está falando bonito e na prática a criança e adolescente integrarem a cidadania de papel”, onde há uma clara percepção de um grande fosso entre a lei e a realidade. Acrescenta que a legislação é perfeita, porém cada instituição responsável por efetivá-la precisa aproximar as realidades ao que está defendido em seus artigos.

A palestra 1 proporcionou a compreensão de que o debate ao entorno do papel dos Conselhos Tutelares no enfrentamento às drogas viabilizou trocas de experiências que, ao serem compartilhadas, possibilitou-se o conhecimento com referência aos desafios vivenciados pelos professores participantes nas escolas onde atuam. A partir da contribuição da Diretora N. A. P, confirmou-se o que havia sido levantado na contextualização da zona oeste de Boa Vista, onde se relatou que é uma área de vulnerabilidade à atuação de facções e disseminação de substâncias entorpecentes. O momento foi salutar para que houvesse o entendimento de que há um esforço por parte da instituição em construir o fluxo institucional para trabalhar a prevenção às drogas e a criminalidade interna e do entorno, necessitando de maior integração da rede de proteção dos direitos de crianças e adolescentes com apoio cotidiano.

Palestra 2: No dia 03/09/2020 teve-se a contribuição de três palestrantes. O primeiro momento foi dirigido pelo Educador Álvaro Leal Sanches Filho, com a palestra intitulada “Ações práticas para gerar mais empatia em um mundo pós pandemia”. O palestrante iniciou abordando as formas de conexões em tempos de pandemia, que no âmbito educacional recebe o nome de sistema híbrido, sendo este o formato à distância e parcialmente presencial, que no entendimento de Sanches é um sistema que veio para ficar.

No desenvolvimento inicial o palestrante enumerou algumas constatações que realizou no cenário de desafios para a educação, que é o contexto pandêmico. A primeira constatação apontada por Sanches é a paixão que os professores têm pela profissão, pois muitos que não tinham grandes habilidades com *internet* tiveram que se reinventar e usar a criatividade para chamar a atenção dos estudantes no modo *online*, inclusive fazendo investimentos inesperados em tecnologias para não perderem empregos. O palestrante traz como constatação a desigualdade entre educação pública e privada, onde se observou que mais uma vez os alunos de escolas públicas receberam tratamentos desiguais neste período de distanciamento social. Citou dados da UNESCO (2020) para enfatizar que cerca de 1,5 bilhão de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em todo o mundo por causa das excepcionalidades geradas pela (Covid-19). Ressalta que “quanto maior for o tempo em que os alunos ficarem fora das escolas, menores serão as chances de eles retornarem”.

Sanches destaca que todo o movimento árduo que vinha sendo realizado pelo professor para manter o aluno do ensino médio na escola, agora está impactado pelo movimento da pandemia e que o estudante na ociosidade pode ser a porta de entrada para

o mundo das drogas, que é um contexto de violências. Enseja que mesmo diante de mais este desafio os educadores terão que continuar sendo referências para os adolescentes, pelo fato de muitas vezes não as encontrarem no âmbito familiar. O educador sugere que para os profissionais da educação também é necessário dispensar cuidados ao emocional.

Discutindo que o termo empatia é entendido muitas vezes como o “se colocar no lugar do outro”, cita que é humanamente impossível este movimento, pelo fato de haver diferenciações nas cargas genéticas, culturais e de valores familiares. Então, mesmo que se queira colocar “no lugar do outro” não há esta possibilidade, ressaltando que é possível tentar aproximar ao máximo, por meio de um conhecimento mais aprofundado das realidades, convidando o corpo docente a realizar leitura da obra “As cinco feridas emocionais” da autora Lise Bourbeau, que segundo o palestrante, possibilita entender as formas de aproximação para melhor compreender os problemas pelos quais os sujeitos passam, sugerindo que os professores possam aplicar com relação aos estudantes, que muitas vezes não têm suas feridas interpretadas. Contudo, a interpretação da realidade vivenciada pelos alunos possibilita a realização de intervenções humanizadas sendo este um dos movimentos que caracteriza o olhar de empatia.

Discursando ainda, aplicou um teste de perfil comportamental com os professores como forma de mostrá-los que é possível a aplicação na escola com o objetivo de identificar habilidades nos estudantes. Para Sanches, o conhecimento das aptidões dos alunos permite inseri-los em atividades que poderão proporcionar perspectivas de construção de projetos de vida. Na ocasião, indicou testes disponíveis na *internet* sem custos financeiros, que podem ser utilizados no cotidiano escolar como aliados do ensino.

Abrangeu-se, por meio da palestra, a necessidade de se estabelecer um “motivograma” cotidiano na instituição como forma de entender que existem questões como qualidade do ambiente de trabalho, percepção de crescimento profissional, possibilidades de formação continuada e valorização salarial, reconhecimento pelas realizações e a liberdade de criar, influenciam diretamente no fazer profissional. Segundo o palestrante, educadores motivados enfrentam os desafios com afinco. Para ele, alguns aspectos motivadores citados também podem ser aplicados aos alunos, pois quando há a percepção do fator motivador do estudante o professor consegue maior aproximação, o que insurge a empatia.

Salientou a importância de se reconhecer os estilos de aprendizagem que são, segundo Sanches, “o cinestésico, auditivo, visual e digital”. Quando há esta percepção por parte dos professores com relação aos alunos, se reflete sobre as formas mais adequadas

de transmitir os conteúdos como meio de que sejam contemplados por todos da turma, sendo este um aspecto de inclusão.

Finalizou sinalizando que quando se conhece as feridas emocionais dos alunos, o perfil comportamental e habilidades pode-se possibilitar o nascimento de talentos que há em cada um e, dessa forma, permitir que externem os anseios que freiam os desenvolvimentos educacionais para, a partir de então, a instituição trabalhar de maneira técnica para que os estudantes consigam vencê-los e voltem a desenvolver o olhar empático, pois a empatia é aliada do autoconhecimento.

Em síntese, a palestra 2 apresentou um rol de possibilidades pedagógicas que podem ser trabalhadas cotidianamente nas escolas. Os participantes se mostraram receptivos à dinâmica aplicada pelo palestrante, que teve como objetivo demonstrar que é possível desenvolver e efetivar ações que contribuam para que os adolescentes conheçam suas habilidades. O fator motivacional ficou configurado como àquele que impulsiona o protagonismo docente e discente, devendo ser desenvolvido de maneira criativa por toda a instituição educacional. As indicações de leitura e atividades didáticas tiveram aceitação unânime pelos professores presentes no evento.

Palestra 3: A psicóloga Simone Muniz realizou palestra com o tema “Como identificar comportamento do uso de álcool e outras drogas na adolescência”. No primeiro momento desenvolveu-se uma dinâmica com os professores que precisaram ouvir atentamente as instruções passadas pela profissional, o resultado deveria ser o desenho de um carro. Ao término da atividade observou-se que muitos participantes não haviam executado de maneira exitosa. Muniz explicou que se pretendeu despertar nos educadores a importância da escuta atenta, que pode ser colocada em prática com os adolescentes em situação de uso de drogas. Destacou que “nem tudo que se escuta é o que se entende” e o movimento do desenho mostrou que somente uma pessoa falou e não deu abertura para perguntas, o que contribuiu para que alguns não obtivessem êxito na execução.

A Profissional ressaltou a importância do diálogo para o entendimento das problemáticas pelas quais passam os adolescentes que acabam usando substâncias entorpecentes. Muniz descreveu o uso de drogas em estágios: o primeiro estágio é a pré-contemplação, onde há uma negação por parte de alguns adolescentes e outros apresentam estado de rebeldia e questionam as orientações que recebem. A psicóloga salienta que o discurso do medo já não faz efeitos positivos na prevenção. Há a contribuição de que o processo de negação também acontece por parte de muitas famílias que

vivenciam esta problemática, onde não aceitam que algo desta natureza esteja acontecendo no seio familiar e acabam se blindando contra qualquer alerta externa ou interna.

Segundo Muniz, em alguns casos, a família leva o período de 2,5 (dois anos e meio) a 5 (cinco) anos para começar admitir que o filho se aproximou das drogas e, a partir de então, não mais executar o discurso de que os momentos de alterações apresentados eram por motivos diversos, menos pelo uso de substâncias entorpecentes. Argumenta que esta não aceitação por parte de familiares pode ter ligação com o consumo de álcool e outras drogas por demais membros, como por exemplo, pelos próprios pais.

A segunda fase apresentada por Muniz é a da contemplação, onde o adolescente admite ser usuário de drogas, mas não aceita que precisa sair deste processo. Ao chegar à terceira fase, que é a do planejamento ou preparação, é que há uma percepção da necessidade de pedir ajuda e, no caso de estudantes, a escola é fundamental nesta contribuição. Chega-se na fase da ação, onde começa a colocar em prática os esforços para vencer a dependência química, que necessita da articulação de todos que fazem parte de seus cotidianos, pois requer a imputação de tratamentos no âmbito da saúde mental e de demonstrações de afetos. Posteriormente, entra-se na fase da manutenção onde se conseguiu parar com o uso e tenta-se manter o comportamento de distanciamento das substâncias psicoativas.

A palestrante contribuiu citando que o tempo levado de uma fase para outra não pode ser apresentado, porque cada indivíduo reage diferente do outro. Relatou que em suas experiências com atendimento aos adolescentes em situação de uso de drogas, muitos só buscavam a instituição na qual atuava quando o Juiz da Infância e Juventude os encaminhavam. Muniz ressalta, que existe resistência por parte deste público em aceitar que precisa de tratamentos e cuidados para passar da fase da pré-contemplação para contemplação, fato que os faziam abandonar a instituição antes do tempo necessário para a recuperação e que ao saírem tinha-se o conhecimento das reincidências às drogas. Os dados relatados pela psicóloga levaram ao entendimento de que as especificidades que envolvem o uso de drogas por adolescentes, demonstram que o trabalho para que se previna tal aproximação necessita de bases sólidas com o envolvimento de todos.

No intuito de que as escolas participantes da capacitação contribuam na construção destas bases sólidas em conjunto com as famílias, a psicóloga Simone Muniz elencou alguns sinais de que o estudante usa drogas, que são eles:

- ✓ Falta de motivação;
- ✓ Mudança brusca de comportamento;
- ✓ Trocam o dia pela noite (dormem fácil em sala de aula);
- ✓ Alterações súbitas de humor;
- ✓ Olhos avermelhados por muito tempo (em curto tempo a causa pode ser por outras situações como uma alergia);
- ✓ Necessidade de mais dinheiro sem que falem para qual motivo;
- ✓ Desaparecimento de objetos ou dinheiro (a rotina do adolescente precisa ser observada com maior atenção);
- ✓ Troca repentina de amizades;
- ✓ Descuido com a higiene pessoal (no caso de uso do crack e cigarros as pontas dos dedos vão aparecer amarelas ou queimadas);
- ✓ Mudanças no vocabulário (necessidade da comunicação em códigos para que outras pessoas não entendam);
- ✓ Atitudes de culpa e reparação (quando age de maneira agressiva com quem tem carinho, sempre pede desculpa);
- ✓ Passar dias fora de casa;
- ✓ Aparelhos e acessórios que antes não eram utilizados pelo adolescente;

Muniz ressalta que tão importante quanto perceber estes aspectos é entender o histórico de vida de cada adolescente que se apresenta nestas circunstâncias, pois são inúmeros os fatores influenciadores do uso de drogas. Para tanto, a profissional apresentou algumas das possibilidades para auxiliar um aluno que apresenta problemas com drogas.

O primeiro ponto a ser trabalhado, segundo a profissional, é que o professor ou familiar deixe claro sua preocupação com o comportamento do adolescente de modo calmo, dando exemplos concretos e específicos que foram observados, caso não haja reciprocidade por parte do aluno é preciso restabelecer o diálogo em outro momento e deixá-lo refletir. O pré-julgamento e os sermões precisam ser evitados, pois colocam os estudantes na defensiva e a tendência é ao afastamento, melhor enfatizar que o aluno é capaz de mudar e que embora possa parecer difícil é possível. Citou que os elogios são aliados fundamentais neste momento, para tanto sugeriu que se elogie cada passo dado pelo adolescente neste enfrentamento.

Como forma de contribuir, a psicóloga relatou um exemplo de instituição que demonstrou ser eficaz no tratamento de pessoas em situação de uso de drogas em

Rondônia que era mantida pelo estado, a extinta Superintendência de Estado de Políticas sobre Drogas (SEPOAD). Ela relata que o governo mantinha financeiramente unidades de tratamento para dependentes químicos em situação de vulnerabilidade econômica e que eram encaminhados pelas políticas de saúde e assistência, porém ressalta que houve uma descontinuidade das atividades por meio da extinção da política e que esta ação deixou inúmeras pessoas sem condições de continuar com os cuidados. Finaliza abordando que é relevante a implantação e efetivação de políticas de tratamento, mas enfatizou que seria salutar o desenvolvimento eficaz de políticas de prevenção às drogas, que o trabalho realizado no âmbito educacional de maneira científica e técnica pode contribuir para que estudantes não se tornem usuários de substâncias entorpecentes.

Observou-se com a palestra 3, que o conhecimento de sinais de uso de droga por adolescentes e as fases pelas quais atravessam ao se tornarem usuários contribuirá na atuação do profissional de educação, pois ao se depararem com situações desta natureza saberão proceder de maneira adequada e sem estabelecer pré-julgamentos. Pode-se compreender, com as experiências relatadas pela psicóloga, que o trabalho com adolescentes em estágios avançados de drogadição é desafiador, tendo em vista que há baixa aceitação por parte dos adolescentes em continuar com o tratamento, o que possibilita a reincidência. A pauta contribuiu para que houvesse o entendimento de que a Política de Saúde Mental é carente de comprometimento do poder público e que muitas vezes descontinuam programas de relevância social. Tais demonstrações assinalaram que ações de prevenção às drogas são fundamentais e que precisam estar alinhadas ao conhecimento da realidade dos adolescentes.

Palestra 4: O Sr. Claudemir Lúcio Moraes dos Santos, Diretor Técnico da Secretaria de Desenvolvimento social de São Paulo e atua na coordenação da política sobre drogas do estado – dando suporte para 645 municípios, versou que a questão das drogas é uma problemática que se apresenta a nível mundial e que é imprescindível que se invista mais em prevenção. O profissional parabenizou os educadores participantes do evento, pois demonstraram que são preocupados em trabalhar esta expressão preventivamente. Relatou que é um ativista no âmbito da prevenção às drogas e que iniciou sua atuação no Programa Educacional de Resistência às drogas e à Violência (PROERD), o que possibilitou conhecer de perto a realidade enfrentada pelos professores e acompanhar o quanto é desafiador estar em sala de aula e querer implementar atividades novas.

O palestrante ressaltou que, para o trabalho de prevenção ser bem sucedido, há necessidade de se criar vínculos positivos com as pessoas, e os professores têm “uma oportunidade fantástica de criar bons vínculos” pelo fato de muitos alunos não terem uma referência positiva de adultos a seguir no âmbito familiar, então o estudante passa a se espelhar na figura do educador. Acrescentou que acredita na educação e no seu poder transformador de nações e sociedades de modo geral. O palestrante realizou orientação aos docentes para que acreditem na capacidade de causar impactos positivos e de transformação de trajetórias de vida que a profissão tem, chamando à atenção para a atuação humanizada e cuidadosa, por ser um público que trabalha com pessoas em desenvolvimento não podendo compará-los aos adultos. Salientou que os adolescentes estão com a capacidade crítica e de decisão em desenvolvimento e é importante que se entenda que estão em momento de necessidades, conflitos pessoais e abertos a novas experiências, o que pode ser um risco quando não encontram orientações preventivas adequadas.

Para este momento houve a contribuição de que quanto mais acessível os entorpecentes, maior a necessidade de experimentação de tais substâncias, o que coloca os adolescentes em uma condição de desafios aos próprios limites, sendo este, um comportamento natural deste público, necessitando de uma abordagem adequada por parte dos adultos. Citou que “mais importante do que o que vai se dizer é quem vai dizer”, pois a depender do nível de vínculo que se tiver com o adolescente ele poderá internalizar às orientações como poderá ignorá-las e, no caso dos professores, muitos conseguem gerar vínculos, estabelecer uma relação de confiança e ter a atenção do aluno.

O palestrante realizou indicações de materiais e cursos para que os professores possam utilizar na atuação cotidiana. Uma das indicações foi o filme que aborda a prevenção a comportamentos de risco de modo geral, que é “escritores da liberdade”, baseado em fatos reais. Mostra a história de uma professora norte americana que foi residir em um bairro onde havia jovens em extrema vulnerabilidade às expressões da violência, incluindo-se a elas o uso e tráfico de drogas. A professora conseguiu realizar um excelente trabalho e contribuiu para que muitos adolescentes e jovens trilhassem novos caminhos com perspectivas de cidadania.

Ao ser questionado pela pesquisadora sobre a experiência da articulação em rede para a atuação de prevenção e combate às drogas feita no estado de São Paulo, ele relatou que é um desafio, citando que quando houver um aprendizado por parte de todos os envolvidos de como aperfeiçoar o trabalho em rede, haverá uma potencialização dos

resultados, e o que se observa de um modo geral é que ainda estão aprendendo. Mencionou que as boas práticas que pode relatar é que alguns municípios mantêm Conselhos de Políticas de Drogas fortes e atuantes e são formados por profissionais representantes da Educação, Assistência Social, Saúde, Judiciário, Conselheiros Tutelares, representantes do terceiro setor e das associações de pais e mestres, que fazem a articulação da rede e conseguem fazer o *link* com o que acontece nas escolas e realizarem os devidos encaminhamentos.

Ele faz referência que muitos educadores precisam avançar na questão da visão limitada que os faz entender que o fazer profissional é tão somente ministrar a disciplina, pois o proposto da educação é o de transformar a vida das pessoas. Existe um leque de possibilidades a serem desenvolvidas de maneira criativa pelos profissionais da educação. Há o entendimento que deva ser um trabalho conjunto, onde toda a escola precisa se envolver para imprimir o aspecto transformador, incluindo-se nesta responsabilidade uma das principais instituições da rede que é a família e, por sua vez, manter uma boa comunicação com as demais políticas de atendimento.

Para finalizar, o profissional relata que outra experiência de êxito vivenciada por ele foi o envolvimento de lideranças jovens nas escolas, onde se mostraram engajados com demonstrações de ideias e a liberdade participativa influenciou de maneira positiva os demais estudantes. Destacou que quando há a implementação pela escola das ideias propostas pelos estudantes, eles passam a ser protagonistas e se sentem incluídos no processo educacional.

Os aspectos defendidos pelo palestrante do debate 4 (quatro) levou ao entendimento que o desenvolvimento de estratégias pedagógicas no âmbito educacional para prevenir o uso de drogas é salutar, contudo é um contexto que necessita de maiores investimentos. No que tange a atuação em rede, ficou delineado que as ações são ínfimas e que requer avanços para que haja efetividade nas aplicações. O protagonismo juvenil ganhou espaço na fala do palestrante, onde ressaltou que é propulsor de boas práticas e potencializa o aspecto preventivo às drogas.

Palestra 5: Neste ponto houve a compilação de palestras realizadas nos dias 13/09 e 04/10 de 2020, pelo fato de haver uma complementariedade nas contribuições. O palestrante, Prof. Dr. Flávio Corsini Lírio abordou o tema “Drogas e seus efeitos: conhecer para prevenir”. A primeira palestra foi iniciada com a orientação de que a questão do uso de drogas não pode ser trabalhada por um viés moralizante, envolto aos aspectos religiosos e

repressivos, havendo a necessidade de entendimento que este é um problema de saúde pública.

Com relação ao trato no âmbito educacional sinalizou que o aspecto de prevenção às drogas não pode ficar limitado as disciplinas específicas, mas que seja uma atividade interdisciplinar e que se trabalhe um currículo alinhado a realidade concreta, buscando dar voz aos silenciados, excluídos e negligenciados, muitas vezes pelo próprio currículo. Lírio realizou uma crítica a Base Curricular Nacional que trata do currículo mínimo, por entender que os educadores precisam ter a liberdade de abordar o máximo aos alunos. O palestrante contribuiu para que houvesse o entendimento de que às drogas precisam ser trabalhadas por duas dimensões, sendo os vieses da saúde e ampliação curricular, com um olhar de cidadania e do resgate da autoestima dos sujeitos.

Fez referência que as drogas são substâncias naturais ou sintéticas que trazem alterações psíquicas e físicas a quem as utilizam, podendo ocasionar dependência química e se tornar um problema de saúde. No caso dos estudantes, Lírio ressalta que as substâncias psicoativas agem prejudicando o desenvolvimento de aprendizagem e altera o comportamento. Relatou que a aproximação de tais substâncias tem acontecido cada vez mais em idade precoce e que pode ser influenciada pelo convívio social ou pela estrutura familiar. Alerta, ainda, que o período da adolescência é o da autoafirmação perante a sociedade e é neste ponto que entram as influências das redes do tráfico, que atuam nas camadas mais populares no recrutamento para o uso e comercialização.

Para o palestrante há uma progressão do uso de drogas. Começa na experimentação, passa ao uso regular (consome com certa constância determinados tipos de drogas) e por último usa frequentemente não havendo o estabelecimento de dia e hora (caracterizando a dependência química). A chegar ao estágio da dependência torna-se mais difícil o reconhecimento de que há a necessidade de um tratamento por parte do usuário. Portanto, a escola desempenha papel fundamental para que seja feita a prevenção e as etapas apresentadas não aconteçam na vida dos estudantes.

Lírio expõe o seu entendimento a respeito da atuação de escolas militarizadas no tocante às drogas, onde aponta que uma das grandes campanhas é de coibir o uso de substâncias entorpecentes e que, inclusive, quando se detecta um aluno que é usuário a saída encontrada pela instituição é a expulsão ou transferência do estudante, o que não contribui para que aconteça a libertação do vício. O caminho da transferência, segundo Lírio, acaba sendo o mais fácil para que o aluno usuário não influencie outros alunos, demonstrando o viés moralizante citado inicialmente, porém esta é uma saída que não tem

eficácia por ser a que transfere o problema de um lugar para outro. A problemática das drogas recebe trato no âmbito interno à escola, necessitando que se amplie o acompanhamento e conhecimento das questões que envolvem os estudantes para além dos muros escolares, pois o que é cerceado na instituição continua a ser natural nos cotidianos.

Salienta que há vários tipos de drogas e realiza algumas classificações, citando que as drogas depressoras são substâncias que deixam os estímulos nervosos lentos, a exemplo das bebidas alcoólicas, acrescentando que há também o ópio que é extraído da planta papoula e seus derivados que são a morfina e a heroína. Destacou os estimulantes que aumentam a atividade cerebral deixando os estímulos nervosos mais rápidos, excitando especialmente às áreas sensoriais e motoras. Neste grupo estão as anfetaminas, a cocaína e os derivados como o Crack. As perturbadoras que fazem o cérebro funcionar com efeitos alucinógenos, incluindo neste rol a maconha, o haxixe, os solventes e o *Lysergsäurediethylamid* (LSD). Há drogas com efeitos mistos, que são as pílulas tranquilizantes do êxtase, que ao mesmo tempo que dá a sensação de estimulante, também apresenta o efeito alucinógeno. Lírio ressalta que são os efeitos das substâncias apresentadas que causam a dependência dos sujeitos, por acharem que as drogas lhes trarão algum benefício ou recurso que sem elas não teriam.

Citou que com relação aos adolescentes “para convencê-los a fazer determinada coisa, só a proibição, a taxação de que é errado ou que é algo imoral é pouco”, por eles, segundo Lírio, em um momento de experimentação e entendem que o uso de entorpecente pode ser um passaporte para a autoafirmação nas relações de grupo. São os caminhos que os estudantes vivenciam e precisam da contribuição dos educadores para trabalhar o enfrentamento junto com eles, e com o envolvimento da família neste processo.

Houve orientação a prevenção para que adolescentes não sejam cooptados para o uso de drogas. Apontou o diálogo como sendo o caminho mais adequado, pois a recriminação e discriminação fazem com que haja o aprofundamento da problemática. O palestrante indicou que seja ofertada aos estudantes a inclusão em grupos de apoio que a própria escola pode criar. Ressaltou que os grupos são relevantes e que em tempos de pandemia a implementação se torna necessária. Apontou que os encontros podem ser realizados por meio de plataformas virtuais, havendo necessidade de encontrar saídas de atendimentos aos alunos vulneráveis economicamente, pois muitas vezes não tem acesso à *internet* e tecnologias.

Outros aspectos apontados por Lírio são as aproximações da escola com as Unidades Básicas de Saúde, Programas de Saúde da Família e Programa de Saúde na Escola, por ser uma ligação estratégica para trabalhar a problemática do uso de drogas. Asseverou ainda, que no primeiro momento, esta questão precisa ser trabalhada pelo viés da saúde e, se houver necessidade, posteriormente envolver outros atores neste processo. A questão das drogas tem um cunho social e precisa ser incluída no Projeto Político Pedagógico da instituição para que seja discutida cotidianamente, evidenciando-o a partir da realidade de cada escola. Sugeriu que a aplicação por professores ou profissionais convidados, de estratégias comprovadamente eficazes como as terapias cognitivas comportamentais e as motivacionais, podem identificar fatores que são influenciadores negativos ou positivos na vida dos alunos e podem afastá-los ou aproximá-los das drogas.

Na segunda palestra Lírio iniciou reportando que o problema das drogas está ligado à saúde, a educação e a segurança. Esclareceu que é por meio da educação que se tem a possibilidade de transformar a realidade a partir das informações adequadas, podendo contribuir na formação dos sujeitos e possibilitar que não sejam tragados pelo fator da drogadição. O palestrante apresentou o relato de experiência de pesquisa realizada em uma instituição educacional na qual atuou e que teve como objetivo a compreensão da violência juvenil na escola. Informou que, na pesquisa, foi possível detectar que crianças e adolescentes que apresentavam comportamentos violentos vinham de contextos onde a eles eram ensejadas inúmeras expressões da violência. Citou a importância de se indagar os motivos pelos quais estudantes apresentam ações e reações violentas nas escolas, como forma de desenvolver estratégias em consonância com a rede de atendimento para contribuir com o rompimento do ciclo de violências.

Um fator relatado pelo palestrante que chamou a atenção foi que ao passarem por entrevistas de primeiro emprego os adolescentes mentiam o endereço. Mentiam pelo fato de haver uma rotulação do sujeito a partir do seu espaço residencial, o que impossibilitava, muitas vezes, que fossem chamados para as entrevistas.

Com relação às drogas o palestrante citou que foi possível compreender por meio das respostas dos adolescentes participantes da pesquisa, que na região em que viviam o tráfico das substâncias ilícitas era uma questão de “poder”, onde se destacava quem detinha o domínio. O fascínio pelo dinheiro rápido também foi colocado como determinante na aproximação dos entrevistados com as drogas. Lírio discutiu que estes aspectos tornam o cotidiano escolar um ambiente desafiador para a atuação de profissionais da educação e traz consigo todos os perigos, pelo fato de as abordagens

serem monitoradas pela rede de traficantes. Enseja que as abordagens e formações no tocante a esta problemática precisam ser cuidadosas, para que não se coloque em risco às vidas dos adolescentes e dos educadores.

Alegou que foi possível compreender, por meio da pesquisa, que pessoas residentes em áreas vulneráveis como apresentado no parágrafo anterior, na maioria das vezes, tem suas vozes silenciadas ou são marcados como sujeitos que praticam a violência e que não são vistos na sua integralidade dentro das situações que vivenciam e que os levam a situações de riscos. Neste ponto, endossou a importância de se trabalhar um currículo que seja estendido, onde além do conjunto de matérias e conteúdos que são aplicados, se pense na transversalidade de temas e na interdisciplinaridade, e que haja a adoção do chamado “currículo vivido”, que é composto pelas experiências pedagógicas que são adquiridas pelos professores e se mostram relevantes na aplicação no ambiente escolar.

Para tanto, ressaltou que o PPP da instituição precisa estar alinhado com a realidade em que a escola está inserida e trazer questões que são primordiais para a comunidade, onde se deve dimensionar em que a problemática apresentada impacta na unidade escolar e, a partir do diagnóstico, desenvolver medidas que precisam ser adotadas em todos os níveis da escola de maneira articulada por ser responsabilidade de todos. Lírio destacou que com relação às drogas, as comunidades envoltas a este problema precisam ter a sensibilidade de percepção, que cada vez mais são implementadas ações pelos criminosos para que não se identifique a distribuição das substâncias, onde cooptam alunos e os orientam a serem discretos e não apresentarem problemas que chamem a atenção na escola. Observou que há uma preferência por adolescentes em idade cada vez menor para integrarem a rede.

O palestrante citou Michel Foucault e Pierre Bourdieu para tratar do “poder simbólico” que as drogas representam para as pessoas, pois ao serem cooptados os sujeitos se prendem neste processo e posteriormente às consequências são apresentadas em formas de problemas físicos, psíquicos e de relações que podem levá-los a ter suas vidas ceifadas pelo próprio grupo que os inseriu na medida em que não correspondem às exigências impostas por ele.

Com relação a rede de atendimento, disse que o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) que é referenciado no atendimento aos adolescentes e suas famílias. Ensejam orientações por meio de profissionais técnicos de como trabalhar à questão das drogas e realizam o encaminhamento apropriado a cada caso.

Por fim, ressaltou que no âmbito da prevenção às drogas nas escolas pode-se haver a confecção em conjunto com os alunos de um manual com informações relacionadas aos malefícios, expondo o que tais substâncias podem trazer para a vida das pessoas, pois os envolverá no processo que diz respeito a eles.

Todos os pontos destacados pelo palestrante se apresentaram significantes para a atuação docente na prevenção às drogas. O conhecimento de maneira interdisciplinar das drogas e seus efeitos, possibilitará a desconcentração de áreas específicas como biologia e química e ampliará a aplicabilidade no cotidiano escolar. Sugestões como a consideração das experiências profissionais “currículo vivido” no trato a questão das drogas, podem aperfeiçoar as práticas pedagógicas. Observou-se que o palestrante reafirmou o protagonismo juvenil, citado em palestra anterior, como salutar neste processo de prevenção. O conhecimento concreto da realidade dos adolescentes ficou assinalado como estruturador de ações que levam em consideração as especificidades vivenciadas pelos adolescentes nos contextos familiares e social.

Palestra 6: Este momento foi conduzido pelas palestrantes Cássia Nathalia Alves Dias e Yasmin Rosas Leitão, que ministraram a palestra “Dialogando com educadores: prevenção ao abuso de drogas na escola, o que você pode fazer?” Cássia Dias iniciou citando que há uma pressão por parte das famílias e da sociedade como um todo para que as questões das drogas sejam trabalhadas nas escolas e que o educador pode contribuir de duas maneiras principais. Em primeiro lugar, deve-se incentivar uma reflexão por parte da escola para que adotem estratégias e mecanismos de prevenção como, também, trabalhar de forma direta com os estudantes em sala de aula, o que demonstra duas frentes de atuação que envolvem a escola e o professor. Sinalizou que, para haver a elaboração de programas e projetos pela instituição, todos precisam estar engajados em parcerias para que se consiga minimizar a problemática relacionada às drogas.

A palestrante ressaltou que os programas de prevenção efetivos e que apresentam maiores resultados são os que estimulam os adolescentes a exercitarem situações em que estejam vivenciando, pois a faixa etária dos estudantes do ensino fundamental e médio apresenta problemáticas mais específicas. A medida que os programas abordam as questões relacionadas a timidez, a como lidar com frustrações, enfrentar situações de vulnerabilidades relacionadas a agressões, faz com que a dificuldade de socialização e tomadas de decisões os ensinam a ser mais independentes, sem se deixar influenciar pelo grupo de amigos. Para tanto, disse que são estes tipos de

programas que abordam temáticas mais efetivas, pois geralmente são estes os motivos emocionais que levam os adolescentes a experimentar substâncias psicoativas pela primeira vez como forma de compensar problemas vivenciados. Ressaltou que os programas precisam ser trabalhados de maneira multidisciplinar e em parcerias entre todas as disciplinas do currículo escolar, para que se tenham os resultados esperados.

As duas palestrantes apresentaram uma proposta de interação com os professores, à dinâmica teve como propósito a reflexão por parte dos educadores a respeito de pontos que se deve ou não realizar na prevenção do uso de drogas por adolescentes. Foram lançadas afirmativas pelas profissionais, seguidas de mito ou verdade. Posterior a resposta dos participantes, as psicólogas realizavam as intervenções explicando as maneiras mais adequadas de abordagem da temática no contexto educacional, envolvendo os atores escola e família. Seguem na sequência as afirmativas com as explicações:

- Parte da ansiedade do educador sobre o que fazer em sala de aula e na escola como um todo, quando o assunto é drogas, vem do fato de que esse tópico não fez parte de sua formação profissional.

Para esta afirmativa houve a manifestação de 29 (vinte e nove) professores, sendo que 18 (dezoito) disseram que é mito e 11 (onze) verdade. As profissionais de psicologia afirmaram que o exposto é verdade e que o fato de não haver esta abordagem na graduação faz com que muitos professores não se sintam seguros e confortáveis em conversar sobre o tema, o que mostra que nem sempre os cursos habilitam os profissionais da educação para atuarem frente a essa temática, necessitando posterior a formação realizarem cursos complementares focados e específicos para que se consiga trabalhar às questões das drogas. Grande parcela dos educadores acaba não tendo esta oportunidade.

A psicóloga Yasmim Leitão tratou que o nível de ansiedade vindo dos professores, para trabalhar às questões relacionadas às drogas, está relacionado com o aspecto desafiador de realizar intervenção voltada ao tema das substâncias psicoativas com os adolescentes, pelo fato de muitas vezes apresentarem resistências em ouvir por considerarem que são sermões. Cita que o desafio consiste no conhecimento sobre esta temática para além do que alguns estudantes já conhecem na prática. Ressalta que é por todas estas variáveis que não se aprende na graduação a atuar no enfrentamento às drogas nas escolas, sendo necessário estudar todas as variações de contexto para então abordar tal tema.

Ela lembrou que a cultura de abordagem com bases conservadoras por parte da escola e da família, com relação à questão das drogas, os coloca em posição de desvantagens perante aos adolescentes, que irão receber tais orientações de maneira distorcida e poderá os colocar em risco, pois ao invés de prevenir algumas situações que eles possam passar, acaba por incentivar involuntariamente esta aproximação. Advertiu que é fundamental a parte de educação que é realizada com as famílias no sentido de prepará-las para contribuir com o aspecto preventivo efetivo, por ser a escola um ambiente que se pode trabalhar o aspecto das drogas de forma correta e científica. A psicóloga Cássia Dias apontou que a troca de experiências entre os educadores é válida, pelo fato de o que um vivencia pode contribuir no fazer do outro e, desta forma, mitigar o nível de insegurança para tratar do assunto em questão.

Alguns professores se manifestaram pelo *chat* e a educadora S. L. F. citou que “é um tema de utilidade pública”, o que deu margem para que a psicóloga Yasmim Leitão acrescentasse que o comprometimento dos professores em se capacitar para atuar nesta frente mostra que há uma demanda que requer maiores investimentos por parte do poder público, mas que para isto precisam desenvolver projetos que demandam tempo. Porém, podem-se criar estratégias preventivas no âmbito educacional onde os educadores precisarão se despir de pré-julgamentos ou de ações envoltas ao cunho religioso ou político, por serem estes humanos com ideologias definidas ao longo da vida que poderão influenciar no fazer profissional. Citou que isto se faz necessário para que os docentes estejam preparados para acolher aos estudantes que apresentarão as mais variadas realidades e histórias. Cássia Dias contribuiu sinalizando que os professores precisam ser imparciais enquanto profissionais de educação pelo fato do educador ser formador e não sugestionador ou direcionador dos estudantes para posicionamentos próprios.

A palestrante continua acrescentando que aos professores compete formar pessoas que farão análises críticas das realidades vivenciadas por elas e que, para tanto, a formação continuada contribui para que estejam preparados para atuarem nas mais variadas questões que emergem na sociedade. Salientou que a atuação de profissionais do âmbito da psicologia e serviço social nas escolas contribuiria para que movimentações maiores em aliança com os professores pudessem ser realizadas no âmbito da prevenção, pois os nichos relacionados a temática das drogas são diversificados e compete as mais variadas especialidades trabalhá-lo. Para finalizar este ponto a psicóloga respondeu a seguinte indagação da professora A. A. “Onde e como pedir ajuda quando perceber que um jovem ou uma criança estão precisando de ajuda de um psicólogo?” A resposta foi que,

no primeiro momento, se deve procurar a coordenação da escola que encaminhará a demanda para a Secretaria de educação para atendimento no Núcleo Psicossocial e a partir daí se realizam os encaminhamentos para atendimento pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAP's) ou pelo Hospital Coronel Mota, que são as instituições no âmbito da Saúde Pública que atendem casos de Saúde Mental em Roraima. Contudo, acrescentou que há uma demanda expressiva nestes serviços e que nem sempre conseguem atender a todos em tempo hábil.

- Quando um funcionário flagra um aluno consumindo uma substância ilícita na escola deve imediatamente repreender.

Para esta afirmativa todas as participações no *chat* responderam que é mito. A professora A.A. citou “Uma conversa amigável e de forma a acolher... não sabemos o que se passa na vida dele, que tipo de trauma, cultura, estrutura familiar que ele tem”. A psicóloga Cássia Dias confirmou que esta é uma afirmativa não condizente, e Yasmim Leitão disse que quando um colaborador da escola identificar um aluno consumindo substâncias psicoativas deve-se evitar as ações de repreensão, pois pode afastar a oportunidade que se tem de transformar o quadro em questão. Sinalizou que o melhor caminho é o diálogo em conjunto com a gestão escolar no primeiro momento sem causar alardes para que o estudante não seja estigmatizado e para que não seja uma consequência de alguma expressão da violência vivenciada pelo estudante.

- A maneira de agir nos casos de consumo de drogas dentro da escola deve estar prevista no regimento da instituição.

Na terceira afirmativa, 5 (cinco) professores disseram que é mito e 3 (três) responderam que é verdade. O professor O. O. S. se manifestou tratando que é “mito, pois a cada dia que se passa aparecem drogas diferentes”. As psicólogas sinalizaram que é mito pelo fato do regimento ser um conjunto de normas e que caso não sejam cumpridas serão aplicadas punições, o que enseja um caráter punitivo. Nesse caso, quando se fala sobre questões comportamentais de crianças e adolescentes precisa-se pensar, segundo as profissionais, em um caráter educativo. Yasmim Leitão sugeriu que a escola elabore um documento (plano de trabalho) voltado para o tema das drogas como forma de guia para o desenvolvimento de ações educativas e inserir neste os adolescentes, e ressalta que é importante manter um diálogo com as famílias como forma de integração social, onde os

alunos se sintam seguros. Finalizou citando que quando se desenvolve ações educativas e não punitivas contribui-se para que não aumentem as estatísticas de envolvimento de pessoas em desenvolvimento com o uso e tráfico de drogas.

Cássia Dias observa que os regimentos devem ter normas iguais para todos, onde as regras são universalizadas e quando se diz respeito a comportamentos esta universalização não é possível, pelo fato dos casos se diferenciarem e os fatores que levam um estudante a usar drogas não serem os mesmos que influenciem o outro. Portanto, as abordagens precisam ser diferenciadas de acordo com o contexto de cada um. Para a psicóloga as normas do regimento escolar nem sempre serão viáveis para a abordagem à temática das drogas.

- Convidar palestrantes, uma ou duas vezes por ano, para falarem na escola não tem o menor efeito na mudança de comportamento, ou mesmo de visão dos estudantes em relação às drogas.

Para esta afirmativa 9 (nove) professores responderam que é mito e 5 (cinco) disseram que é verdade. A professora E. P. citou no *chat* que “Não basta só uma palestra, é necessária uma intervenção mais intensa”. A psicóloga Cássia Dias citou que a afirmativa é verdadeira, porém acrescenta que, com relação a este aspecto, há divergências entre os estudiosos, pois a grande maioria acredita que as palestras têm uma abordagem ampla e um público maior. Quando se fala da temática das drogas com adolescentes é necessária uma abordagem mais focada. Segundo ela as palestras incidem resultados mínimos, pois quando o objetivo é a prevenção às drogas os estudos não apontam resultados efetivos, pelo fato de não ocasionarem mudanças de comportamentos ou gerarem uma análise reflexiva nos estudantes.

A palestrante salientou serem pessoas que não fazem parte de seu convívio cotidiano e, portanto, não haver um estabelecimento de vínculos acaba gerando uma resistência em alguns adolescentes, o que traz como consequência o não desenvolvimento das reflexões almejadas. Indica que as oficinas com atividades práticas onde há o envolvimento de profissionais externos e internos terão maior efetividade, porém ressalta que se não houver possibilidade de aplicação por motivos financeiros ou pelo fator tempo e só tiver como opção a palestra, então que seja realizado um trabalho anterior à palestra pelos professores, promovendo discussões e reflexões em salas de aula a respeito da temática que será abordada. Sugeriu que os professores peçam para os alunos realizarem

pesquisa (em jornais, revistas ou na *internet*) e relatarem suas experiências (sem exposição dos envolvidos), entre outras dinâmicas que os colocarão em contato com o tema e realizado por pessoas as quais possuem vínculos, que são os educadores e, assim, quando forem para a palestra já terão uma série de posicionamentos com relação ao proposto.

A psicóloga considerou que é importante que se realize um diálogo pós palestra com os estudantes para o levantamento dos aspectos positivos, onde eles poderão relatar o que apreenderam com relação ao apresentado e o professor abstrair deles os pontos de melhorias, ou seja, o que faltou e o que poderia ter sido abordado. Aproveitando o ensejo para pedir aos alunos que sugiram novas dinâmicas, pois desta forma o aluno aprenderá a ser crítico e a realizar análises antes e depois das palestras ofertadas, assim se sentirão parte do processo. A profissional cita que se estas etapas forem realizadas é possível que se tenha efetividade com uma palestra.

- A família não deve ser informada caso o aluno esteja consumindo drogas na escola.

No que se refere a afirmativa em questão houve a manifestação de 12 (doze) professores dizendo ser mito. A professora S. L. F. citou no *chat* que é “Mito porque a família é responsável legal, se perceber que a família está envolvida, então acionar as autoridades responsáveis”. As psicólogas confirmam que é mito por haver a necessidade de comunicação aos responsáveis de casos que envolvam crianças e adolescentes. Yasmim Leitão falou que a família precisa ser informada, porém o aluno terá que ser informado de tal decisão. Este diálogo precisa ser realizado de maneira a orientá-los devido ser assunto delicado e nem todas as famílias aceitam que esteja acontecendo no contexto familiar. Ressaltou que o cuidado é para que não aconteça nenhum tipo de ameaça, violência física ou psicológica por parte de familiares. A família precisa ser convidada à ir até a escola e, desta maneira, se faça a orientação no sentido de explicar que o consumo de drogas é uma resposta comportamental a outros fatores que possam estar acontecendo. É possível a superação por meio de tratamento e afetividades. Outro fator apontado pela palestrante é a oferta de contribuição às famílias por parte da escola ao realizar os encaminhamentos adequados para esta questão. Segundo a profissional, ao realizar tais procedimentos pode-se evitar que os familiares interpretem a situação de maneira deturpada e tenham reações que contribuam para que a problemática do uso de drogas seja ampliada na vida do adolescente.

- O trabalho do professor deve dirigir-se, prioritariamente, ao grupo de alunos que não usa drogas ou no caso de álcool e tabaco, só experimentou ou usa eventualmente.

A afirmativa despertou a manifestação de 12 (doze) professores para mito e 1 (um) disse ser verdade. Cássia Dias salientou que é verdade, pois o educador utiliza a prevenção universal que é o trabalho com estudantes que não fazem uso de drogas ou que realizam de maneira eventual. Abordando que quando se foca nesta prevenção se impede ou retarda a utilização, e aos que são usuários eventuais se possibilita a minimização do uso ou que eles parem de usar. A psicóloga trata que quando se consegue realizar intervenções mais focadas e os adolescentes conseguem entender os impactos negativos que as drogas podem causar em suas vidas, as chances de se ter bons resultados nas ações preventivas são maiores. Sinalizou que o trabalho com os estudantes que fazem uso frequente precisa ir além da sala de aula por serem casos que terão que ter acompanhamento por especialistas de uma equipe multiprofissional para que possa ter a possibilidade de deixar a dependência química, e que este acompanhamento precisa ser com o usuário e a família.

A palestrante citou que ao desenvolver programas e projetos de prevenção às drogas nas escolas, se deve incluir prioritariamente os estudantes em estágio universal. Os profissionais técnicos que atuam nas instituições que fazem parte da rede de atendimento no âmbito das diversas políticas públicas precisam cada vez mais da atuação dos educadores para realizarem a prevenção às drogas na ponta; por serem atores que estão diretamente envolvidos nos cotidianos dos adolescentes estudantes e por serem, muitas vezes, referências para eles. As psicólogas fecharam a palestra com as seguintes frases “a gentileza é o jeito mais bonito de ser sol no dia nublado de alguém”, e “Todos enfrentam batalhas que não sabemos nada a respeito”. As frases foram para levar uma reflexão aos professores com relação às drogas. Muitas vezes não se sabe as batalhas que os estudantes enfrentam e o contexto que eles vivenciam e os educadores podem ser o sol no dia nublado dos alunos e fazerem a diferença na vida de cada um, pois ser gentil não tem custo. Yasmim Leitão acrescenta que quando os profissionais de educação fazem a diferença na vida dos estudantes, colaboram para que seus trabalhos como educadores sejam mais eficazes e com maior qualidade.

A palestra 6 envolveu todos os professores participantes. As profissionais de psicologia realizaram uma dinâmica que os convidou a uma reflexão sobre os aspectos que

são adequados para serem trabalhados na prevenção às drogas com adolescentes nas escolas. Percebeu-se, ao longo da atividade, que um número significativo de docentes interpretou alguns pontos levantados de maneira equivocada. Ao passo que os pontos iam sendo esclarecidos pelas palestrantes os professores se mostravam surpresos nas mensagens expostas no *Chat* da reunião. Ao final agradeceram pela qualidade da palestra que contribuiu para que tivessem o entendimento das decisões assertivas no trato ao aspecto do uso de drogas.

Para finalizar o evento aconteceu a participação musical com o representante da sociedade civil Mozart Andrade, que apresentou um repertório de música popular brasileira e contribuiu para que houvesse uma interação entre os professores que utilizaram o *chat* da reunião para dialogarem. Na ocasião foi solicitado aos professores que se manifestassem via mensagens com relação à contribuição proporcionada pelo webnário de capacitação na atuação no âmbito da prevenção às drogas no contexto educacional. Atendendo ao solicitado pela pesquisadora, os educadores apresentaram as seguintes frases:

2:53:01.139,02:53:04.139

M.S.: Muito proveitoso!

02:54:34.094,02:54:37.094

M.C.: Trabalho muito bom! Esclareceram muitas questões. Obrigada!

02:54:34.628,02:54:37.628

M.I.V.G.: Foram 3 dias de conhecimentos e aprendizados. Muito bom. 🙌🙌🙌🙌

02:56:43.326,02:56:46.326

R.F.: Palestras enriquecedoras para um aprendizado de qualidade.

02:57:14.615,02:57:17.615

S.S.P.R.: Todas as palestras foram muito proveitosas. (CHAT GOOGLE MEET, 2020)

As mensagens mostram a importância de se realizar eventos de capacitação para professores voltados à prevenção às drogas. Ao longo dos três dias de Webnário, observou-se que os educadores se mostraram interessados na temática e preocupados com a realidade na qual atuam, configurando o aspecto social deste produto de mestrado profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apontou que a adolescência é considerada um período de mudanças, que aumentam as possibilidades de adesão as novas experiências e relacionamentos. Devido às especificidades deste período pode haver maior propensão às vulnerabilidades sociais que são influenciadores no uso de substâncias psicoativas. A demanda de adolescentes apreendidos com drogas em Boa Vista - Roraima pela Polícia Civil nos anos de 2019 e 2020, parece confirmar a premissa, bem como justificar a realização deste estudo para conhecer o papel da escola no âmbito da prevenção a esta expressão da violência e intervir, por meio de capacitação de docentes, para atuarem de maneira interdisciplinar no enfrentamento desta questão e possibilitarem a construção de projetos de vida cidadã.

A pesquisa se desenvolveu no sentido de acolher ao objetivo de entender a prevenção ao uso de drogas por adolescentes em escolas públicas como tema transversal inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais 1997/1998, para tanto, aproximou-se de teorias no que tange à prevenção ao uso de substâncias psicoativas por adolescentes no âmbito escolar. Todo estudo necessita de aspectos legais que o ampare, desta forma, utilizou-se, os PCN's (1997/1998) para subsidiar a compreensão de temas que podem ser trabalhados de maneira cotidiana pelas instituições educacionais como forma de intervir na problemática apresentada. Pelo fato de se ter como público-alvo os adolescentes, houve um delineamento bibliográfico em consonância com o ECA (1990) e CFB (1988), no que se refere à caracterização da adolescência e a Doutrina da Proteção Integral. Foi salutar a análise de obras já construídas a respeito da ligação de adolescentes com as drogas.

Para atender a completude do primeiro objetivo específico, identificou-se nos PCN's (1997/1998), o tema cidadania. Libâneo (2007) apontou que um dos objetivos da escola é "a formação para a cidadania crítica e participativa". Os autores Pereira e Carloto (2016) discutiram sobre o citado objetivo, onde sinalizaram que "é a formação de um aluno capaz de exercer a cidadania, compreender e aplicar os direitos de cada indivíduo, ser crítico e participar dos processos de transformação da sociedade, opinando e interferindo positivamente". Compreendeu-se, por meio dos levantamentos realizados ao longo do primeiro capítulo, que as Constituições Federais Brasileiras anteriores a 1988 traziam aspectos de caráter segregacionista, onde descreviam que o direito à educação era ensejado a todos os "cidadãos", porém delimitavam o público que acessaria este direito de cidadania.

Compreendeu-se os avanços no desenvolvimento do tema cidadania no âmbito educacional por meio da Constituição Federal Brasileira de 1988, que descreve no art. 205 que a educação é um direito de todos, apontando quais são as instituições responsáveis por garanti-la. Trata que “a criança e adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. (BRASIL, 1988). Encontrou-se tal aspecto na LDB 9394/1996 e no ECA (1990) mostrando-se, a relevância do estudo realizado para o entendimento com relação a aplicabilidade prática de tais aspectos, o que fez emergir os desafios envolvidos a efetivação do exposto nas leis. Desta forma, construiu-se um retrato da dissonância social brasileira por meio de artigos científicos publicados onde mostram as desigualdades pelas quais vivenciam a população vulnerável economicamente. Sendo estas apontadas como propulsoras de evasões escolares que coloca um número relevante de pessoas em desenvolvimento na ociosidade e que, em consequência, podem se aproximar do contexto das drogas e implicar na construção da cidadania.

Como forma de localizar o leitor ao espaço geográfico onde se realizou a pesquisa, foram pontuadas as especificidades sociais, econômicas, políticas e questões de ordem ilícita relacionadas às drogas que fizeram e fazem parte desta capital, e implicam nas vulnerabilidades vivenciadas por adolescentes moradores dos bairros da zona oeste.

O expansionismo das substâncias entorpecentes ilícitas foi demonstrado no segundo capítulo por meio de levantamentos em *sites* de instituições da Segurança Pública, jornalísticos e estudos científicos anteriores. Apreendeu-se que as questões fronteiriças pelas quais o estado de Roraima está envolto, possibilitam a integração do município de Boa Vista à geopolítica do tráfico de drogas, o que se observou por meio da pesquisa de Couto e Oliveira (2017) onde mostram a conexão de Bogotá, capital da Colômbia, até Pacaraima e Boa Vista, passando pela Venezuela. A questão da segurança nas fronteiras Amazônicas foi discutida e chegou-se ao entendimento, por meio do estudo de Couto e Oliveira (2017), que os aparatos de segurança instituídos não têm sido suficientes para reduzirem as atividades ilegais. O SISAM (2019) contribuiu para que se conhecessem as fragilidades pelas quais as fronteiras da Amazônia estão envoltas e a necessidade de se firmar parcerias com os setores da Ciência, Tecnologia e Segurança Pública para conter a entrada de drogas ilícitas no Brasil.

Levantamentos realizados no *site* da Polícia Civil de Roraima proporcionaram conhecer a atuação de traficantes no espraiamento de substâncias entorpecentes no âmbito local. Na ocasião, compilaram-se dados da apreensão de traficantes que estavam

atuando ao entorno de escolas e colocando estudantes em situação de risco. Observou-se em dados divulgados pela Polícia Federal de Roraima, que havia relevantes atuações de traficantes de substâncias entorpecentes em Boa Vista em 2018.

Os levantamentos realizados neste capítulo levaram ao entendimento de que os mapeamentos dos pontos críticos às expressões da violência são de relevância social, pois o último realizado pela prefeitura de Boa Vista em 2015 e divulgado na imprensa local, apontou 85 pontos de drogas em 13 bairros da capital. Contudo, mesmo sendo salutar realizá-los, não há mapeamentos posteriores. Ao buscar-se, por meio de requerimento, realizar análise do documento em sua originalidade, verificou-se a impossibilidade de acessá-lo. A Prefeitura informou que o referido não se encontrava nos arquivos institucionais, mas que estava de posse da empresa que foi contratada para realizá-lo. Os fatos citados demonstraram a necessidade de haver um comprometimento por parte dos gestores públicos em realizar tais mapeamentos e sugere-se que aconteçam anualmente para que se consiga desenvolver projetos de cunho preventivo às expressões da violência em espaços vulneráveis socialmente.

Utilizou-se a pesquisa de Oliveira (2016) para elencar os determinantes e consequências da aproximação às drogas por adolescentes em Boa Vista - RR. O estudo levou-se a compreensão que são inúmeros os influenciadores do uso de drogas por adolescentes e podem ser propulsores para a entrada deste público para a criminalidade. Citou-se na pesquisa, Oliveira (2018), que evidenciou no seu levantamento o número expressivo de adolescentes que cometeram atos infracionais e que tinham, em seus processos, as especificações das drogas as quais usavam. As citadas pesquisas contribuíram para que se confirmasse a necessidade de intervenções preventivas às drogas e a atuação efetiva da rede de proteção aos adolescentes.

Algumas literaturas foram consultadas para abordar a atuação de equipe multiprofissional (Psicólogos e Assistentes Sociais) nas escolas como forma de contribuir na prevenção às expressões da violência no âmbito educacional, por serem técnicos habilitados que contribuirão para que não haja violação de direitos de crianças e adolescentes. Considerou-se, para este ponto, a problemática de aulas remotas em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia do Coronavírus em Boa Vista - RR, que pode ter acentuado as desigualdades na educação, tendo em vista que, para se ter acesso ao ensino neste modo, há necessidade que se tenha aparelhos tecnológicos e disponibilidade de *internet*, o que se torna inviável para famílias em situação de pobreza econômica.

Contextualizou-se a zona oeste de Boa Vista por ser o espaço onde se localiza o bairro que está inserido o colégio participante do estudo de caso e por ter sido identificado nos levantamentos anteriores realizados pela pesquisadora como um contexto de vulnerabilidade às drogas na capital. Percebeu-se com o estudo, que é um espaço geográfico que se expandiu a partir do processo migratório (1987 a 1990) pela corrida do ouro e onde se concentra o maior número de bairros da capital, em consequência se apresenta como o mais populoso. Ficou delineado que a questão habitacional esteve envolta a situações de ordem política, onde foram construídos inúmeros conjuntos habitacionais para atender a demanda do contingente de migrantes em situação de pobreza.

O estudo da zona oeste possibilitou a aproximação com a realidade de vulnerabilidade e violências, onde a questão das drogas se apresenta acentuada e coloca um número expressivo de adolescentes em risco. Comprovou-se, por meio do levantamento de dados realizado na instituição Polícia Civil de Roraima, que os fatos apresentados na imprensa local e *sites* institucionais da Segurança Pública, com relação ao envolvimento de adolescentes com as drogas na zona oeste são pertinentes, tendo em vista que as estatísticas da Polícia Civil apontaram que 134 (cento e trinta e quatro) adolescentes foram apreendidos com drogas neste espaço geográfico da capital Boa Vista em 2019 e 2020, até o mês de junho.

Tais dados contribuíram para o desenvolvimento do terceiro objetivo específico da pesquisa. O estudo de caso realizado no Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima foi precedido de reiteradas visitas pela pesquisadora, que observou que o espaço possui uma estrutura adequada para o desenvolvimento escolar. Porém, realizou-se por meio da obra de Oliveira (2016), a interpretação crítica dos modelos de escolas cívico-militares, por ser, segundo o autor, um modelo que estigmatiza os jovens e os colocam em condições de executores da violência.

A análise realizada no PPP do colégio em questão apontou que há consonância entre o descrito em alguns de seus pontos com os textos dos PCN's, pois se observou que o tema cidadania e os demais temas transversais se encontram no referido documento. Identificou-se que os aspectos que consideram a realidade dos alunos e respeitam suas experiências compunha o documento, como também, a defesa pela dialética entre aluno/professor.

Para compreensão da prática de tais ações, realizou-se entrevista com a gestora pedagógica do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima. No que tange às ações de

prevenção a aproximação às drogas como propulsor de construção de cidadania, observou-se uma dissonância entre os descritos nos PCN's, pois "Com a transversalidade, os temas passam a ser partes integrantes das áreas e não externos e/ou acoplados a elas, definindo uma perspectiva para o trabalho educativo que se faz a partir delas" (BRASIL, 1997). O citado dá subsídio para o entendimento de que os temas transversais precisam estar alinhados as mais variadas disciplinas.

A prevenção às drogas nas escolas pode ser trabalhada dentro do tema Saúde com perspectivas de alcançar o tema Cidadania. Na entrevista pode-se compreender que às ações voltadas para esta problemática são realizadas de maneira pontual, duas vezes ao ano, compreendendo a dinâmica de palestras com PROERD e com atores sociais que não fazem parte dos recursos humanos do colégio, conforme citado pela gestora pedagógica. O fato de existirem outras demandas de expressões da violência não é considerado como aspectos prioritários de prevenção às substâncias psicoativas por haver a militarização, ponto que pode ser compreendido na fala da gestora e que se encontra compilado no terceiro capítulo desta pesquisa.

Os fatores de vulnerabilidade social vivenciados pelos estudantes foram citados pela entrevistada como: às questões das drogas; o envolvimento de alunos com facções criminosas, onde já houve adolescente julgado por "tribunal do crime"; casos de alunos que passam dias fora de casa e as famílias não sabem informar onde estão; ausência de afetividade familiar; vulnerabilidade econômica (alunos desmaiaram na escola por falta de alimentação); casos de abuso sexual contra adolescentes e tentativas de suicídios. Tais fatores demonstraram que são inúmeras as vulnerações vivenciadas pelos estudantes de uma escola pública de ensino fundamental II e médio que se localiza no bairro equatorial na zona oeste de Boa Vista - RR.

A partir de tais constatações e como forma de intervir por meio de projeto de cunho social e cultural, desenvolveu-se um Webnário de capacitação de professores como forma de sugerir a aplicabilidade cotidiana dos aspectos descritos nos PCN's e, desta forma, contribuir de maneira humanizada para que os alunos não tenham seus projetos de vida interrompidos e possam, por meio da educação, construir suas cidadanias.

O evento teve como resultado a contribuição de 7 (sete) palestrantes que apresentaram temas relacionados às drogas e a rede de proteção às vulnerações de pessoas em desenvolvimento e atingiu-se um público de 52 professores nos três dias de evento. A primeira palestra contribuiu para que houvesse o entendimento de que às questões relacionadas às drogas identificadas nas escolas precisam ser notificadas ao

Conselho Tutelar, por ser esta uma instituição que integra à rede de proteção à criança e ao adolescente e estar apta a realizar procedimentos mais adequados para cada caso. O palestrante ressalta que os Conselhos Tutelares devem estar interligados com a rede de atendimento, principalmente com a política de saúde mental, por ser uma situação que o diálogo por si só não resolverá. Porém, para que se tenham resultados efetivos na atuação CT, as demais políticas de atendimento precisam desenvolver seus papéis.

A participação da gestora pedagógica Sra. N. A. P. reafirmou as vulnerabilidades sociais vivenciadas por bairros da zona oeste e que cada vez mais se aproxima do contexto escolar, pois a escola está inserida na chamada “zona vermelha” por causa da atuação de facções criminosas. Este Fato contribui para que a instituição encontre dificuldades em formar recursos humanos, já que as pessoas demonstram medo em atuar na escola e os professores, ao identificarem problemas com as drogas, acabam se omitindo por temer represália por parte de facionados. Tais relatos demonstraram que a citada zona necessita da atuação do poder público por meio das políticas de educação, saúde, assistência e segurança de maneira articulada, com o objetivo de se encontrar saídas para a problemática apresentada. Contudo, tem-se a síntese de que a missão da escola é desafiadora e precisa do envolvimento de todos para que o medo perca espaço para a confiança e se adote uma política interna de prevenção às drogas que atinja toda a comunidade.

Com a segunda contribuição se observou a importância do desenvolvimento de ações educacionais que coloquem os adolescentes como protagonistas das construções. Ressaltou-se que o contexto de pandemia tornou esta tarefa ainda mais complexa por causa do distanciamento social. Entretanto, o palestrante sugere que os professores continuem sendo referências para os alunos, sem se descuidarem do emocional. O aspecto motivacional foi defendido por Sanches como uma saída para se trabalhar a prevenção às drogas, onde indicou literaturas e testes disponíveis na *internet* que contribuirão para este fazer.

A palestra da Psicóloga Simone Muniz possibilitou conhecer aspectos que identificou o uso de drogas por adolescentes e apresentou as fases de tais substâncias e possibilidades de intervenção na problemática. Todavia, ressaltou que tão importante quanto perceber estes aspectos é entender o histórico de vida de cada adolescente que se apresenta nestas circunstâncias, pois são inúmeros os fatores influenciadores do uso de drogas.

Pode-se compreender por meio da participação do Sr. Claudemir Lúcio Moraes do Santos, diretor técnico da Secretaria de Desenvolvimento social de São Paulo e que atua na coordenadoria da política sobre drogas do estado, que é imprescindível investimentos na prevenção às drogas, por ser um aspecto que se desenvolve a nível mundial. Salientou a importância do trabalho realizado por professores nas escolas e acrescentou que é importante a criação de vínculos para estabelecer confiança com os adolescentes, de modo a desenvolver orientações preventivas adequadas e humanizadas. Para Santos, a atuação em rede ainda é ínfima e observou que quando houver o aprendizado de como se dará este trabalho, haverá uma potencialização dos resultados.

O palestrante Lírio apresentou que a questão das drogas precisa ser trabalhada de maneira interdisciplinar no âmbito educacional por meio de um currículo alinhado a realidade concreta onde a escola está inserida. Sinalizou que é uma problemática que deve ser enfrentada por duas dimensões: pelos vieses da saúde e ampliação curricular com um olhar de cidadania e do resgate da autoestima dos sujeitos. Houve, nesta palestra, a classificação das drogas e os efeitos que causam no organismo humano. Alcançou-se, ao longo da exposição, que as rotulações e orientações moralizantes não devem acontecer no trato aos adolescentes, pois podem distanciá-los do contexto educacional e aproximá-los das substâncias psicoativas.

Destacou a importância do trabalho de um currículo. Onde leve em consideração a transversalidade de temas, a interdisciplinaridade e, também, que se adote o chamado “currículo vivido” que é composto pelas experiências pedagógicas adquiridas pelos professores e relevantes na aplicação no ambiente escolar.

A última palestra proporcionou o saber referente aos aspectos que precisam ser trabalhados pelos professores na prevenção às drogas nas escolas e os que precisam ser evitados. Tal compreensão se deu por meio de dinâmica realizada por profissionais da psicologia. O momento teve relevante participação dos professores que demonstraram contentamento em receberem as orientações.

A habilitação ainda na graduação dos educadores para tratar o tema de prevenção às drogas foi debatida como forma de evidenciar que nem sempre tal assunto faz parte dos currículos, o que define a necessidade de formações continuadas no que refere à temática tratada. O fator repreensivo às ações de uso de drogas identificadas pelos professores foi citado pelas psicólogas como aquele que repele a aproximação dos alunos. As profissionais defenderam que as intervenções de prevenção às drogas não devem estar pautadas no regimento da escola pelo fato de ser um conjunto de normas passíveis de

punições. No que tange às palestras esporádicas de prevenção às drogas, orientou-se que algumas vezes não apresentam efetividade pelo fato do palestrante não fazer parte do convívio do adolescente e desconhecer a realidade na qual está inserido. Ressaltou-se o cuidado na comunicação às famílias sobre casos identificados de usos de drogas, para que se evite ameaça, violência física ou psicológica contra os adolescentes. Teve-se como contribuição final a orientação que aos professores compete o trabalho na fase universal do uso de drogas (que antecipam o uso ou nos estágios iniciais).

No entanto, a pesquisa não esgota as possibilidades de intervenção na expressão da violência do uso de drogas por adolescentes, mas no que concerne ao entendimento do papel da escola na prevenção a problemática, tendo em vista, que ao realizar estudo de caso do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima, localizado na zona oeste do município de Boa Vista e ter havido a participação da escola Maria Sônia de Brito, pertencente ao referido espaço geográfico, possibilitou-se o entendimento de que os citados centros educacionais estão envoltos a desafios de ordem social e que às atividades preventivas desenvolvidas, são ínfimas e necessitam de ações ampliadas.

Para tanto, delineou-se que fatores como: conhecer a rede de proteção à criança e ao adolescente, articulação com a rede de atendimento, aproximação da comunidade onde a escola está inserida, aplicabilidade dos temas transversais de maneira interdisciplinar por professores, conhecimento da realidade dos alunos, inserção da família no cotidiano escolar e o desenvolvimento de uma política interna de prevenção às drogas poderão contribuir para mitigar os índices de adolescentes que interrompem seus projetos de vida. Cumpriu-se com este estudo a função social de intervenção na realidade vivenciada por escolas da zona oeste de Boa Vista - Roraima, com a perspectiva de que pessoas em desenvolvimento tenham a possibilidade de construir à cidadania.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, G. org. **A educação para a autonomia**: construindo um discurso democrático sobre as drogas. In: *Avessos do prazer: drogas, Aids e direitos humanos*. 2nd ed. rev. andenl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/bggvf/epub/acselrad-9788575415368.epub>>. Acesso em: 24 ago. 2020.
- AGÊNCIA, Senado Federal. Promulgada lei que garante atendimento de psicólogo a alunos de escolas públicas. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/promulgada-lei-que-garante-atendimento-de-psicologo-a-alunos-de-escolas-publicas>>. Acesso em: 18 jul.. 2020.
- ALVAREZ, Simone Quadros; GOMES, Giovana Calcagno; XAVIER Daiani Modernel. **Causas da dependência química e suas consequências para o usuário e a família**. 2014. Recife. REVISTA DE ENFRMAGEM. UFPE.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na escola**: o encontro da realidade com a educação. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997.
- ÂMBITO JURÍDICO. **O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro**. 2010. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/o-direito-a-educacao-no-ordenamento-constitucional-brasileiro/>>. Acesso em: 13 mar. 2020.
- ABRAMOVAY, Miriam; Castro, Mary Garcia; Pinheiro, Leonardo de Castro; Lima, Fabiano de Sousa; Martinelli, Cláudia da Costa. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO/ BID, 2002.
- ARAÚJO, Ulisses F; KLEIN, Ana Maria. **Escola e comunidade, juntas, para uma cidadania integral**. 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/134/166>>. Acesso em: 11 mar. 2020.
- BAVARESCO, Elizete Zuchinali; CARVALHO, Saulo Rodrigues. **Prevenção ao uso indevido de drogas**: um desafio para a escola. Paraná. 2016.
- BELLENZANI, Renata; Malfitano, Ana Paula Serrata. **Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual**: um olhar a partir da articulação entre saúde e direitos humanos.

Saúde e Sociedade. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902006000300010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 5 abr. 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8069/90**. Vade mecum do Serviço Social. 7ª. ed. Fortaleza: Pótere, 2016.

_____. Agência Senado Federal. **Promulgada lei que garante atendimento de psicólogo a alunos de escolas públicas**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/promulgada-lei-que-garante-atendimento-de-psicologo-a-alunos-de-escolas-publicas>>. Acesso em: 18 jul. 2020.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Nota Técnica. **Proteção de Crianças e adolescentes no contexto da pandemia da COVID - 19**: consequências e medidas necessárias para o enfrentamento. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35609>. Acesso em: 24 ago. 2020.

_____. Conselho Federal do Serviço Social (CFESS). 2001. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. 2001. Brasília. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. Conselho Federal do Serviço Social (CFESS), (2011). **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Saúde e Prevenção nas Escolas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/projeto-saude-e-prevencao-nas-escolas-spe>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Consultado em: 13 abr. 2019.

_____. **Constituição** (1988). Vade mecum do Serviço Social. 7ª. ed. Fortaleza: Pótere, 2016.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações Subsecretaria de Edições Técnicas. **Constituições Brasileiras**. 3ª edição Brasília. 2012.

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v_1_1824.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.

_____. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 30 mar. 2020

_____. Agência IBGE Notícias. **Abandono escolar é oito vezes maior entre jovens de famílias mais pobres**. 2019. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25883-abandono-escolar-e-oito-vezes-maior-entre-jovens-de-familias-mais-pobres>>. Acesso em: 01 abr. 2020.

_____. **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). 2019. Disponível em:

<http://inep.gov.br/artigo//asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-desempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206>. Acesso em: 05 abr. 2020.

_____. **Lei de Migração Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm>. Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. Conselho Federal de Psicologia (CFP); Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Subsídios para a regulamentação da lei 13.935/2019 dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica**. 2020. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/SUBSIDIO%20LEI%2013.935-2019%2018-02-2020.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2020

_____. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

BERGER, Peter L; Luckmann, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. 1966. Tradução de: Fernandes, Floriano de Souza. 20ª ed. Petrópolis. Editora Vozes. 2001.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro**. 2011. 3ª edição revisada.

BURITI, Elizangela Paulino da Silva. **O problema das drogas na escola: prevenção, uma intervenção necessária**. v. 12 n. 1 (2015): Revista INTERFACE. Disponível em: <<https://ojs.ccsa.ufrn.br/index.php?journal=interface&page=article&op=view&path%5B%5D=503>>. Acesso em: 16 jun. 2019.

CHAGAS, Luciano. **EJA – Educação de Jovens e Adultos**. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LOVhA5w_SZc>. Acesso em: 21 set. 2020.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Revista Técnica - 2016**. CNM/Confederação Nacional de Municípios - Brasília: CNM, 2016. Disponível em: <[https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/revista%20t%c3%a9cnica%20\(2016\).pdf](https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/revista%20t%c3%a9cnica%20(2016).pdf)>. Acesso em: 25 out. 2020.

COUTO, Aiala Colares. **Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira**. 2020. Confins Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/25852>>. Acesso em: 04 mai. 2020.

COUTO, Aiala Colares; Oliveira Isabela de Souza. **A Geografia do Narcotráfico na Amazônia**. 2017. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/31774-149405-1-PB.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CABRAL, Carine Grazielle da Luz. **EVASÃO ESCOLAR: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?** 2017. Curso de Pós-Graduação – Educação e Direitos Humanos: escola, violências e garantia de direitos da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Carine.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2020.

CERQUEIRA, Daniel. **Trajetórias Individuais, Criminalidade e o Papel da Educação**. 2017. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/9/trajetorias-individuais-criminalidade-e-o-papel-da-educacao>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Entidades de todo o Brasil defendem PL da Educação. 2019. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1626>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

CONSELHO DOS SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO. Aulas na rede estadual de ensino retornam de forma não presencial a partir desta quarta-feira, 1º. 2020. Disponível em: <<http://www.consed.org.br/central-de-conteudos/aulas-na-rede-estadual-de-ensino-retornam-de-forma-nao-presencial-a-partir-desta-quarta-feira-1o>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CORRÊA, Evandro Antônio; CRISTINA, Adriana; ROMIG, Letícia. **O papel da escola: sua função política e social na construção da cidadania.** 2015. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/pibidsul/23535-O-PAPEL-DA-ESCOLA--SUA-FUNCAO-POLITICA-E-SOCIAL-NA-CONSTRUCAO-DA-CIDADANIA>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

COUTO, Aiala Colares; Oliveira, ISABELA de Souza Oliveira. **A geografia do narcotráfico na Amazônia.** Geographia Opportuno Tempore. Universidade Estadual de Londrina. EISSN: 2358-1972 Volume 03, Número 01. 2017.

CRISTOVAM, Francisca Kelly Gomes; ARAÚJO, Maria Jucineide. **Educação e constituições brasileiras.** 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/trabalhos/TRABALHO_EV077_MD1_SA9_ID813_14082017145015.pdf>. Acesso em 19 mar. 2020.

CURY, Munir; PAULA, Paulo Afonso Garrido de; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da criança e do adolescente anotado.** 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

EDITORES DA REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **Privatização e militarização: ameaças renovadas à gestão democrática da escola pública.** Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v37n134/1678-4626-es-37-134-00001.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FARIAS, Maria Valdira de Azevedo; VERAS, Ana Sibelônia Saldanha; PAIXÃO, Shigeaki Ueki Alves da. Caracterização socioeconômica e espacial do subcentro comercial da Avenida Ataíde Teive em Boa Vista-RR. TEXTOS & DEBATES Revista de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Roraima N° 19. 2010.

FALCÃO, Márcia Teixeira. **Expansão urbana de Boa Vista/RR e os reflexos sobre os recursos hídricos.** Revista Equador (UFPI), Vol. 4, N° 2, p. 98 - 113 (2015). Disponível em: <<file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/3208-12730-1-PB.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2020.

FÉLIX, Jackson. **Três adolescentes são apreendidos com droga em escola de Boa Vista.** 2016. G1 RR. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/06/tres->

[adolescentes-sao-apreendidos-com-droga-em-escola-de-boa-vista.html](#)>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FILHO, Artur Rosa; SOUSA, Rodeval Marques Andrade. **Território e territorialidade**: um estudo sobre as gangues de jovens em Boa Vista. Estado de Roraima, Brasil. 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3477/347750606002/html/index.html>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

FONSECA, Franciele Fagundes *et al.* **As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção**. São Paulo. 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019>>. Acesso em: 08 out. 2020.

FREIRE, Paulo. **A alfabetização como elemento de formação da cidadania**. São Paulo/Brasília. 1987. In: *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Educação como prática da liberdade**. 22ª edição, São Paulo: Ed. Paz e Terra. 1996.

FREITAS, Aimberê. **A história política e administrativa de Roraima: de 1943 a 1985**. 1ª edição. Manaus/AM: Editora Humberto Calderaro Ltda, 1993.

GALVÃO, Roberto Carlos Simões. **Educação para a cidadania: conhecimento como instrumento político de libertação**. 2014. Disponível em: <<https://www.institutonetclaroembratel.org.br/educacao/nossas-novidades/noticias/educacao-para-a-cidadania-conhecimento-como-instrumento-politico-de-libertacao/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, Fernanda Zeferino *et al.* **Adolescentes e construção do projeto de vida: um relato de experiência**. Disponível em: <[file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/3035-8729-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/3035-8729-1-SM%20(1).pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

GORCZEVSKI, Clovis; MARTIN, Nuria Beloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. 2011. Disponível em: <http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/199230/mod_resource/content/1/protagonismo%20e%20movimento%20sociais.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. **Desigualdades sociais, questão social e políticas públicas**. 2017. Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

GRUPO de Estudo Interdisciplinar Sobre Fronteiras. **Dinâmicas das Fronteiras Pan-Amazônica: migrações, famílias transnacionais e relações socioculturais**. 2012. Universidade Federal de Roraima – UFRR.

HOLSTON, James. **Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INGRID, Nayara Nogueira Bastos dos santos. **O tráfico de drogas como meio de inclusão para jovens excluídos e subintegrados em uma semântica social de consumo**. 2016. Disponível em: <<https://www.uni7.edu.br/wp-content/uploads/2017/01/UNI7-Monografia-Ingrid-Nayara-Nogueira-Bastos-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2020

INSTITUTO DE CORRESPONDÊNCIA PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Material do Educador Aulas de Projeto de Vida 1º e 2º Anos do Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/MATERIAL-DO-EDUCADOR-AULAS-DE-PROJETO-DE-VIDA.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

JORNAL FOLHA DE BOA VISTA. **Moradores de conjuntos habitacionais cobram atenção do poder público. Vivendo onde termina a área urbana de Boa Vista, na zona Oeste, moradores do Cidadão, Manaíra e Cruviana se dizem esquecidos**. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Moradores-de-conjuntos-habitacionais-cobram-mais-atencao-do-poder-publico/13425>>. Acesso em: 04 jul.2020.

_____. **Traficante mantinha “boca de fumo” próximo a escola estadual**. 2019. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/Traficante--mantinha--boca-de-fumo--proximo-a-escola-estadual/57301>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

_____. **Muitos boa-vistenses desconhecem que Murilo Teixeira, Laura Pinheiro e Airton Rocha são bairros criados há dez anos**. 2016. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/CIDADES/Capital/BV-tem-56-bairros--alguns-desconhecidos/13061>>. Acesso em: 25 out. 2020.

KAZTMAN, Ruben; Figueira, Fernando. **As Normas como Bem Público e Privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estruturas de oportunidades”** AVEO. Disponível em:

http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/arquivos/arquivos/vulnerab_cap_3_pgs_67_94.pdf>. Acesso em: 16 abr. /2019.

LAJA, Pedro. **Agrupamento de Escolas de Vouzela: a Importância da Família na Educação**. 2015. Disponível em: <<https://slideplayer.com.br/slide/3742808/>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

LEITE, Alessandra Maria; Barboza, Deisi Cristina de Lima; Azevedo, Antulio José de. **A presença da pedagogia crítico social dos conteúdos na prática docente nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2011. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/6q6M901dVdD0djj_2013-7-10-14-40-46.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

LORENZETTI, Maria de Freitas. **A realidade escolar e o enfrentamento as situações de dependências e consumo de drogas**. 2015. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos, da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Maria.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

LIBÂNIO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MAYO, Claudenice Teixeira Cerqueira. **O adolescente pobre e o envolvimento com o tráfico de drogas em Salvador - BA**. 2015. Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <<http://www.progesp.ufba.br/sites/progesp.ufba.br/files/dissertacao-final-claudenice-mayo-2016.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MAIA, Lilia Braga; Albuquerque; Vera Ligia m. de. **O esporte e a atividade física como estratégia de prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas**. Fortaleza/CE. 2002. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/905-Texto%20do%20Artigo-1713-1-10-20121015.pdf>>. Acesso em: 27/08/2020.

MARCONDES, Eduardo. **Uso de drogas por crianças: o quê fazer?** Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/opiniaio/uso-de-drogas-por-criancas-o-que-fazer>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

MENEZES, Maria Ecilene Nunes da Silva; COSTA, José Augusto Vieira. **Urbanização do setor sudoeste de Boa Vista-RR e implicações ambientais na microbacia igarapé**

grande-paca. 2007. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/131/346>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MEDINA, Gabriel. **Drogas e Juventude**: outro caminho. IN: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA da 6ª Região. Álcool e Outras Drogas. São Paulo: CRPSP, 2011. Disponível em: <<http://crpsp.org/fotos/pdf-2015-10-02-17-16-04.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MORAIS, Roseane Pereira. **Assentamento informal “nova vida”**: uma marca impressa na paisagem urbana de Boa Vista – Roraima. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/bitstream/prefix/168/1/Assentamento%20informal%20%E2%80%9Cnova%20vida%E2%80%9D%3A%20uma%20marca%20impressa%20na%20paisagem%20urbana%20de%20Boa%20Vista%20%E2%80%93%20Roraima.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MORAES, Carla Gisele Macedo Santos Martins; FILHO, Gregório Ferreira Gomes. **Visadas sobre boa vista do rio branco**: razões e inspirações da capital de Roraima (1830-2008). Tempos históricos. Volume 13 - 1º semestre – 2009. Disponível em: <<file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/3520-12904-1-PB.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

NANNI, Dionisia. **Dança – Educação – pré-escola à universidade**. 5ª ed. - Rio de Janeiro: Sprint, 2008.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. **Projeto de vida de adolescentes do ensino médio**: um estudo psicossocial sobre suas representações. São Paulo. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004>. Acesso em: 07 abr. 2019.

NETZEL, Eliane do Rocio. **A Importância da Participação da Família na Vida Escolar do Aluno**. Curitiba. 2016. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_ped_utfpr_elianedorocionetzel.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

NEWMANN, Elisa. **La otra cara de las remesas**: La familia transnacional. REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. 2008. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/103/95>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

NOGUEIRA, Conceição. **Análise(s) do discurso**: diferentes concepções na prática de pesquisa em psicologia social. Brasília. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/13.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

NOULA, Ioanna. **Pensamento Crítico e Desafios na Educação para a Cidadania Democrática**: um estudo etnográfico em escolas de ensino fundamental na Grécia. 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217562362018000300865&script=sci_arttext&tlng=pt#B15>. Acesso em: 30 mar. 2020.

OLIVEIRA, Dijaci David. de. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. In: CAETANO, I. de O.; VIEGAS, V. (orgs.). **Estado de exceção escolar**: uma avaliação crítica das escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. Disponível em:

<https://www.academia.edu/21570641/As_escolas_militares_-_o_controle_a_cultura_do_medo>. Acesso em: 21 jul. 2020.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de; Costa e, Maria Clélia Lustosa. **Expansão urbana de Boa Vista, Roraima, e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial**. Universidade Federal do Ceará. GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeducacionais, vol. 9, núm. 18. 2018. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/jatsRepo/5528/552857186007/html/index.html>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de. **Desigualdade socioespacial, violência urbana e vulnerabilidade social**: adolescentes em conflito com a lei em Boa Vista - Roraima. 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

OLIVEIRA, Vanessa Francisca Chagas de. **O uso de drogas entre crianças e adolescentes em Boa Vista - Roraima**: análise documental no centro socioeducativo Homero de Souza Cruz Filho. 2016. Boa Vista. Universidade Estadual de Roraima - UERR.

PIAI, Áurea de Gouveia (org). **Drogas**: o ambiente escolar e seu papel preventivo. Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/semanaeducacao/pages/arquivos/anais/artigo/saberes%20e%20praticas/drogas%20o%20ambiente%20escolar%20e%20seu%20papel%20preventivo.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2019.

PEREIRA, André Paulo dos Santos. **A imigração venezuelana em Roraima: situação e perspectivas**. Consultor Jurídico. 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-jan-06/mp-debate-imigracao-venezuelana-roraima-situacao-perspectivas>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch; Carloto, Denis Ricardo. **Reflexões sobre o papel social da escola**. Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia. Florianópolis. 2016.

PESSOA, Wagner. **Entenda a importância do esporte no combate às drogas**. São Paulo. 2019. Disponível em: <<https://blog.viversemdroga.com.br/entenda-a-importancia-do-esporte-no-combate-as-drogas-2/>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

Pontos violentos de Boa Vista são mapeados e entregues à segurança. **G1 - Boa Vista**, 19 ago. 2015. Roraima. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/08/pontos-violentos-de-boa-vista-sao-mapeados-e-entregues-seguranca.html>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

POLÍCIA CIVIL DE RORAIMA. Polícia civil prende em flagrante delito traficante que atuava em escolas da capital. 2017. Disponível em: <<http://www.pc.rr.gov.br/index.php/noticias/item/341-policia-civil-prende-em-flagrante-delito-traficante-que-atuava-em-escolas-da-capital>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

_____. DRE prende traficante que comercializava drogas na zona oeste de Boa Vista. 2019. Disponível em: <<http://pc.rr.gov.br/index.php/noticias/item/387-dre-prende-traficante-que-comercializava-drogas-no-zona-oeste-de-boa-vista>>. Acesso em: 11 jul. /2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Aumento populacional - Boa Vista é a capital com maior taxa de crescimento entre 2018 e 2019, segundo dados do IBGE. 2019. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/noticias/2019/08/aumento-populacional-boa-vista-e-a-capital-com-maior-taxa-de-crescimento-entre-2018-e-2019-segundo-dados-do-ibge>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

_____. **Decreto municipal Nº 038/E de 22 de março de 2020**. Disponível em: <<https://www.boavista.rr.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MzI5NDc%2C>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

POLÍCIA FEDERAL - RR. PF deflagra operação de combate ao tráfico de drogas em Roraima. 2019. <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2015/07/pf-deflagra-operacao-de-combate-ao-trafico-de-drogas-em-roraima>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

_____. PF desarticula associação criminosa de tráfico de drogas em RR. 2018. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/02/pf-desarticula-associacao-criminosa-de-trafico-de-drogas-em-rr>>. Acesso em: 17 jul. 2020.

RAMOS, Fabio Pestana. **A arte no cotidiano escolar**. Universidade do Cruzeiro do Sul/RS – v.2. 2012.

RAMALHO, Sérgio. Colaboração para o UOL, em Pacaraima (RR). Maior facção da Venezuela tem núcleo em solo brasileiro agindo em Roraima. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/10/pranato-faccao-venezuela-pacaraima-roraima-fronteira-brasil.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2020.

ROCHA, Simone Mariano da. **Adolescência, uso de drogas e ato infracional**. 2011. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id215.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder. O Estado de Roraima entre 1970 e 2000**. Belém, 2004. 270f. Tese (Doutorado em História). Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará. Disponível em: <[file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/Pol icas%20p licas,%20econo mia%20e%20poder%20o%20Estado%20de%20Roraima%20entre%201970%20e%202000.0.pdf](file:///C:/Users/Fam%C3%ADlia%20Oliveira/Downloads/Pol%20icas%20p%20licas,%20econo%20mia%20e%20poder%20o%20Estado%20de%20Roraima%20entre%201970%20e%202000.0.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SANTOS; Marco Aurélio Gonçalves Nóbrega dos; Nista-Piccolo Vilma Lení. **O esporte e o ensino médio: a visão dos professores de educação física da rede pública**. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v25n1/08.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2020.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Projetos de Vida. Caderno do Professor. Ensino Fundamental: anos finais**. ed. 1ª. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=618>>. Acesso em: 26 ago. 2020.

SCHLESENER, Anita Helena. **As novas condições de subalternidade**. Ponta Grossa. Editora UEPG, 2016.

SEQUEIRA, Vania Conselheiro et al. **Atendimento psicossocial em instituições de aplicação de medidas socioeducativas**. In: BOGGIO, P. S., CAMPANHÃ, C. (org.). Família, Gênero e Inclusão Social. São Paulo: Memnon, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Informações Socioeconômicas do Município de Boa Vista Roraima. 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B4pFSFeFTRcjUktMeDhodVdQTVE>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SILVA, Silmara Carneiro e. **Socioeducação e juventude: reflexões sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade.** 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/8398/11639>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

SILVA, Rildo Dias da. **Duas décadas de autonomia política.** Estudo de caso sobre as políticas públicas de gestão ambiental urbana no município de Boa Vista/Roraima no período de 1999 a 2010 e repercussões para desenvolvimento regional. 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/116632/000965430.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04 jun. 2020.

TAVARES, Marcus Luciano de Oliveira; Reinaldo, Amanda Márcia dos Santos; Villa, Eliana Aparecida; Pereira, Maria Odete; Monteiro, Marlene Azevedo Magalhães. **Informação, crenças e atitudes de escolares acerca do uso de Álcool e outras Drogas.** SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2019 abr.-jun.;15(2):45-51 DOI: 10.11606/issn.1806-6976.s. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v15n2/07.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

TRAVITZKI, Rodrigo. **Qual é o grau de incerteza do Ideb e por que isso importa?**2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ensaio/v28n107/1809-4465-ensaio-28-107-0500.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

TEIXEIRA, Maria Cristina. **O direito à educação nas constituições brasileiras.** 2008. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/RFD/article/viewFile/464/460>>. Acesso em: 14 mar. 2020.

TIBA, Içami. **Disciplina Limite na Medida Certa.** São Paulo: Editora Integrare, 2006.

_____. **Juventudes e drogas: Anjos caídos.** São Paulo. Editora: Integrare. 2007.

UNICEF. **Crise migratória venezuelana no Brasil: o trabalho do UNICEF para garantir os direitos das crianças venezuelanas migrantes.** 2019. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SEGUNDARISTAS (UBES). **Ensino de Jovens e Adultos enfrenta dificuldades no Brasil**: Entraves no acesso desse público à educação básica podem explicar altas taxas de evasão escolar e analfabetismo no país. 2018. Disponível em: <<https://ubes.org.br/2018/ensino-de-jovens-e-adultos-enfrenta-dificuldades-no-brasil/>>. Acesso em: 21 jul.2020.

VALE, Ana Lia Farias. **Migração e Territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. 2007. 268 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/07/analiafariasvale.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

VERAS, A.T.R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. **A cidade de Boa Vista no contexto urbano roraimense**. Boa Vista: UFRR, 2010. (Material de apoio didático ao mini-curso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência Norte).

VIEIRA, Sofia Lerche. **Escola**: função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (Org.). **Gestão da Educação**: Impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ZIZEMER, Joseida Schutt. **A construção da cidadania na escola pública**: avanços e dificuldades. 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/jo_seidazizemer.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2020.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO

O questionário é instrumento da pesquisa intitulada “**Cidadania interrompida: o papel da escola na prevenção ao uso de drogas entre adolescentes em Boa Vista - Roraima**”, desenvolvida pela mestrandia Vanessa Francisca Chagas de Oliveira, sob orientação do professor Dr. Rildo Dias da Silva, no programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

Teve-se como objetivo a coleta de dados que subsidiaram a construção do estudo de caso proposto. A Gestora pedagógica do Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima contribuiu com as informações, posterior a autorização do Diretor Administrativo da instituição. Para tanto, foram elaboradas perguntas abertas que nortearam a modalidade de entrevista, com a condução da pesquisadora. A construção do estudo de caso não se baseou somente na entrevista, foram realizados levantamentos de dados no Projeto Político Pedagógico da escola, o que propiciou o entendimento no que concerne as formas de aplicação dos temas transversais inseridos nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997/1998 no cotidiano escolar.

Questionário utilizado em entrevista realizada no Colégio Militarizado Luiz Ribeiro de Lima

- 1 - Quais são as vulnerabilidades evidenciadas pelos alunos e suas famílias que a escola tenha conhecimento?
- 2 - Poderia descrever as ações e/ou as medidas adotadas pela escola para contribuir no enfrentamento dos aspectos relatados?
- 3 - Qual o grau de evasão escolar no ensino médio do colégio Luiz Ribeiro de Lima?
- 4 - No que tange a relação alunos, famílias e escola, há reciprocidade e interação?
- 5 - De que forma a questão das drogas são abordadas no cotidiano da escola?
- 6 - Há orientação aos alunos dos serviços públicos disponíveis em sua comunidade? Exemplos: Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), entre outros.
- 7 - A escola encaminha e incentiva o ingresso dos adolescentes em aulas de esportes e artes públicas, como forma de integração entre o corpo, mente e emoção.

APÊNDICE B - ARTE PRINCIPAL DO WEBNÁRIO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

WEBNÁRIO

Educação e prevenção: PALESTRANTES

Capacitação de professores como ferramenta para transformação de trajetórias de adolescentes

Momento cultural



Cristina Rocha

*Professora de Ballet Clássico
*Fundadora e Diret. Escola de Danças Cristina Rocha.
*Delegada do Conselho da dança do Brasil no Estado de Roraima

Mozart Andrade

*Voz
*Violão.



Aplicativo
Google MEET

MAURO CAMPELLO
*Prof. Dr. de Direito da UFRR
UERR e Faculdade Cathedral



Simone de Oliveira
*Psicóloga
*Mestre em saúde pública

ÁLVARO SANCHES
*Educador/Psicopedagogo



FLÁVIO CORSINI LIRIO
*Cientista Social
*Prof. Dr. da UFRR.

CÁSSIA NATHALIA A. DIAS
*Prof. da Faculdade Cathedral
*Psicóloga



YASMIN ROSAS LEITÃO
*Psicóloga do Instituto Pirlampos

Coordenador Científico: Prof. Dr. Rildo Dias da Silva
Organizadora e Mediadora: Mestranda Vanessa Francisca Chagas de Oliveira.

UFRR
MPSPDHC

APÊNDICE C - PROGRAMAÇÃO DO WEBNÁRIO DE CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES

WEBNÁRIO

ABERTURA

02/09/2020 às 16h Momento cultural:
 Professora de Danças: Cristina Rocha
 Ginástica laboral para os professores
 Apresentação de Ballet Clássico
 Professora de Ballet Clássico, Educadora Física, Fundadora e diretora da escola de danças Cristina Rocha, Pedagoga, e Delegada do CBDD-RR.

02/09/2020 às 16h30m Palestras com o tema:
O papel do Conselho Tutelar: ações articuladas e desafios na prevenção ao uso de drogas nas escolas.
 Palestrante: Prof. Dr. Mauro Campello
 Professor de Direito da Universidade Federal de Roraima, Universidade Estadual de Roraima e Faculdade Cathedral. Especialização em Área de Violência Doméstica contra Criança e Adolescente pela Universidade de São Paulo (USP); Especialização em MBE - Analista Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Sociedade e Fronteiras pelo Programa Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima (PPGSOF/UFRR); Doutorando em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Tem experiência nas áreas de Direito e História, com ênfase em Direito da Criança e do Adolescente; Direito de Família; Intervenção Penal e Sócio-Educativa; História das Ideias sobre Infância e Adolescência e História das Instituições Penais. Atuou como Promotor de Justiça no Ministério Público de Rondônia e Desembargador do Tribunal de Justiça de Roraima.

03/09/2020 às 15h Palestras com o tema:
Ações práticas para gerar mais empatia em um mundo pós pandemia
 Palestrante: Educador Álvaro Leal Sanches Filho
 Especialista em Psicopedagogia. Pós-graduado em Gestão de Pessoas com Coaching. Possui especialidade em Psicologia Positiva. Concluinte de pós em Design Instrucional. Possui MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Negócios pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente reside em Portugal, onde continua se especializando na Universidade do Minho. Possui certificado de proficiência em língua inglesa pela Universidade de Cambridge (FCE e TKT - Teaching Knowledge Test). É Master Coach com formação pelo Instituto Brasileiro de Coaching. Realizou cursos presencialmente na Unidade de Harvard (USA), Universidade de Cambridge (Londres) e Universidade do MIT (Boston). Até 2020 atuou como Diretor Geral do Colégio Lato Sensu, empresa que pertence ao maior grupo educacional do Brasil (Kroton). Atuou ainda como professor empresarial da FGV (Fundação Getúlio Vargas), renomada escola de negócios. Atua como colunista da Rádio CBN Amazônia.

03/09/2020 às 16h Palestra com o tema:
Como identificar comportamento do uso de álcool e outras drogas na adolescência.
 Palestrante: Psicóloga Msc. Simone Muniz de Oliveira
 Mestre em saúde pública, pela agência Educacional Brasileira (AEBRA), especialista em terapia de dessensibilização e reprocessamento por movimentos oculares pela EMDR Treinamento e Consultoria, especialista em Terapia Cognitiva Comportamental pela Faculdade Mozarteum de São Paulo (FAMOSP)

04/09/2020 às 16h Palestra com o tema:
As drogas e seus efeitos: conhecer para intervir.
 Palestrante: Cientista Social Prof. Dr. Flávio Corsini Lirio
 Professor efetivo da Universidade Federal de Roraima
 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo. Atua principalmente nos seguintes temas: educação, criança e adolescente, políticas públicas de educação e saúde, violência sexual infanto-juvenil e direitos humanos).

04/09/2020 às 16h
 Momento Cultural
 Professora da dança Cristina Rocha
 Apresentação de Ballet Clássico.
 Professora de Ballet Clássico, Educadora Física, Fundadora e diretora da escola de danças Cristina Rocha, Pedagoga, e Delegada do CBDD-RR.

04/09/2020 às 16h30 Palestra com o tema:
Dialogando com educadores: prevenção ao abuso de drogas na escola, o que você pode fazer?
 Palestrantes:
 Psicóloga Cássia Nathalia Alves Dias
 Especialista em gestão de recursos humanos, 08 (oito) anos como orientadora e psicóloga educacional, psicóloga no Hospital Geral de Roraima, Supervisora de Estágio, Coordenadora do Núcleo Psicopedagógico da Faculdade Cathedral, Docente no curso de psicologia da Faculdade Cathedral desde 2014, Responsável pelo Programa de orientação Profissional da faculdade Cathedral, Coordena o Grupo Terapêutico Ponto de Equilíbrio – ELAS, Presta consultoria para empresas e instituições e realiza palestras, cursos, oficinas e treinamentos.
 Psicóloga Yasmin Rosas Leitão Psicóloga do Instituto Pirlampas, responsável pelos casos de vulneração de direitos e do adolescente. Equipe de proteção dos EPAPs, projeto com UNICEF, redatora dos artigos semanais para o jornal online Roraima em Foco: informação e promoção de saúde mental.
 Consultora e Orientadora Profissional, ministra palestras e oficinas psicossociais.

04/09/2020 17h30 Momento Cultural
 Encerramento do evento com execução musical.
 Artista da música: Mozart Augusto Nunes de Andrade

Coordenador científico da capacitação de extensão: Prof. Dr. Rildo Dias da Silva
 Organizadora e mediadora da capacitação de extensão: Mestranda Vanessa Francisca Chagas de Oliveira.



**ANEXO A - USO DE DROGAS E TRÁFICO DE DROGAS EM BOA VISTA
INFRATORES ADOLESCENTES**

Mês Início Fato	Métrica	Qtde Infrator 12 a 17 anos			
	Grupo Natureza	DROGAS - CONSUMO PESSOAL		DROGAS - TRÁFICO	
	Bairro Fato	2019	2020	2019	2020
JAN	Aeroporto		1		
JAN	Asa Branca			2	
JAN	Buritis			1	
JAN	Caimbé			1	
JAN	Caraná		1		
JAN	Centro			1	
JAN	Cidade Satélite	1	2		2
JAN	Dr. Airton Rocha (Pérola do Rio Branco)			1	
JAN	Jardim Primavera			3	
JAN	Mecejana		1		
JAN	Santa Tereza	1			
JAN	São Vicente		1		
FEV	Bela Vista		1		
FEV	Cauamé				2
FEV	Centenário			1	
FEV	Cidade Satélite				2
FEV	Dr. Silvio Leite	1			1
FEV	Pintolândia	1			
FEV	Professora Araceli Souto Maior				1
FEV	São Bento			1	1
FEV	Tancredo Neves		1		1
FEV	Treze de Setembro			1	1
FEV	Zona Rural		1		
MAR	Alvorada			1	1
MAR	Caimbé	1	1		
MAR	Canarinho		1		
MAR	Centro	1	1		1
MAR	Cidade Satélite				1
MAR	Conjunto Cidadão				1
MAR	Santa Luzia			1	
MAR	Senador Hélio Campos		1	1	
MAR	Tancredo Neves				1
MAR	União				3
ABR	Cauamé			1	
ABR	Centro			1	
ABR	Conjunto Cidadão				1
ABR	Nova Cidade			1	
ABR	Pintolândia			1	
ABR	São Bento			2	
ABR	São Vicente				1
ABR	Senador Hélio Campos				1
ABR	Tancredo Neves			2	
MAI	Asa Branca			1	2
MAI	Cambará				1

MAI	Cidade Satélite	1	1	1	
MAI	Dr. Silvio Botelho			1	
MAI	Laura Moreira (Cruviana)			1	
MAI	Pintolândia			1	
MAI	Professora Araceli Souto Maior			1	
MAI	São Bento			1	2
MAI	São Pedro		1		
MAI	São Vicente				1
MAI	Senador Hélio Campos	1		3	2
MAI	Treze de Setembro			2	
JUN	Asa Branca	1		1	
JUN	Caimbé	2			
JUN	Cauamé		1		
JUN	Centenário			1	
JUN	Centro	1			1
JUN	Cidade Satélite				1
JUN	Conjunto Cidadão	1			
JUN	Pintolândia	1			
JUN	Senador Hélio Campos	1			
JUN	Tancredo Neves			1	1
JUN	Treze de Setembro				1
JUL	Centro	1			
JUL	Jóquei Clube			1	
JUL	Mecejana			1	
JUL	Pintolândia			2	
AGO	Bela Vista			1	
AGO	Cauamé	1			
AGO	Cidade Satélite			3	
AGO	Conjunto Cidadão			1	
AGO	Dr. Silvio Botelho			1	
AGO	Dr. Silvio Leite			1	
AGO	Jardim Primavera	1			
AGO	Nova Cidade	1			
AGO	Pintolândia	1			
AGO	Treze de Setembro			2	
AGO	União			1	
AGO	Zona Rural			1	
SET	Caraná			1	
SET	Dr. Silvio Leite			1	
SET	Laura Moreira (Cruviana)	1			
SET	Mecejana	1			
SET	Professora Araceli Souto Maior			1	
SET	Senador Hélio Campos			3	
SET	Treze de Setembro	2			
OUT	Asa Branca	1			
OUT	Caçari	1			
OUT	Centro			1	
OUT	Jardim Tropical	1			
OUT	Nossa Senhora Aparecida (Aparecida)	1			
OUT	Nova Cidade	2			
OUT	Pintolândia			1	
OUT	Raiar do Sol				1

OUT	Santa Tereza			1	
OUT	São Bento			2	
OUT	Senador Hélio Campos			2	
OUT	Tancredo Neves			1	
NOV	Centro	1			
NOV	Cidade Satélite			1	
NOV	Treze de Setembro			1	
DEZ	Centenário			1	
DEZ	Centro	1			
DEZ	Dr. Silvio Leite	2			
DEZ	Nossa Senhora Aparecida (Aparecida)			1	
DEZ	Professora Araceli Souto Maior	1			
DEZ	Raiar do Sol			1	
DEZ	Said Salomão			2	
DEZ	Tancredo Neves	1		1	

*Fonte: PPe / DW. Dados de 2020 até o mês de Junho.

*Pesquisa: Alcilen Reis

*Data: 22/07/2020

*Campos em branco significam que não houve registro relacionado a essa característica de infratores.